

PROJETO
DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO, FORMAÇÃO,
PRODUÇÃO DE DADOS ESTRATÉGICOS E DE FERRAMENTAS
DE APOIO À GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA

Subprojeto II
Dados Estratégicos para a Educação Profissional:
Oferta, Demanda e Disseminação de Informações

Produto 01

**Desenvolvimento de Metodologia de Mapeamento das Demandas de EP a partir de
análise da realidade socioeconômicas e ambientais**

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO

Convênio 524/2008 Secretaria da Educação / SUPROF – DIEESE

2012

**DIEESE**
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Governo do estado da Bahia

Governador

Jaques Wagner

Vice – governador

Otto Roberto Mendonça de Alencar

Secretário da Educação

Oswaldo Barreto Filho

Subsecretário

Aderbal de Castro Meira Filho

Chefe de Gabinete

Paulo Pontes da Silva

Superintendente de Educação Profissional

Antonio Almerico Biondi Lima

Equipe Técnica

Carlos Alberto Menezes

Cristina Kawalkiewiszcik

Maria da Gloria Vieira Lima Franco e Passos

Maria Renilda Daltro Moura

Marlene Virgens Pimentel

Martha Maria Rocha Ramos dos Santos

Neivia Maria Matos Lima

Secretaria da Educação do Estado da Bahia

6ª Avenida, nº 600, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador - BA - CEP
41.745-000

Tel.: (71) 3115-1401 - (71) 3115-9094 - www.educacao.ba.gov.br

Superintendência de Educação Profissional – SUPROF

Tel.: (71) 3115-9018 - suprof@secba.gov.br

DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Aurora, 957 - 1º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 012009-001

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@dieese.org.br / <http://www.dieese.org.br>

Direção Sindical Executiva

Zenaide Honório – Presidenta

Sind. dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Josinaldo José de Barros - Vice-presidente

STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel

Antônio de Sousa – Secretário

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região

Alberto Soares da Silva - Diretor Executivo

STI de Energia Elétrica de Campinas

João Vicente Silva Cayres - Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Edson Antônio dos Anjos – Diretor Executivo

STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba

Neiva Maria Ribeiro dos Santos - Diretora Executiva

Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

José Bittencourt Barreto Filho - Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricistas da Bahia

José Carlos Souza - Diretor Executivo

STI de Energia Elétrica de São Paulo

Luís Carlos de Oliveira - Diretor Executivo

STI Metalúrgicas de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região

Mara Luzia Feltes - Diretora Executiva

Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul

Roberto Alves da Silva - Diretor Executivo

Fed. dos Trab. em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo

Maria das Graças de Oliveira - Diretor Executivo

Sind. dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico / Coordenador de Pesquisas

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Escritório Regional - BA

Rua do Cabral, 15 - Nazaré - Salvador - BA - CEP 40055-010

Tel.: (71) 3242-7880 - Fax: (71) 3326-9840 - erba@dieese.org.br

Direção Sindical**Mauricio Jansen Klajman – Coordenador**

ST no Ramo Químico e Petroleiro do Estado da Bahia

Elder Fontes Perez – Secretário

Sindicato dos Bancários da Bahia

Antonio Claudio dos Santos Silva – Diretor

Sindicato dos Vigilantes do Estado da Bahia

Edmilson Rosa de Almeida – Diretor

FTI Alimentos e Afins do Estado da Bahia

Grigório Mauricio dos Santos Rocha – Diretor

ST em Água e Esgoto da Bahia

Natan Batista dos Santos – Diretor

STI Metalúrgicos do Estado da Bahia

Paulo Roberto Silva dos Santos – Diretor

STI Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagens, Montagem e Manutenção Industrial da Bahia

Supervisão técnica

Ana Georgina Dias

Ficha Técnica do Convênio SEC/SUPROF/DIEESE**Coordenação**

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Ana Georgina da Silva Dias – Supervisora Técnica do ER/Bahia

Patrícia Lino Costa – Supervisora Técnica de Projetos

Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Lavínia Maria de Moura Ferreira – Coordenadora do Projeto e do Subprojeto III

Maria Valéria Monteiro Leite – Coordenadora do Subprojeto I

Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador do Subprojeto II

Financiamento

Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

SUMÁRIO

Introdução	6
I. Referências teórico-conceituais	11
I.1 A Educação Profissional no Brasil: um breve histórico	13
I.2. A gestão e políticas públicas e Educação Profissional na Bahia	23
I.3. Democracia representativa e participativa	27
I.4. Participação popular no Brasil	30
I.5. Políticas públicas e participação popular	32
I.6. O Diálogo Social: aspectos conceituais e diretrizes para a ação participativa	34
I.7. Territórios de Identidade na Bahia	43
I.8. Estudos de prospecção de demandas por Educação Profissional	46
I.9. Indicadores sociais: conceitos, funções e legitimidade	49
II. Metodologia: paradigmas, construção e investigação	54
II.1. Metodologia, teoria e objeto	54
II.2. Construindo a metodologia	57
II.3. Investigação: a associação da metodologia quantitativa e qualitativa	63
III. Referências bibliográficas	71
Anexos	75
Anexo 1- Relatório metodológico da oficina de experimentação do Diálogo Social no Território de Identidade do Recôncavo	76
Anexo 2 - Relatório das Entrevistas com o Conselho do Recôncavo	114
Anexo 3- Fichas dos Indicadores – Território de Identidade 21 – Recôncavo	170
Anexo 4- Fichas dos Indicadores dos Territórios de Identidade (no CD-ROM)	
Anexo 5 - Fichas de Qualificação dos Indicadores (no CD-ROM)	

Introdução

O presente relatório apresenta o Produto 01: Desenvolvimento de Metodologia de Mapeamento das Demandas de EP a partir de análise das realidades socioeconômica e ambiental e insere-se no âmbito do *Subprojeto II – Dados Estratégicos para a Educação Profissional: Oferta Demanda e Disseminação de Informações*, integrante do **Projeto: Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia, Convênio N.º. 524/2008 Secretaria da Educação/SUPROF – DIEESE.**

Ao considerar a Educação Profissional como uma política pública prioritária de Estado, o governo da Bahia implantou, em 2008, o Plano de Educação Profissional, que tem como objetivo desenvolver as bases desta política. Direciona-se aos jovens, trabalhadores e trabalhadoras, alunos e alunas oriundos da escola pública e objetiva elevar a escolaridade e a inserção cidadã destas pessoas no mundo do trabalho.

Com a criação da Superintendência de Educação Profissional (SUPROF), em dezembro de 2007 pela Lei Estadual nº 10.955, estruturas ociosas existentes na rede estadual de educação foram aproveitadas e recursos federais (do Programa Brasil Profissionalizado) priorizados para a adequação e modernização das unidades escolares, o que inclui reforma e ampliação das unidades, equipagem de laboratórios e montagem do acervo bibliográfico. Nesse processo de estruturação da rede de Educação Profissional, unidades escolares foram transformadas em Centros Estaduais e Centros Territoriais específicos para a Educação Profissional.

Para além do aumento quantitativo de vagas de educação profissional, novos cursos são oferecidos, em eixos tecnológicos voltados a atender as demandas socioeconômicas e ambientais dos territórios. Novos conhecimentos são disseminados e espera-se que os jovens e trabalhadores baianos tornem-se aptos a atenderem estas demandas dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, adentrando com maior facilidade no mundo do trabalho.

Com vistas a garantir a perenidade da política por meio da participação e do controle social, em dezembro de 2008, o governo instituiu os Conselhos Escolares dos Centros

de Educação Profissional. O objetivo do Conselho é ampliar e garantir a participação da comunidade na gestão democrática da educação profissional pública visando à qualidade e à efetividade social dos cursos ofertados.

O projeto *Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia* tem como objetivo contribuir para a renovação e expansão da Educação Profissional da Bahia por meio de estudos, subsídios, desenvolvimento de metodologias, formação, capacitação e assessoria aos gestores públicos e atores sociais. O projeto é desenvolvido em cooperação com a SUPROF, e está organizado em três subprojetos que abarcam dimensões distintas e complementares relativas aos desafios inerentes às metas estabelecidas pelo Governo do Estado da Bahia no que concerne à Educação Profissional. Com o objetivo de tornar público o conhecimento, as metodologias e as ferramentas produzidas, no âmbito de cada subprojeto, é prevista a edição de publicações impressas e em formato para difusão via internet.

As ações propostas no âmbito deste *Subprojeto II* visam produzir subsídios e instrumentos ao desenvolvimento metodológico de construção de indicadores sobre a dinâmica do mundo do trabalho e a relação com a educação profissional do trabalhador. Visa também identificar um perfil analítico das ofertas e demandas de educação profissional no estado da Bahia, bem como os impactos desta sobre o mercado de trabalho, subsidiando a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas.

Este relatório visa apresentar e divulgar a metodologia elaborada para levantamento de propostas para a educação profissional a partir das demandas socioeconômicas e ambientais dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia. Ele apresenta a proposta de metodologia que já incorpora os ajustes e as sugestões de melhoria decorrentes da aplicação da primeira versão da metodologia no Território de Identidade do Recôncavo. A proposta inicial foi experimentada e avaliada no Território do Recôncavo, por meio de uma oficina metodológica, que reuniu os atores sociais interessados na educação profissional do território, realizada no mês de outubro de 2011, em Santo Antônio de Jesus, e por meio de entrevistas com membros dos dois conselhos escolares existentes no Território: o do Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP) do Recôncavo

e o do Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) do Vale do Paraguaçu e que também participaram da oficina.

A metodologia elaborada fundamenta-se em técnicas da pesquisa-ação aplicadas em um fórum de diálogo social. Dessa maneira, a participação dos atores sociais no levantamento das demandas de educação profissional é condição e fundamento para a proposta de metodologia aqui apresentada.

Para elaboração da metodologia, foi necessário empreender um grande esforço teórico-conceitual, que é apresentado na parte inicial deste relatório e que percorre diversos temas: educação profissional, democracia e participação popular, diálogo social, divisão territorial da Bahia, metodologias de levantamento de demanda de educação profissional existentes e, por fim, indicadores sociais.

Inicialmente, traça-se um breve histórico da educação profissional no Brasil, incluindo o debate acerca das concepções de educação e a “tensão” entre educação propedêutica e profissional. Em seguida, discute-se a política pública de educação profissional na Bahia, com sua respectiva proposta de gestão, no contexto da proposta do Estado para gestão das políticas públicas e divisão do espaço estadual nos Territórios de Identidade.

Na sequência, faz-se uma reflexão teórica que articula democracia e participação popular em políticas públicas. Recuperam-se contribuições teóricas sobre o debate em torno de democracia participativa vis-à-vis a representativa. Depois, trata-se de participação popular, mais especificamente, do processo de conquista e construção dos espaços de participação em políticas públicas no Brasil, e dos desafios à participação popular nas definições das políticas públicas.

Em seguida, discute-se o tema do Diálogo Social, apresentando-se o conceito e as características, propriedades e diferenças de experiências. Também são abordadas as concepções de diálogo civil e de atores sociais. E, por fim, relacionam-se a concepção de diálogo social e os requisitos para seu bom funcionamento ao objetivo, que orienta a elaboração da metodologia aqui proposta, de levantamento das demandas de educação profissional com participação dos atores do território.

Examina-se, então, o programa dos Territórios de Identidade na Bahia, que estrutura a divisão geoadministrativa do governo estadual a partir de uma visão multidimensional da relação e da identificação das populações com o território. Os Territórios de Identidade conferem a dimensão espacial para a definição das políticas públicas por meio da participação popular na Bahia, inclusive e em especial para a educação profissional.

Em seguida, são apresentadas e analisadas as experiências de duas metodologias de prospecção de demandas por educação profissional no Brasil: a do SENAI e a do Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica da Região Centro-Oeste. Busca-se identificar procedimentos dessas metodologias que podem contribuir para a elaboração da metodologia proposta por este estudo.

Por fim, são discutidos o conceito, as propriedades desejáveis e a legitimidade de indicadores sociais, que são instrumentos importantes para o levantamento de demandas para a educação profissional a partir das necessidades socioeconômicas e ambientais dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia.

Completado o percurso teórico-conceitual, apresenta-se a proposta de metodologia para levantamento das demandas de educação profissional com base na participação dos atores envolvidos em um fórum de diálogo social. A base da proposta metodológica é a pesquisa-ação, mas, não obstante, a metodologia combina procedimentos qualitativos e quantitativos na identificação das demandas de educação profissional a partir das necessidades socioeconômicas e ambientais verificadas no Território em questão.

Por fim, no primeiro anexo, apresenta-se o relatório metodológico da oficina de experimentação do Diálogo Social no Território de Identidade do Recôncavo, atividade realizada em outubro de 2011 na cidade de Santo Antônio de Jesus/BA.

No anexo dois está o relatório das entrevistas aplicadas com conselheiros do CETEP no Território do Recôncavo. As entrevistas eram compostas por quatro blocos: o primeiro com a identificação do entrevistado; o segundo, com a visão do desenvolvimento socioeconômico do Território de Identidade; o terceiro, sobre as necessidades de ensino profissional; e o quarto, com a visão do plano de educação profissional e do Centro.

No anexo três, são apresentadas as fichas dos indicadores do Território de Identidade 21 – Recôncavo. Os anexos quatro e cinco seguem em CD, e contêm as fichas dos indicadores de todos os Territórios de Identidade e as fichas de qualificação dos indicadores.

A metodologia de levantamento de demandas de educação profissional descrita neste relatório objetiva ser instrumento que colabore efetivamente para o desenvolvimento pleno dos territórios, ou seja, de suas populações. Pretende, ainda, que contribua para o enraizamento das práticas e processos de participação popular nas definições e condução das políticas públicas no país. Espera-se que esta metodologia seja praticada, apropriada, enriquecida e aprimorada por meio da multiplicação de experiências afins que a adotem como referência.

I. Referências teórico-conceituais

A educação profissional constitui o objeto neste trabalho teórico-prático, que engloba uma revisita sobre reflexões teórico-conceituais anteriores e a proposta de uma metodologia de levantamento de demandas de educação profissional. O tema da educação profissional é considerado prioritário pelo atual governo do estado da Bahia. Por esse motivo, desde 2008, vem sendo implementado o Plano de Educação Profissional da Bahia, a fim de elevar a escolaridade dos jovens e prepará-los para o trabalho. O objetivo do Plano é estabelecer uma política de Educação Profissional relacionada às demandas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental nos Territórios de Identidade¹ considerando as cadeias produtivas. Por meio da elaboração de diagnósticos de demandas socioeconômicas e ambientais dos territórios, a proposta é que a educação profissional contemple as demandas de cada território, atendendo as necessidades locais em relação à ocupação e habilitação técnica e profissional. A educação profissional busca, também, a formação integral dos cidadãos, trabalhadores, sujeitos de direitos, possibilitando-lhes novas oportunidades. Portanto, concomitante ao compromisso de preparar sujeitos para o mercado de trabalho e responder às necessidades de ocupação, o Plano de Educação Profissional se preocupa com formação cidadã, atuando na inclusão social, assim como no exercício da cidadania, inclusive porque ele remete a pelo menos dois direitos fundamentais, a saber: o de educação e o de trabalho.

É importante destacar que as políticas de educação profissional são formuladas em sintonia com as diretrizes de desenvolvimento para o estado, definidas no Plano Plurianual (PPA). Desse modo, as políticas de educação profissional são formuladas na perspectiva do planejamento governamental de médio e longo prazo, em concordância com as projeções de demandas socioeconômicas, vinculadas aos projetos a serem desenvolvidos pelo governo do estado. Na realidade, a educação profissional é área estratégica no projeto de desenvolvimento do estado, contribuindo na formação de recursos imprescindíveis para a sociedade da Bahia.

¹ Território de Identidade corresponde a uma divisão geográfica do estado da Bahia, com 26 territórios, cada um composto por um determinado conjunto de municípios que, com base em critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, guardam identidade entre si.

Vale ressaltar que a elaboração da política de educação profissional na Bahia se pauta pelo diálogo com a sociedade e o seu envolvimento. As conexões entre as políticas de educação profissional e as diretrizes do PPA manifestam esse compromisso democrático. A elaboração do PPA envolve o processo de escuta social, denominado de PPA Participativo, o qual estabelece canais institucionais para a participação da população em todos os Territórios de Identidade, a fim de que ela discuta e elabore propostas que manifestem as suas próprias demandas, muitas das quais são introduzidas no PPA do governo do estado. Desse modo, as demandas da população por educação profissional, propostas nos diálogos do PPA Participativo, incidem sobre a formulação dessa política setorial. A gestão dos Centros de Educação Profissionais contempla a participação da sociedade, por meio de conselhos, compostos não somente por atores vinculados diretamente aos Centros, mas inclusive representantes de associações e também da administração pública. Destacam-se, ainda, os inúmeros seminários realizados nos territórios, reunindo movimentos sociais, gestores públicos, representantes de agricultores familiares, educadores, empresários e outros grupos para a discussão dessa política setorial. Vem-se buscando, assim, discutir, refletir e identificar as demandas para a orientação na formulação, implementação e controle social da política de educação profissional.

Na proposta pedagógica da política de educação profissional, o trabalho é concebido como um princípio educativo.

Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. O trabalho também se constitui como prática econômica, obviamente porque nós garantimos nossa existência, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades. Na sociedade moderna a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização. Mas sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização se opõe à simples formação para o mercado de trabalho. Antes, ela incorpora valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana. (BRASIL, 2007, p. 45)

Ou seja, pensar o trabalho como princípio educativo significa que ele não é considerado somente no seu viés econômico, mas inclusive no social e histórico, é incorporado como elemento para a formação integral do ser humano. Essa proposta possibilita que o aluno desenvolva conhecimentos, valores, habilidades para a sua formação profissional e

cidadã, dentro do contexto de seu Território de Identidade. O objetivo é que o aluno esteja preparado para compreender e atuar como sujeito social.

O currículo articula teoria e prática; conhecimentos tecnológicos e sociais; conhecimento acadêmico; e, inclusive, aquele que se constrói por meio das experiências, na vida e no trabalho. O currículo assim pensado visa à construção de conhecimentos, valores e habilidades, a fim de que o estudante se adapte às constantes reformulações das condições de ocupação e à continuada demanda de aperfeiçoamento. Por fim, a política de educação articula diferentes formas de educação, como o trabalho, a ciência e a tecnologia.

A breve abordagem histórica sobre a discussão da educação profissional no Brasil pode contribuir para a melhor compreensão das atuais diretrizes da educação profissional na Bahia, uma vez que essas são influenciadas pelas disputas travadas nesse campo para a construção dos sentidos dos conceitos e propostas de educação e trabalho.

I.1.A Educação Profissional no Brasil: um breve histórico

Abordar a temática da educação profissional – não apenas em nosso país, mas inclusive nele – implica enfrentar a tensão que marca o debate sobre educação básica e educação profissional, caracterizado por um dualismo que parece opor essas duas modalidades de forma hierárquica, em prejuízo da educação profissional.

Essa discussão se embaraça com os processos de dominação de nossa sociedade e, conseqüentemente, com os preconceitos em relação ao trabalho, com a posição social e a concentração de renda e poder. Os efeitos do modelo de trabalho escravo ainda não se dissiparam totalmente de nossa organização social. A profunda intensidade desse modelo contaminou as concepções de trabalho e posição social.

Sobretudo no período da colonização, assim como nos primeiros anos do processo de modernização do Estado nacional e de industrialização da nossa economia, a vinculação entre trabalho manual e ser escravo se manteve, estimulando o afastamento de muitos brasileiros desse tipo de trabalho. Em contraste, as ocupações que demandam conhecimentos adquiridos na academia, caracterizados pela reflexão intelectual, foram –

e ainda são – mais valorizadas, simbólica e financeiramente. Por esse motivo, mesmo no século vinte e um ainda é utilizada a expressão “doutor” para distinguir indivíduos de posição social privilegiada nas relações hierárquicas de poder político e financeiro.

No período da escravidão, os escravos realizavam as atividades manuais e, na verdade, eram eles que trabalhavam intensamente. Desse modo, o não trabalho era considerado um ativo fundamental na construção da posição social. A possibilidade de escapar do trabalho, principalmente manual, era símbolo de status. O indivíduo que podia dispor de outros para realizar as suas atividades era prestigiado socialmente. Já os que eram obrigados a realizar, por si próprios, atividades manuais – fossem escravos ou mesmo homens livres – eram estigmatizados, associados à submissão, ao fato de não ser um homem livre, não ter poder sobre sua própria vida.

Moura (2010, p. 876) explica que os modelos de Educação Profissional no Brasil ao longo dos anos se caracterizaram pela funcionalidade. No período da colonização, assim como na Primeira República, a economia do país se fundamentava na exploração de matéria-prima, atividade que prescindia de trabalhadores com um pouco mais de qualificação. Desse modo, não havia preocupação em preparar indivíduos para o trabalho. Nesse caso, o trabalho estava associado aos escravos e homens pobres que executavam tarefas simples, porém pesadas. A relativa valorização dos escravos mais especializados não empanava a associação entre trabalho manual, simples e pesado com a condição de escravo.

Cunha (2005, p. 2) destaca esse preconceito ao assinalar que os historiadores se desinteressavam pelo estudo do ensino manufatureiro, voltando suas preocupações para o ensino das elites, para a atividade intelectual. Isso porque, explica o autor, a massa da população nem mesmo tinha acesso ao ensino geral. Ou seja, nesse período da história de nosso país, até relativamente pouco tempo atrás, a educação era um tema que dizia respeito às elites, pois não havia ensino voltado para a não-elite. Wermelinger *et al* (2007, p. 212) chamam a atenção para a ênfase atribuída ao ensino humanístico, compromissado com a formação das elites. Merece atentar para o privilégio desse tipo de ensino na sociedade portuguesa do período – com forte influência jesuíta –, cujo resquício, embora de forma muito frágil, ainda pode ser observado entre alguns grupos no nosso país.

Wermelinger *et al* (2007) também relatam as primeiras ações educacionais no país, patrocinadas por corporações de ofícios criadas por sociedades particulares, mas com apoio da Corte, que acabara de se instalar aqui no início do século XIX. Essas ações tinham caráter assistencialista, estavam mais comprometidas com a caridade do que com o ensino, concluem os autores. Essas sociedades atendiam a órfãos pobres. Assim, verifica-se que a preocupação maior era corresponder aos princípios cristãos da caridade, relacionados com a apreensão em relação à coesão social. Não era um investimento para preparar indivíduos para o trabalho e nem para oferecer educação básica.

No final do século XIX o Brasil vive os primeiros passos de sua industrialização. Wermelinger *et al* (2007) relatam a criação da Escola Correccional no Bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em 1890. Um pouco mais tarde, em 1909, o presidente Nilo Peçanha institui escolas de aprendizes e artífices em dezenove capitais do país. Essas ações se orientavam pela lógica assistencialista, buscando desestimular possíveis hábitos ociosos da população mais carente. Os autores esclarecem que não havia conexão entre a criação das escolas e o compromisso em formar trabalhadores com qualificação para a indústria nascente. Isso porque a maioria das escolas foi estabelecida em locais distantes dos centros de produção.

Ao longo da segunda metade do século XIX, o modelo econômico no país começava a se transformar, o sistema escravocrata estava sendo suplantado a favor da contratação do trabalhador livre. Na lógica do capitalismo, o trabalho livre é fundamental, por representar um dos principais recursos de enriquecimento do dono dos meios de produção. A valorização do trabalho livre pela lógica da produção capitalista se chocava com a do trabalho escravo. Afinal, nessa última, poder viver sem trabalhar era prestigioso. Já na lógica capitalista, é imperioso que todos tenham disposição para o trabalho e o valorizem. Deve-se destacar que essa revisão de valores, em relação ao trabalho, não foi uma questão simples. Afinal, as novas forças econômicas da sociedade tiveram que disseminar o trabalho como um valor positivo.

É certo que os escravos e os trabalhadores livres já tinham o hábito do trabalho. Porém, na nova ordem econômica que se estabelecia no final do século XIX, o que se exigia era a adesão ao trabalho regular, dentro de um mesmo estabelecimento, sob as ordens de

chefes. Até então, os homens pobres nas cidades brasileiras executavam trabalhos por conta-própria, em atividades como sapateiros, alfaiates, amoladores de facas, entre outras. O que eles ainda não estavam acostumados era com a longa jornada das fábricas, sem poder exercer controle sobre o próprio horário e sobre a execução das tarefas.

A resistência ao trabalho regular passou a ser perseguida como “vadiagem”. Até poucos anos atrás, ainda havia, na legislação, brecha para a polícia deter indivíduos que permanecessem em espaços públicos de forma desocupada. Trata-se de resquício, recentemente superado, desse processo de socialização para o trabalho regular. Assim, as escolas que ensinavam ofício visavam ocupar as crianças, para que fossem moldadas a essa nova ordem. Os indivíduos que não se adaptavam passavam a ser estigmatizados como “vagabundos”.

Essa transformação de concepção acerca do valor do trabalho encontrou resistência por parte da população e exigiu estratégias para a socialização dos novos valores e padrões de comportamento, entre elas a vinculação da Educação Profissional com a questão social, ou seja, o controle. A frequência escolar passou a ser valorizada por ensinar uma ocupação, transmitindo a disciplina do trabalho regular, além de manter os menores distantes das ruas, ou seja, ocupados, em vez de ociosos. A ociosidade passou a ser encarada como perigosa porque associada a maus padrões de comportamento, podendo até mesmo facilitar a proximidade com o crime. Mesmo nos dias atuais o discurso que associa crime à ociosidade é bastante comum. A defesa do trabalho precoce e da frequência escolar é empregada, por muitos, como formas de manter crianças, adolescentes e jovens longe da ociosidade das ruas, evitando possível envolvimento com o crime.

Cunha (2005, p. 18) discute que a Educação Profissional também passou a ser avaliada como alternativa de socialização contra as influências de concepções políticas que divergiam da ordem capitalista, mais especificamente, dos grupos de anarquistas que imigraram para o país e promoviam protestos. Havia temor de que a difusão dessas ideias influenciasse os trabalhadores brasileiros.

Esse mesmo autor (CUNHA, 2005, p. 28) argumenta que, pelo menos em relação aos conflitos provocados pelos anarquistas, avaliados como desordem social, a Educação

Profissional não foi a solução, mas, sim, outros importantes aspectos da economia e da política da época, a saber: a migração nordestina para o sudeste, a repressão policial, as políticas populistas e a tutela dos movimentos dos trabalhadores pelo governo. Os valores de progresso, desenvolvimento, industrialização e de nascente industrialização também teriam fundamentado a defesa do ensino profissional.

Posteriormente, Vargas assumiu a presidência do Brasil com o projeto de construir o Estado Moderno, centralizar as decisões e ações políticas no governo central, impulsionar a industrialização, investir em infraestrutura. O país se consolida como uma economia capitalista, com intensificação da demanda por operários especializados e técnicos. Vargas criou o Ministério da Educação e da Saúde. Cunha (2005, p. 28-40) explica que nesse período a discussão sobre os rumos da educação viveu intenso conflito entre diferentes grupos, envolvendo católicos, autoritários, fascistas e integrantes da Escola Nova, que por sua vez, se dividiam entre os elitistas e os liberais igualitaristas. Estes últimos argumentavam que o capitalismo reproduzia espontaneamente a desigualdade. Contra esse movimento, a pedagogia da Escola Nova deveria formar para a democracia, daí a necessidade de mudança na concepção do ensino profissional, rompendo a reprodução da sociedade de classes. Anísio Teixeira, conta Cunha, defendeu a eliminação da Educação Profissional precoce e, nesse caso, a preparação para a ocupação deveria ocorrer na própria ocupação e trabalho.

Porém, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova continha argumentos antagônicos, reunindo pontos dos liberais e também dos elitistas. Por esse motivo, também foi defendida a concepção do ensino primário e profissional para as classes populares e o ensino secundário e superior para a burguesia, apesar da oposição de Anísio Teixeira. Cunha (2005) esclarece que esse conflito se manteve, até que, com o golpe em 1937, as escolas técnicas foram modificadas e o ensino propedêutico, relacionado à introdução à ciência, passou a ser valorizado, enquanto o ensino profissional reforçou a especificidade.

A discussão trazida por Cunha (2005) é relevante para desnudar a dualidade entre a educação propedêutica e a profissional, que se mantém perene até os dias atuais. Foi nesse período da década de 1930, com o princípio das demandas por profissionais especializados para a economia industrializada, que essa dualidade se coloca nos termos

como atualmente a experimentamos. Antes do Estado Novo, a concepção da Educação Profissional, se é que assim a podemos denominar nesse período, se caracterizava pela caridade, pela atenção ao pobre. Com a industrialização e suas demandas, ela passa a se referir à formação de profissional especializado para atividades técnicas, o qual não exerceria trabalho intelectual. Este último tipo de trabalho caberia aos profissionais formados pelo ensino propedêutico.

Cunha (2005, p. 36) relata que na década de 30 empresas ferroviárias patrocinavam escolas para a formação de seus funcionários, com formação taylorista. Com as escolas, pretendia-se reduzir custos e aumentar a produtividade. Elas se disseminaram pelo país. Com a Constituição de 1937, o próprio governo constrangeu sindicatos e empregadores a se responsabilizarem pelas escolas de aprendizes. Desse modo, conclui-se que as escolas ferroviárias inspiraram, de algum modo, o modelo imposto pelo governo. Esse autor complementa que, em um primeiro momento, houve resistências por parte dos empresários em assumir essa obrigação. Porém, com o tempo, perceberam tratar-se de uma oportunidade para controlar os modos de formação de sua força de trabalho. Os cursos podiam ser instalados nas indústrias e mantidos por um conjunto delas. Wermelinger *et al* (2007) chamam atenção para aspecto importante, as decisões de Vargas após 1937 indicam nova concepção de formação de trabalhador, não mais caritativa, voltada para proteger desfavorecidos. A partir de então, o principal objetivo da Educação Profissional passou a ser formar trabalhadores para atender as necessidades da economia industrial do Brasil.

O modelo imposto pelo governo levou à formação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em 1942. Nesse mesmo ano, todo o ensino profissional passou a envolver somente o ensino médio, não mais incluindo o primário. O ensino profissional foi equiparado ao ensino secundário. Desse modo, ele também incluía em seu currículo conteúdo básico. Nesse sentido, Cunha (2005) constata o afastamento da concepção de ensino profissional com atendimento à pobreza, porque somente os alunos com ensino fundamental completo – ou seja, uma pequena parcela da população na época – podia frequentar o ensino profissional.

Ainda segundo as lições de Cunha (2005, p. 49), as escolas de aprendizes artífices deram origem às escolas federais industriais, as quais se voltavam para um público

diferente das do SENAI, na época indicados como “desvalidos”. Segundo esse autor, em curto período, as escolas do SENAI se multiplicaram, sem, no entanto, que houvesse elevação equivalente no número de alunos, em virtude do alto custo do modelo adotado. A burocracia e a evasão tomaram as escolas industriais do governo ineficientes. Em contraste, a despeito de muitos problemas, o modelo SENAI foi se impondo como o mais bem sucedido, até mesmo porque os cursos eram organizados segundo demandas, com forte entrosamento com os empresários, que eram os empregadores. Em 1950, o ensino básico industrial foi considerado equivalente ao colegial secundário, decorrendo daí, explica Cunha (2005), o ensino profissional envolver em seu currículo conteúdos não somente profissional.

Wermelinger *et al* (2007) argumentam que ao longo das décadas de 1950 e 1960, os cursos vão se orientando, cada vez mais, para a formação técnico-profissional, por causa da internacionalização da economia e dos projetos de desenvolvimento de Kubitschek.

A dicotomia ensino propedêutico e profissional foi, oficialmente, ultrapassada com a Lei n. 5.952/71, a qual estabeleceu a profissionalização compulsória do segundo grau. Os autores indicam que a justificativa oficial foi a necessidade de atender a demanda do mercado por técnicos de nível médio. Cunha (2005, p. 55) argumenta que havia o interesse de diminuir a demanda para o ensino superior da rede pública, a qual não tinha estrutura para abrigar o elevado número de jovens que frequentavam os cursos clássicos científicos. A decisão do governo foi alvo de críticas e, por causa da falta de estrutura e de docentes habilitados, terminou por não se concretizar, principalmente na rede pública de ensino. Em 1982, a obrigatoriedade da profissionalização do segundo grau foi revogada.

A modernização da economia brasileira e as demandas de força de trabalho influenciaram na decisão do governo de transformar algumas escolas técnicas em CEFETS, no final da década de 1970. Elas desempenhavam duplo papel, a saber: preparar para o mundo do trabalho e também para os estudantes seguirem seus estudos universitários. Wermelinger *et al* (2007, p. 216) indicam críticas a essa duplicidade, tendo sido levantado que os CEFETS estariam se afastando da preocupação em relação à formação profissional dos alunos. O objetivo da preparação para o ingresso no ensino superior suscitou oposições à suposta elitização dessas escolas, uma vez que seus alunos

estariam mais preocupados em se preparem para o vestibular do que propriamente com a formação profissional, informam esses autores.

Parece importante discutir os princípios da formação profissional que predominaram no período de desenvolvimento econômico brasileiro, entre as décadas de 1950 a 1970 e, ainda hoje, não foram totalmente superadas. Para tanto, pode-se seguir as reflexões de Manfredi (2007) sobre o tema. A autora explica que, no modelo taylorista, a inserção na produção se dá por meio do posto/função e, para o exercício das atividades nesse posto, exigem-se destrezas, conhecimentos individualizados, os quais não envolvem nenhuma relação sociocultural. Ou seja, as atividades não estão relacionadas com experiências da vida social. Manfredi (2007) conclui que a formação remete ao treinamento básico. Os trabalhadores precisam ser preparados para exercerem aquela determinada atividade, referente ao seu posto, com ênfase para os aspectos técnicos e operacionais, em prejuízo dos teóricos abrangentes.

A hierarquia, destaca essa autora, é elemento organizador desse sistema, amparada numa escala de qualificações, geralmente associada à escolaridade. As posições localizadas no topo da hierarquia normalmente exigem formação educacional, a qual é prestigiada e concebida como neutra. Essa neutralidade se refere ao fato de que o sistema escolar não estaria organizado para favorecer a hierarquia, e as distribuições dos indivíduos na pirâmide, na verdade, se vinculariam ao mérito individual de desenvolvimento das potencialidades. Porém, a própria educação escolar é hierarquizada, nos termos atuais, em nível básico e superior. A posição na hierarquia da produção se associa ao grau de escolaridade do trabalhador. O acesso aos postos mais elevados exige domínio de conhecimento técnico-científico, desvalorizando o conhecimento prático.

A discussão dessa autora nos faz perceber que os trabalhadores que frequentaram ensino propedêutico, inclusive o superior, normalmente são os principais candidatos para os cargos mais elevados. Ao passo que para os postos intermediários ou os da base da pirâmide, os candidatos são os frequentadores do ensino profissional, cujo conteúdo normalmente se limita aos elementos técnicos, ao treinamento, não desenvolvendo conhecimentos suficientes para a ocupação nos altos posto. Essa reflexão é muito importante para compreender elementos que fundamentam a oposição entre ensino

propedêutico e profissional e o fato de o último normalmente ser procurado por estudantes de renda mais baixa, que necessitam ingressar mais cedo no mercado para auxiliar no orçamento familiar e também para se manter estudando.

A restrição do currículo do ensino profissional a conteúdos técnicos, que não desenvolvem a compreensão do processo produtivo, foi criticada na década de 1980. Alguns importantes intelectuais da educação defenderam a politecnicidade, na qual o estudante adquire domínio sobre os fundamentos científicos de diferentes técnicas do trabalho, sendo capaz de desenvolver modalidades diferentes de trabalho, não se limitando a um trabalhador adestrado (MOURA, 2010, p. 881).

Os defensores da politecnicidade não venceram o debate, o qual acabou resultando no Decreto n. 2.208/97, que separou o ensino médio do profissional, no bojo da criação do PROEP – Programa de Expansão de Educação Profissional. A fim de conseguir recursos para a expansão do PROEP, o governo recorreu a empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, e ajustou as propostas da Educação Profissional às demandas do neoliberalismo. Um exemplo disso é que os recursos eram compartilhados entre três segmentos, o ensino profissional público federal, o estadual e o comunitário (muitas das entidades desse segmento não tinham nenhuma vinculação anterior com Educação Profissional). Uma das metas do PROEP era o autofinanciamento parcial, por meio da cobrança pelo serviço. Esse programa cindiu o ensino médio com o profissional porque uma das contrapartidas dos recursos era que o conteúdo não contemplasse elementos do ensino médio. Os resultados do PROEP foram negativos e o ensino profissional foi bastante prejudicado.

Essa retração do ensino profissional se deu em um momento de profunda transformação nas concepções de organização das relações de trabalho, quando os significados de qualificação foram revistos e se tornaram bem mais complexos do que os válidos no período do taylorismo. Manfredi (2007, p. 18-19) anuncia a mudança, antes relacionada ao posto/função, agora se voltando para conhecimentos e habilidades que devem ser administradas a partir de experiências concretas no trabalho. Segundo essa autora, os empresários passaram a valorizar conhecimentos e habilidades como a “capacidade de agir, intervir, decidir, em situações nem sempre previstas”. A demanda é que o trabalhador saiba mobilizar conhecimentos para lidar com situações concretas de

trabalho, conseguindo transpor essas experiências para diferentes situações. A capacidade de solução rápida exige talentos pessoais, inclusive, e amplo conhecimento. Os saberes requeridos, segundo a autora, são os seguintes: *saber fazer* (dimensões práticas, técnicas e científicas); *saber ser* (traços de personalidade e caráter, relações sociais) e *saber agir* (intervenção nos eventos). O modelo que enfatiza conhecimentos exclusivamente técnicos, limitados a um campo exclusivo de atuação, não parece mais exitoso para uma política de Educação Profissional.

Em 2003 foi retomado o debate sobre a Educação Profissional, resultando no Decreto n. 5.154/04, o qual aponta possibilidade de articulação dos cursos de ensino médio e profissional. A partir da nova legislação, pode haver cursos técnicos de nível médio para quem já concluiu o ensino médio; curso técnico para quem está cursando o médio, com matrículas independentes; e a integração, em que se articulam disciplinas técnicas e propedêuticas. Essa legislação busca promover a integração do ensino igualitário para todos e é fundada no trabalho como princípio educativo.

Manfredi (2007, p. 26-28) discute o trabalho como matriz educativa, esclarecendo o significado dessa perspectiva. Essa autora argumenta que todo trabalho envolve corpo e mente e, por mais simples que seja a atividade, ela exige um mínimo de atividade criativa, reflexão sobre como solucionar situações. Ela ainda acrescenta que, durante o trabalho, o trabalhador produz bens materiais e ainda constrói representações e conhecimentos, habilidades, constrói relações, e, dessa forma, resume ela, o trabalho é produção-formação, porque articula fazer com pensar, proporciona a criação de fundamentos práticos e teóricos que dão sentido à atividade. Assim, o espaço de trabalho também é espaço de aprendizagem. Manfredi, porém, destaca que é uma aprendizagem que envolve valores, crenças, cultura, tradições. Na perspectiva do trabalho como princípio educativo, a cultura dos trabalhadores é fundamental, cultura essa que o relaciona com o grupo social do qual participa, inclusive por meio de sua produção e pelo conhecimento aí gerado, que se torna coletivo. Dessa forma, além de um trabalhador/produtor, trata-se de um sujeito social.

A ênfase dada pela política de Educação Profissional em desenvolvimento no estado da Bahia considera o trabalho nessa perspectiva mais ampla, daí a sua interface com a construção e o exercício da cidadania, da participação social, cultural, econômica,

ambiental, política e histórica. Trata-se de pensar e construir políticas de Educação Profissional para além da formação exclusivamente técnica, pautada pelo treinamento para atividades específicas. Trata-se de desenvolver uma política compromissada com a formação de um ser humano integral, o qual está integrado em um território de identidade, onde são produzidas e reproduzidas demandas sociais, econômicas e culturais singulares.

I.2. Gestão e políticas públicas de Educação Profissional na Bahia

Uma das diretrizes do atual governo do estado da Bahia é criar mecanismos institucionais que possibilitem a participação da sociedade civil na formulação, implementação e controle das políticas públicas. Segundo publicações institucionais “a democracia cidadã, com transparência e participação ativa do povo, é mais que um compromisso, é um instrumento de planejamento da administração pública”². Uma iniciativa nesta direção são os mecanismos institucionais produzidos para a participação popular no processo de reflexão, planejamento e tomada de decisão sobre os projetos de desenvolvimento do estado.

A formação dos Territórios de Identidade é um desses mecanismos. O Programa Territórios de Identidade foi instituído pelo Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade na Bahia. O decreto define Território de Identidade como “agrupamento identitário municipal, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial”. A responsável pela coordenação do Programa é a Secretaria de Planejamento, a qual deve desenvolver um planejamento territorial de políticas, ampliar a participação social na gestão das políticas, valorizando a diversidade cultural, econômica, social e geográfica.

Foi instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER), como um fórum consultivo permanente para subsidiar a elaboração de políticas públicas

² Mensagem do governador da Bahia, no sítio da internet referente ao PPA-P 2012-2015. (Disponível em <http://www.ppaparticipativo.ba.gov.br/>, acesso em 14 de agosto de 2012.)

territoriais, alicerçadas na proposta de desenvolvimento sustentável, em permanente diálogo com instituições públicas, entidades da sociedade civil e Colegiados Territoriais. O CEDETER, entre outras competências, é responsável pela homologação dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETER), os quais são definidos como fóruns consultivos de discussão local de ações e projetos de desenvolvimento territorial, composto paritariamente por representantes do poder público estadual e municipal, pela sociedade civil organizada, em cada território.

O CEDETER é composto por representantes das secretarias de Planejamento, Desenvolvimento e Integração Regional, Saúde, Educação, Cultura, Desenvolvimento Urbano, Relações Institucionais, Agricultura, da Delegacia Estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério de Integração Regional e de representantes do CODETER. Pode-se observar que a composição desses dois conselhos, responsáveis pelo planejamento do desenvolvimento dos territórios, é ampla e abre espaço para representação da sociedade civil.

O estado da Bahia foi um dos primeiros no país a adotar o Planejamento Plurianual Participativo (PPA-P) e o pioneiro na institucionalização de mecanismos que legalizam a participação popular nessa peça de organização das principais diretrizes do estado. É importante esclarecer que o PPA-P se vincula ao Programa dos Territórios, uma vez que esses são unidades a partir das quais o planejamento é elaborado no estado. Além disso, as discussões do PPA-P ocorrem de quatro em quatro anos e elas não estão dissociadas das atividades frequentes do Programa Territórios de Identidade. É importante destacar que os mecanismos institucionais do PPA-P se entrecruzam com os do Programa dos Territórios.

O Decreto nº 11.123, de 30 de junho de 2008, instituiu o Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual (CAPP) – PPA 2008-2011 – para subsidiar e aconselhar o governo do estado na execução do referido PPA e propor ajustes necessários. O CAPP se compõe de representantes governamentais (Secretário de Planejamento e Secretário de Relações Institucionais) e de representantes da sociedade civil (dois representantes de cada um dos 26 Territórios de Identidade).

Os representantes da sociedade civil no CAPPa devem reunir-se nos Territórios para acompanhar as ações em cada um deles e reproduzir em seu Território as diretrizes estabelecidas pelo Conselho. Desse modo constata-se que os membros do CODETER participam do CAPPa, acompanhando a execução do PPA, o qual foi discutido e contou com a colaboração dos representantes de entidades em cada território.

Foram realizados diálogos territoriais, entre os meses de abril e junho de 2010, promovidos pelo CAPPa e pela Coordenação Estadual dos Territórios (CET). O objetivo dos diálogos foi aprofundar a discussão da política territorial, intensificar a integração dos membros do CAPPa aos colegiados territoriais e prestar contas das ações do governo aos Territórios, inclusive a apresentação da execução de demandas do PPA-P pelo governo.

O PPA-P de 2012-2015 foi instituído pelo Decreto nº 12.578, de 8 de fevereiro de 2011, com o objetivo de construir um relatório de escuta social para contribuir na elaboração do referido planejamento. O decreto estabelece sete etapas para o PPA-P, a saber: a) “elaboração de matriz de desenvolvimento estratégico, com a definição da pauta de discussão a ser utilizada como referência no processo de escuta social”; b) criação de Grupos de Trabalhos Territoriais (GTTs) para fomentar a escuta social; c) realização de encontros para apresentação da metodologia do PPA-P e alinhamento com o CAPPa 2008-2011 e com o CODETER; d) capacitação dos GTTs para aplicar a metodologia do PPA-P nos territórios; e) “realização de Consulta Pública via internet”; f) aplicação pelos GTTs da metodologia do PPA-P nos territórios; g) realização das plenárias, entre os meses de abril e maio de 2011, nos 26 Territórios. O PPA-P considera os planos de desenvolvimento de longo prazo do estado e incorpora o território de identidade como espaço de representação para a contribuição social.

Esse último decreto esclarece a vinculação do PPA-P com o projeto dos Territórios de Identidade e como os mecanismos são compartilhados. Assim, pode-se observar que as discussões e ações do PPA-P, a cada quatro anos, só se tornam possíveis em virtude da estrutura que vai sendo organizada, permanentemente, no desenvolvimento da metodologia dos Territórios de Identidade.

Como visto, nesse segundo processo participativo do PPA foi criado o GTT, que tinha como membros, em cada território, integrantes do CAPP, do CEDETER, assim como diretoria regional de saúde (DIRESA), diretoria regional de educação (DIREC) e da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). Foi realizado um evento de dois dias em Salvador, reunindo as 234 pessoas que compuseram os GTTs dos 26 territórios. No encontro foram realizados seminários e oficinas para a definição dos núcleos temáticos do PPA-P. Os integrantes discutiram, opinaram e validaram a metodologia. Depois desse encontro, retornaram para seus territórios para convocar e mobilizar as entidades para a discussão do PPA-P e para as plenárias, as quais reuniram um público de 250 pessoas em cada um dos territórios.

Além desses mecanismos, vale ressaltar outros processos como as conferências de Cultura, que reuniram mais de cinquenta mil pessoas dos 26 Territórios de Identidade, a Conferência Estadual de Educação em 2009, com cerca de 50 mil pessoas e outras, como a de Direitos Humanos, Juventude e Igualdade Racial. Essas conferências são momentos importantes para a formulação das políticas públicas, porque os documentos aí produzidos orientam as metas dos governos.

O compromisso da Secretaria Estadual de Educação e da Superintendência de Ensino Profissional coincide com a orientação democrática do governo do estado Bahia. Por esse motivo, a Superintendência de Educação Profissional (SUPROF) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) desenvolvem metodologias que possibilitem a efetiva participação da sociedade civil na reflexão e levantamento das demandas de Educação Profissional para os todos os Territórios de Identidade. Essas demandas não se limitam apenas à esfera da preocupação econômica, mas inclui também a social, cultural e ambiental. Pelo mesmo motivo, os conselhos dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional (CETEPs) têm posição de destaque nessa política setorial no estado da Bahia como instrumento de gestão democrática da Educação Profissional pública. Vale assinalar que o processo participativo de construção da proposta de desenvolvimentos dos Territórios de Identidade e do PPA-P estão relacionados com as políticas de Educação Profissional. Isso porque durante o Planejamento Plurianual Participativo são apresentadas diretrizes do governo para o setor à sociedade civil, assim como esta última apresenta as suas. No último PPA-P, a Educação Profissional despontou como uma das principais demandas

da população ao estado (FERREIRA e MATTOS, 2011). Da mesma forma, as conferências, principalmente a da Educação, também são espaço para a discussão das demandas de políticas de Educação Profissional.

O compromisso com uma administração democrática, voltada para a transparência e justiça social no estado da Bahia se vincula a processos nacionais e mesmo globais, cujas primeiras manifestações ocorreram já há algumas décadas. É importante fazer um retrospecto desse movimento, a fim de melhor compreender o caso específico da SUPROF e da política de Educação Profissional no estado.

I.3. Democracia representativa e participativa

Avritzer (1999, p. 18-19) argumenta que, nos últimos 20 anos, as correntes que defendem a ampliação da participação da população em relação às políticas públicas vêm ganhando terreno. Alguns dos motivos para essa mudança seria a intensificação de movimentos sociais, os quais influenciaram no retorno da democracia na América Latina e no Leste Europeu, assim como as demandas, aos governos, por prestação de contas e transparência.

Avritzer (1999) destaca ainda que, no pós-guerra, a teoria democrática hegemônica se orientou por características elitistas, restringindo a participação popular exclusivamente ao voto. Ele informa o princípio dessas correntes, o qual justificou a transferência da racionalidade das elites para o sistema político como um todo. Autores como Schumpeter argumentavam que a massa da população não compartilhava da mesma racionalidade da elite e, por esse motivo, caberia a essa última ocupar os cargos políticos, assim como definir as ações dos governos. A manutenção da estabilidade política era uma das principais justificativas para limitar a participação popular.

Pateman (1992a) aponta que os teóricos da democracia representativa – como Schumpeter, Dahl, Berelson e outros – não enfatizavam a participação social nas decisões do governo. Essa participação se limitava ao voto e o próprio sentido de igualdade se referia ao sufrágio universal, sendo que todos os adultos deveriam ter direito de votar, de influenciar os líderes que tomam as decisões políticas. A eleição era

apontada como um dos principais mecanismos para caracterizar a democracia, quando, então, os indivíduos se manifestavam, influenciavam e controlavam o governo.

Dahl (1997) destacava a relevância da existência da pluralidade de grupos com capacidade e oportunidade de manifestarem suas preferências e, assim, influenciarem os governantes. Esse mesmo autor esclareceu que uma sociedade poliárquica – termo por ele preferido, em vez de democrática – deveria garantir os direitos de contestação (oposição política) e de inclusividade (direito de voto) de todos, e o governo deveria ser responsivo, ou seja, responder às preferências dos cidadãos.

Os defensores da democracia representativa, segundo Pateman (1992a), justificavam a resistência à participação dos cidadãos nas decisões do governo pelo fato de que isso poderia desestabilizar o sistema democrático por compreender que os grupos com menor índice de participação política geralmente apresentavam personalidades autoritárias. Desse modo, a intensificação desse tipo de participação poderia provocar a contestação e, até mesmo, o declínio da democracia, a favor de posições autoritárias.

Principalmente a partir da segunda metade da década de 1960, o predomínio da democracia representativa passou a ser alvo de críticas por todo o mundo, em benefício de modelos que permitissem a maior participação popular nas decisões do governo. Esse debate foi tomando corpo ao longo das décadas desde então. Atualmente muitos países combinam a democracia representativa com elementos da participativa, como é o caso do Brasil, estabelecendo mecanismos institucionais de participação direta dos cidadãos.

De qualquer modo, é importante lembrar que os mecanismos institucionais da democracia representativa representam conquistas que devem ser zeladas para se garantir o respeito aos direitos básicos dos cidadãos. Nesse tema, Dahl (1997, p. 41) discorreu sobre o perigo da perda de atrativo, nas poliarquias estabelecidas, de liberdades clássicas, relacionadas aos direitos de contestação e participação. Segundo o autor, a experiência cotidiana dessas liberdades pode levar os indivíduos a perderem o sentido dessas conquistas e a se descomprometerem com sua defesa, arriscando, assim, perdê-las e, com isso, perder também a garantia da liberdade e igualdade.

Pateman (1992b) analisa as vantagens da democracia participativa, desenvolvendo os argumentos de Rousseau, um dos principais teóricos dessa corrente. Essa autora ressalta que, para Rousseau, a participação desempenha papel educativo. Esse é um aspecto importante para a reflexão sobre a participação popular nas políticas de Educação Profissional, como no estado da Bahia, uma vez que, por um lado, a estratégia envolve a promoção da participação em políticas, justamente, de educação, um dos mais caros temas de Rousseau, e, por outro, traz uma dimensão de aprendizado na forma de construir a participação na elaboração, implementação e controle da política.

Pateman (1992b) explica que, para esse filósofo, a participação desenvolve no indivíduo a ação responsável, porque ele deve considerar os assuntos para além de seus interesses próprios e imediatos, já que, para a aprovação dos demais, é necessário apresentar demandas equitativas, que contemplem interesses coletivos. Essa interdependência entre os sujeitos reúne os interesses privados aos públicos, despertando o senso de justiça nos indivíduos. No exercício da participação, o indivíduo aprende a distinguir seus desejos, alargando sua faceta pública. E o fortalecimento do senso de responsabilidade também se associa ao fato de o indivíduo ser obrigado a exercer a sua liberdade, assumindo o dever de responder por seus próprios atos. A mesma autora explica que, para Rousseau, a necessidade de fazer escolhas amplia o sentimento de liberdade. As transformações proporcionadas com o exercício da participação permitem compreender porque esse filósofo afirma que ela favorece os aspectos psicológicos dos indivíduos. Rousseau ainda levanta a função integradora da participação, segundo Pateman (1992b), porque, ao participar da tomada de decisões, o indivíduo se sente participando mais intensamente do grupo. Ele dificilmente irá perceber-se como um indivíduo isolado, mas sim como parte da comunidade, pela qual também é responsável.

Os argumentos de Rousseau sobre as funções da participação, abordados por Pateman (1992b), permitem considerar a importância do desenvolvimento de mecanismos institucionais para a participação democrática na política de Educação Profissional. Pois todas essas funções educativas, associadas à participação, se sucedem na própria esfera da educação, fortalecendo os objetivos da política de Educação Profissional. Mais do que preparar futuros profissionais, a gestão democrática da política favorece a formação de todos os cidadãos – todos que participam das diversas fases dessa política – democráticos, responsáveis e livres.

No Brasil, as ações de resistência ao regime militar, principalmente na década de 70, animaram as reivindicações por uma gestão democrática, na qual a sociedade pudesse ter oportunidade de participar do processo decisório, na formulação, implementação e controle das políticas públicas. Os movimentos ocorridos no país influenciaram diversos intelectuais que refletiram sobre o tema a partir de nossas experiências e que se tornaram, assim, referência.

I.4. Participação popular no Brasil

Dagnino (2004, p. 95-96) esclarece que a Constituição Federal de 1988 é o marco legal que promove o alargamento nos processos da democracia no país, criando espaços públicos para a participação da sociedade civil nos processos de discussão e tomada de decisão de políticas públicas. Guimarães (2009, p. 14-16) destaca a relevância da atuação dos movimentos sociais no país na década de 1970, em relação aos de décadas anteriores, como entre os anos 1950 e 1964. Esse autor argumenta que os movimentos sociais da década de 1970, cuja atuação repercute até hoje, defenderam a ideia de democracia e cidadania ativa, ultrapassando os ideais de nacionalismo e soberania de seus antecessores de décadas passadas. A mobilização social pela democracia e cidadania, por sua vez, contribuiu para vitórias no âmbito institucional, influenciando, assim, a reconfiguração do desenho do Estado nacional.

Avritzer (2009, p. 27-28) explica o fortalecimento da sociedade civil autônoma no país a partir da década de 1970 em virtude da multiplicação de associações civis, que protagonizaram ideias de direito vinculadas à participação, assim como a autonomia em relação ao Estado e a liberdade de apresentar demandas e negociar com o Estado. Como bem resume o autor, houve uma redefinição na forma de fazer política, rompendo com a baixa participação e o clientelismo político, predominantes antes da década de 1980.

Jacobi (1999, p. 33 e 37) defende que os movimentos sociais nos anos 70 do século passado contribuíram na construção de uma esfera autônoma, assim como em uma moderna concepção de institucionalidade, com espaço para a participação e interlocução com o poder público. Essas transformações incidiram na revisão do modelo de gestão pública, predominante até os anos 1970, no qual o Estado era o principal ator na

formulação de políticas, pouco permeável a pressões populares no processo decisório. Muitos desses movimentos estavam vinculados à Igreja Católica, com destaque para a Teologia da Libertação e Pastoral da Terra, merecendo ênfase, posteriormente, o papel do Movimento Sem Terra e das Centrais Sindicais.

Ao questionarem as classificações sociais sustentadas pela extrema desigualdade hierárquica de nosso país e que convertiam as diferenças em elementos de subordinação, como é o caso das questões de classe e gênero, os movimentos sociais defenderam um ideal de democracia que ultrapassou o campo das instituições políticas, aprofundando-a, conforme Dagnino (2000, p. 80-81). Essa luta “difusa” contra o autoritarismo, como coloca essa autora, pelo fato de se contrapor a uma dominação cultural, implicou em movimento mais largo do que a proposta liberal, a qual se relaciona à inclusão de novos grupos àqueles com acesso a rol de direitos já consolidados. Ao contrário, assinala Dagnino, os movimentos sociais exigiram o direito a ter direitos, estendendo o próprio conceito de direito.

Para Paula (2005, p. 39) os movimentos sociais defenderam um projeto político que contemplasse a participação dos atores na definição da agenda política, na formulação e implementação das políticas e no controle social. As formas de participação no processo decisório federal e local, garantidos pela Constituição, foram influenciadas pelas lutas dos movimentos. Avritzer (2006, p. 35-36) destaca a garantia da participação direta, como o plebiscito, referendo e iniciativas populares, assim como aquela centrada no nível local, onde os atores ou entidades das sociedades civis dispõem de espaços institucionais para participarem da decisão, implementação e controle das políticas, como, por exemplo, por meio dos conselhos de políticas. Essa dupla forma de participação resulta num sistema representativo híbrido.

Paula (2005, p. 39) aponta para as várias experiências inovadoras de gestão pública em diferentes municípios a partir da década de 1990. Porém, em relação a esse mesmo período, a autora destaca a reforma gerencialista no país, a qual também defendeu a descentralização e a participação popular, principalmente na execução e controle das políticas. Uma diferença da proposta gerencialista em relação às dos movimentos sociais era a defesa, pela primeira, da concentração da formulação das políticas no

centro do poder estatal, além do predomínio da eficiência econômica sobre a relevância da participação política da sociedade civil.

Concomitante à reforma gerencialista, explica Paula (2005, p. 39), estava em curso a elaboração de outro paradigma de administração, fundamentado nas ideias defendidas pelos movimentos sociais da década de 1980. Nessa outra concepção defendia-se a combinação da democracia representativa com a participativa e a criação de uma esfera não-estatal, com espaços públicos de negociação. Essa esfera exigiria a formação de institucionalidades onde acontecesse a cogestão dos cidadãos nos negócios públicos. Paula (2005) registra que a emergência desse novo formato só se tornou possível na eleição de Lula, cuja vitória contou com o apoio dos movimentos sociais e das organizações que deles derivaram, assim como na sua sustentação política. Desde então, a administração pública ampliou os espaços para a participação da sociedade civil na formulação, implementação e controle das políticas, implantando um projeto político da administração pública societal, a qual valoriza a construção de instituições políticas e de políticas públicas mais abertas à participação social e às necessidades dos cidadãos, voltada, portanto, para um projeto de desenvolvimento que atenda aos interesses do país (PAULA, 2005, p. 41).

A partir de 2003, o país, sob o governo Lula, intensificou a criação de institucionalidades para a participação dos atores na esfera federal. Avritzer (2009, p. 7) aponta o papel exercido pela Secretaria Geral da Presidência da República, responsável pela intermediação das relações do governo com a sociedade civil, o fortalecimento dos conselhos nacionais existentes, os quais passaram a contar com a presença frequente de Ministros de Estado, e a organização de conferências nacionais em praticamente todas as áreas de políticas públicas, espaço privilegiado para a reflexão e formulação de políticas.

I.5. Políticas públicas e participação popular

Como bem coloca a literatura de teoria de políticas públicas, estas últimas exigem ambiente democrático, porque remetem à responsividade do governo às demandas da população, à qual ele está suscetível, uma vez que a soberania se associa ao voto nas

eleições. Os teóricos mais recentes enfatizam a relevância da atuação mais direta da população nas fases das políticas, para garantir sua maior efetividade.

Nas últimas décadas a demanda dos grupos de pressão pela participação nas políticas e nas decisões do governo se intensificou, elevando a suscetibilidade desse último e impondo a ampliação da intervenção estatal. Villanueva (1993, p. 40) discute sobre a dificuldade dessa intervenção, em virtude das limitações que a realidade social impõe. Para seguir na “incontingência”, explica esse autor, os governos buscam organizar um pouco o cenário por meio da criação de condutas, organizações e lideranças. O autor argumenta que a participação da sociedade auxilia nessa organização, facilitando a seleção de temas a serem abordados, assim como a melhor forma de abordagem. A reflexão de Villanueva vem mostrar como, nos tempos atuais, é positivo para os governos fortalecer mecanismos de organização e participação da sociedade civil, na medida em que ela pode contribuir na superação de obstáculos inerentes à tomada de decisão e ação estatal.

O governo dispõe de uma multiplicidade de formas para a resolução de problemas e, como o conhecimento dos grupos locais sobre as questões de seu território é mais aprofundado, com domínio sobre as várias facetas que compõem os problemas, o diálogo com a sociedade pode diminuir a tensão das opções, indicando caminhos mais apropriados, menos conflituosos e mais eficientes e efetivos, conclui Villanueva (1993, p. 43). Essas informações podem diminuir os riscos da tomada de decisão. A participação da sociedade permite que ela se sinta responsável pelas ações executadas pelo Estado, já que ela atuou na formulação, interessando-se por uma boa implementação.

Villanueva (1993, p. 59) aponta aspecto relevante do processo da participação da sociedade nas políticas: os sujeitos, que vivenciam os problemas cotidianamente, podem ultrapassar a “vivência” e alcançar o estágio de uma “definição plausível”, de modo a poderem compreender a questão e refletir sobre soluções possíveis. Assim, dentro de uma realidade administrativa, econômica e política, os sujeitos conseguem pensar soluções reais. Construir essa nova visão das questões sociais permite ajustar as preocupações e orientações de governo e sociedade, aprimorando as discussões e os acordos.

As respostas dos governos às demandas por meio da elaboração de políticas exige conhecimento complexo das questões (VILLANUEVA, 1993, p. 46). Daí a importância de intermediação técnica de especialistas e de indivíduos que circulem na administração, nas organizações, nas entidades, enfim, pelos diversos campos sociais. Nesse ponto Villanueva levanta o significativo papel das redes na formulação e implementação de políticas eficientes e efetivas. As “redes de políticas” são compostas por diferentes grupos engajados em uma temática, como as organizações não-governamentais, entidades, grupos representantes da sociedade civil, acadêmicos, funcionários públicos, entre outros. Cada um desses grupos contribui dentro de sua especificidade no reconhecimento aprofundado, na reflexão sobre as melhores formas de enfrentamento. Nesse diálogo perene e intenso, governo e sociedade alcançam consensos sobre as questões e as definições sobre como agir. As redes de políticas parecem instrumentos poderosos para a boa gestão das políticas. Sem dúvida, elas exigem um grau de organização e amadurecimento dos grupos da sociedade civil. Mas os seus resultados podem ser compensadores, na medida em que se torna menos difícil a elaboração de políticas que respondam a necessidades importantes e de amplo alcance.

O compromisso com a gestão democrática, pelo governo do estado da Bahia, sugere a possibilidade do amadurecimento de redes de políticas. No caso específico da Educação Profissional, a ênfase na participação da sociedade civil na discussão e levantamento das demandas para o setor aponta um movimento que pode estimular a criação de uma rede sobre o tema, composta pelos diversos segmentos. O papel relevante atribuído ao conselho dos CETEPs no levantamento da demanda, na elaboração e orientação da implementação da política, na gestão e controle também assinala o processo de formação de uma rede nos territórios. Tudo leva a crer que, se estabelecida essa rede, a SUPROF contará com o auxílio de indivíduos e entidades que estão se especializando na temática e que dominarão profundamente as variáveis que compõem essa política.

I.6.O Diálogo Social: aspectos conceituais e diretrizes para a ação participativa

Neste item será apresentado, o conceito e a prática de diálogo social, considerando algumas de suas características, dimensões, condições para o seu bom funcionamento, possíveis benefícios, entre outros aspectos. Para tal, toma-se como referência, de um

lado, a experiência concreta do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, como órgão de assessoria ao movimento sindical em vários processos negociais, e, de outro lado, o que preconiza a Organização Internacional do Trabalho – OIT acerca desta prática tão enraizada na própria história da Organização.

Diálogo social é o processo pelo qual atores sociais interagem por meio da negociação, da consulta ou da troca de informações sobre questões de interesse comum que não poderiam ser tratadas adequadamente por nenhuma das partes isoladamente. Esta definição, bastante geral, aproxima-se daquela adotada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. “Para a Organização Internacional do Trabalho, diálogo social inclui todos os tipos de negociação, consulta ou simples troca de informação entre representantes dos governos, empregadores e trabalhadores acerca de questões de interesse comum referentes à política econômica e social.”³

A OIT ainda complementa a definição.

Diálogo social inclui todos os tipos de negociação, consulta e troca de informação entre representantes de governos, empregadores e trabalhadores em questões de interesse comum. Como o diálogo social funciona de fato varia de país para país e de região para região. Pode existir como um processo tripartite, com o governo como um participante oficial do diálogo, ou pode consistir de relações bipartites entre trabalho e empresa, com ou sem envolvimento indireto do governo. Pode ser informal ou institucionalizado, e frequentemente é uma mistura dos dois. Pode ocorrer no nível do país, da região ou da empresa. Pode ser interprofissional, setorial ou uma combinação de ambos.⁴

Assim, segundo essa acepção, o diálogo social compreende três tipos básicos, que se distinguem em razão do grau da interação estabelecida, do menos ao mais substantivo: 1) a troca de informações entre os atores a respeito de algum assunto de interesse comum, sobre o qual as informações relevantes não são de conhecimento mútuo; 2) a consulta entre as partes sobre o seu posicionamento frente a determinado assunto de interesse comum; 3) a negociação, um nível mais elevado de diálogo, que pode resultar em acordos implicando direitos e deveres entre as partes. Deve-se notar que os níveis mais elevados tendem a compreender os demais, embora não necessariamente. Assim,

³ <http://www.ilo.org/public/english/dialogue/index.htm>. Acesso em julho de 2012. Tradução nossa. Em inglês, a sentença usa “*between, or among*”, que é traduzida na frase citada como “entre”, mas com perda de significado para indicar que o diálogo social pode ser entre dois ou três dos atores citados (representantes dos governos, empregadores e trabalhadores).

⁴ <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/decent-work-agenda/social-dialogue/lang--en/index.htm>. Acesso em julho de 2012. Tradução nossa.

para haver negociação geralmente é necessário que ocorram trocas de informações e consultas.

Cabe, no entanto, uma ponderação relativa às possibilidades ensejadas pelo diálogo e ao significado de um acordo. A participação em um processo negocial e a assunção de compromissos quanto aos seus resultados, nível mais elevado de diálogo, não implica nem requer a formação de um consenso entre as partes envolvidas. Normalmente os consensos se estabelecem entre pares, que compartilham uma visão de mundo comum, tendo mais a ver com a prática e menos com os resultados alcançados. Já os acordos são fruto de entendimentos que permitem a tomada de decisões (e sua implementação) reconhecidas pelas partes. Nesse sentido, podem ser, e geralmente são, firmados por grupos de interesse diferenciados e às vezes antagônicos.

Do ponto de vista de sua abrangência, o diálogo social pode se estender por espaços subnacionais, nacionais e até internacionais, a depender dos atores e assuntos em questão. Da mesma forma, no que se refere à estrutura econômica, sua abrangência pode ser da mais ampla, atingindo o conjunto ou parte dos setores de atividade (intersetorial), às mais restritas, como o diálogo em nível setorial e até mesmo em nível de empresas ou de uma empresa. Outra dimensão da abrangência do diálogo social diz respeito ao conteúdo temático objeto da interação, conteúdo que pode restringir-se a aspectos de ordem mais econômica, como, por exemplo, a negociação de salários, ou pode ultrapassar em muito os limites da relação entre capital e trabalho, tratando até da política econômica e social de um país.

Pode-se dizer que os sujeitos que participam de processos de diálogo social são “atores sociais”. Ator social é uma construção teórica que designa o portador da expressão dos interesses de um coletivo específico, grupo social ou classe na sociedade capitalista. Os atores sociais protagonistas são os trabalhadores, os empresários e o Estado. O ator social sindicato, por exemplo, expressa os interesses do trabalho. O ator social entidade empresarial, por sua vez, expressa os interesses do capital. O ator social Estado expressa o resultado da disputa de interesses presentes na sociedade em um dado momento.

Tradicionalmente, o diálogo social envolve como atores sociais representantes do capital, do trabalho e, direta ou indiretamente, do governo. Seja por sua história de

organização, seja por sua importância econômica, política e social, as entidades de classe, assentadas na esfera da produção social, têm sido, juntamente com os governos, protagonistas nesses processos. Assim, pode-se dizer que são processos geralmente bipartites ou tripartites.

Contudo, em período mais recente, com a emergência de outros grupos de interesse e formas de organização social, não necessariamente originados na esfera da produção, com destaque para as Organizações Não Governamentais – ONGs –, outros atores da sociedade civil têm participado do diálogo social, dando origem ao que a OIT denomina de “*tripartismo plus*”. “De tempos em tempos, menciona-se o conceito de ‘tripartismo plus’. Normalmente ele é usado para significar que organizações adicionais são envolvidas em encontros ou atividades tripartites e isso quer dizer, na prática, organizações não governamentais (ONGs).” (OIT, 2011, p. 8. Tradução nossa.) Nesse caso, além de representantes de trabalhadores, empregadores e governo, participariam, ainda que de forma não tão sistemática, representantes das outras “partes interessadas” (*stakeholders*), como, por exemplo, organizações de defesa dos interesses da juventude, do meio ambiente, de pessoas com deficiência, entre outras.

Tapia (2005), por sua vez, dá o nome à interação envolvendo tais atores de Diálogo Civil, num contraponto ao Diálogo Social, que envolveria, fundamentalmente, os “parceiros sociais”, representantes do capital e do trabalho. Desse modo, Tapia (2005) faz uma referência à nomenclatura adotada pela União Europeia na legislação e institucionalidade criadas para incrementar e dar suporte ao diálogo social em nível da Comunidade Europeia e de seus países membros. Cabe dizer, entretanto, que, no caso europeu, não se trata apenas de uma distinção de nomenclatura, mas também do próprio papel desempenhado. Ao contrário do Diálogo Social, no caso do Diálogo Civil não há participação dos atores sociais no processo decisório, cabendo a este espaço uma função de aconselhamento e consulta.

Todavia, é importante ressaltar que este conjunto de outros atores sociais tende a pressionar pela ampliação da agenda, introduzindo temas importantes, como os problemas da juventude ou a previdência social, mas que dizem respeito a interesses mais difusos, que ultrapassam as questões tipicamente abordadas nos processos bipartites ou tripartites. Em alguns, casos, como o dos desempregados ou dos

aposentados, embora esses grupos sociais não estejam ativamente ligados à esfera da produção, mesmo o espaço do diálogo tripartite pode incorporá-los em sua agenda. Entretanto, isso não necessariamente ocorre. E, ainda que ocorra, pode não ser encarado pelas partes diretamente interessadas como fórum totalmente representativo para tanto, situação em que poderia haver algum déficit de legitimidade no processo.

O governo participa de forma direta em vários casos, seja em processos bipartites, na condição de empregador, seja em processos tripartites ou tripartites ampliados, como formulador e implementador de políticas públicas. Além disso, cabe a ele o papel fundamental de dar sustentação ao diálogo social, assegurando uma legislação (e seu cumprimento) que garanta os direitos fundamentais dos atores e promovendo efetivamente os processos, por meio da manutenção dos fóruns e instituições de consulta e concertação.

Em vários países são criadas e desenvolvidas instituições e fóruns para a realização do diálogo social. Eles podem ser formais ou informais e, em alguns casos, podem não ser sequer institucionalizados (*ad hoc*). Neste caso, esses fóruns são criados com o propósito específico de tratar de determinado assunto e, uma vez que seja dado encaminhamento, deixam de existir.

Contudo, além dos objetivos diversos que caracterizam as diferentes experiências de diálogo social, também são características muito relevantes as instituições em que tais experiências se apoiam. Como dito, há processos bastante abrangentes, que podem levar a pactos sociais em momentos específicos da história de um país, mas não necessariamente se assentam numa instituição voltada a esse fim. Mas, em geral, as instituições cumprem papel de destaque e moldam o diálogo que se estabelece. Há, por exemplo, negociações bipartites (entre empregadores e trabalhadores) que resultam em acordos implementados pelo governo e, para as quais, há uma institucionalidade que prevê tal modalidade de diálogo. Há, também, entre outros formatos, diálogos tripartites conduzidos por órgão de governo, também com institucionalidade estabelecida, mas que têm caráter consultivo e de aconselhamento. Há casos de instituições e fóruns em que os atores sociais não só participam do processo de elaboração das políticas como também do processo de gestão / administração de sua implementação, como em alguns países

onde se vê representações de trabalhadores e empregadores compartilhando com os governos a gestão da previdência social.

Cabe também enfatizar a noção de processo que compõe a definição do diálogo social. Em geral, não se trata de um episódio e sim de uma sucessão de interações que pode, inclusive, com a prática reiterada, ser aperfeiçoada. Mas o aspecto relevante é que, em se tratando de um processo, deveria ser um processo cíclico, em que as etapas de negociação e, eventualmente, acordo, seriam seguidas pela implementação das decisões e pelo monitoramento e avaliação de seus impactos, o que permitiria, numa nova rodada do diálogo, o seu aprimoramento, seja em termos de processo, seja em termos de resultados alcançados.

Desta forma, o diálogo social pode ser, além de um instrumento para o alcance de determinados fins que mobilizaram os atores sociais a nele se engajarem, também um fim em si mesmo, na medida em que o próprio processo possibilita a obtenção de avanços, principalmente no que diz respeito ao aprofundamento da democracia e da participação social. De fato, tal processo pode permitir a democratização da elaboração da política pública, bem como aumentar sua legitimidade e eficácia devido ao fato de que a mesma tende a refletir melhor os interesses dos atores e a ser percebida como fruto de uma construção mais coletiva.

Quanto a seus possíveis resultados positivos, destaca-se a maior influência da dimensão social na elaboração e monitoramento das políticas públicas, dado que o diálogo pode permitir a participação de outros atores que tradicionalmente têm menor poder de influência nos processos decisórios mais relevantes.

Apesar do avanço do processo democrático no país nos últimos anos, a prática do diálogo social na sociedade brasileira ainda está em fase de consolidação. Nesse horizonte, torna-se importante o estabelecimento de um espaço público destinado à reflexão e ao debate, “como um tipo especial de aprendizagem onde os participantes aprimoram sua capacidade de intervir cotidianamente nos temas sociais que lhes dizem respeito” (DIÁLOGO, 2009, p. 8).

Uma vez que a prática do diálogo social na sociedade brasileira, como um modelo que subsidie a formulação de políticas públicas, ainda está em processo de difusão e consolidação, é importante o momento de sensibilização dos atores sociais envolvidos para o sucesso do trabalho. Para tanto, é fundamental que os atores sociais possam levar em consideração a) a relevância da troca de experiência e de informações; b) a relação entre as discussões dos atores, seus interesses particulares e a busca de pontos de convergência; c) a necessidade de legitimação do processo pelos atores; d) a importância de os atores social envolvidos monitorarem as ações e avaliarem sua eficácia e efetividade. Nesse sentido, é importante ressaltar aos representantes de diferentes visões de mundo e de interesses que a prática do diálogo social prima pela troca de conhecimento, aprendizagem e construção coletiva por meio da democracia.

A fim de assegurar uma experiência que possa ser replicada e se torne referência para outros momentos e espaços de participação política, é importante que os órgãos envolvidos no processo se comprometam em atingir os objetivos estratégicos, para que os atores do diálogo social possam referir-se ao processo de forma positiva. E, para viabilizar a continuidade e o aprofundamento do processo de participação social, por meio do diálogo, o espaço político deve ser garantido e ampliado “de tal forma que a experiência seja vista como parte de um processo que não termina” (DIÁLOGO, 2009, p. 10), mas prossegue pela reflexão e ações da sociedade envolvida.

Contudo, é necessário atender a alguns requisitos para que se estabeleça e tenha sustentação um processo positivo de diálogo social. No caso dos principais atores sociais, quais sejam, organizações representativas de trabalhadores e de empregadores, é preciso assegurar, entre outras⁵:

- **liberdade de associação**, conforme preconizam as Convenções 87 e 98 da OIT⁶.

Isso implica, entre outras garantias, o direito de criar organizações de representação

⁵ Para uma discussão detalhada, ver Ishikawa (2003).

⁶ Convenção 87 – Convenção sobre a liberdade sindical e a proteção do direito de sindicalização, de 1948 (disponível em espanhol em:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12100:7997182546795771::NO::P12100_ILO_CO_DE:C087. (Acesso em julho de 2012); e

Convenção 98 – Convenção sobre o direito de sindicalização e de negociação coletiva, de 1949 (disponível em espanhol em

sem prévia autorização e de a elas se associar; o livre funcionamento dessas organizações; o direito de eleger livremente os representantes; o direito de essas entidades organizarem e se associarem a federações e confederações, inclusive internacionais; o direito de greve; proteção contra práticas anti-sindicais; e direito à negociação coletiva;

- **organizações de representação com legitimidade e representatividade** para participar do diálogo e assumir compromissos com as decisões tomadas e suas consequências;
- **vontade política e compromisso com a participação no diálogo**, que implica reconhecer a pluralidade e a interdependência e ter um compromisso prévio com o processo. O respeito à diversidade das organizações amplia a possibilidade da leitura da realidade e de seus problemas, contribuindo para a busca do atendimento de determinados objetivos;
- **capacidade técnica para participar do debate** com o nível de aprofundamento que o tema requer. Implica, portanto, acesso à informação, assessoria técnica e de pesquisa e capacitação em negociação;
- **capacidade de cumprir os compromissos acordados**. Para tanto, é muito importante desenvolver capacidade e assegurar a realização sistemática do monitoramento e da avaliação da implementação das políticas, que deveriam, por sua vez, ser traduzidas em um plano concreto de ações. Essa é a base para uma nova rodada de negociações e, em caso de sucesso, fortalece o processo de diálogo.

Por fim, deve-se, ainda, abordar algumas relevantes questões adicionais bem como reafirmar aspectos já mencionados anteriormente, devido à sua importância para o êxito do diálogo social, como prática e como meio para obtenção de avanços no nível de bem-estar da população.

Em primeiro lugar, não se pode pretender transferir mecanicamente modelos adotados em outros locais ou setores, uma vez que o ponto de partida é marcado por aspectos históricos, culturais, entre outros e, mais especificamente, pelo estágio das relações entre os atores sociais. Portanto, o início do processo é bastante diferenciado e influenciará sobremaneira o diálogo que se procura construir. Assim, embora se possa

http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12100:7997182546795771::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312243. Acesso em julho de 2012)

tomar as experiências alheias como fonte de inspiração e como base para a identificação dos elementos estruturais do diálogo, o aprendizado maior e a conformação concreta se dará com a prática do diálogo.

Em segundo lugar, o cenário em que ocorre marca profundamente o diálogo social. O exemplo europeu, citado de passagem anteriormente, tinha como contexto mais geral e força impulsionadora, movimentos importantes como a globalização, o aumento da competição entre as grandes corporações em nível internacional, a prevalência de uma visão sobre como deveria ser a intervenção estatal no sistema econômico e uma decisão política de incrementar o nível de integração com a adoção da moeda única (Tapia, 2005). É preciso, portanto, identificar o mais adequadamente possível em que contexto se dá o processo de diálogo, ainda que, a depender da situação, em escala mais reduzida.

Em terceiro lugar, como anuncia o conceito de diálogo social aqui adotado, é fundamental haver a percepção, por parte dos atores sociais, de que há uma questão, um problema, um desafio a ser encarado e, dadas as circunstâncias de ordem política, econômica e social, nenhum dos atores de maneira isolada pode, eficaz e eficientemente, fazê-lo sozinho. Esse talvez seja o ingrediente fundamental. Para além de uma opção radical pela via democrática, é importante que a opção pelo diálogo social seja vista pelos atores sociais relevantes no processo como a melhor via segundo seus próprios interesses, seja pelo que pode se ganhar ao participar, seja pelo que pode se perder ao não participar. Provavelmente, na ausência desse ingrediente, os processos de diálogo estarão fadados a não se estabelecerem ou, no caso daqueles que já existem, a perder força, podendo até desaparecer.

Finalmente, embora seja um importante instrumento para lidar com conflitos e problemas existentes na sociedade, o diálogo social não resolve as contradições inerentes a uma sociedade de classes, mesmo porque não é esse o seu objetivo. Pelo contrário, o que o diálogo social possibilita é o resgate das diferenças existentes entre os atores sociais que, manifestadas, enriquecem o processo, a compreensão da realidade e a busca de convergências entre as distintas visões.

Neste trabalho, o diálogo social tem o objetivo de reunir os conselheiros, representantes do poder público e lideranças da sociedade civil, a fim de que, por meio do debate, da

reflexão comum, seja elaborado o diagnóstico das demandas socioeconômicas e ambientais de Educação Profissional no Território, assim como levantar subsídios para a ação dos Centros na implementação dessa política setorial. O diálogo tem o compromisso de reunir uma pluralidade de lideranças, para que o debate seja rico e amplo, buscando envolver o máximo de elementos da realidade do Território.

Outro aspecto relevante da oficina do diálogo social é a própria aplicação da metodologia e o reconhecimento de seus pontos fortes e fracos, possibilitando possíveis revisões. A proposta é que essa metodologia seja apropriada pelos conselheiros para a promoção de suas próprias técnicas participativas, na discussão da política de Educação Profissional no Território. Tão importante quanto produzir modos de prospectar demandas e necessidades, essa metodologia participativa oferece a oportunidade da reflexão sobre formas de intervir democraticamente no Território, não apenas respondendo a demandas, mas inclusive produzindo demandas mais sofisticadas, inclusivas e vinculadas a um padrão de vida mais digno para toda a população do Território.

I.7. Territórios de Identidade na Bahia

O governo do estado da Bahia instituiu o Programa Territórios de Identidade com o objetivo de que o planejamento do desenvolvimento contemple as diversidades econômicas, geográficas, sociais e culturais das várias regiões que compõem o extenso território estadual. Duarte (2009) explica que essa divisão difere da empregada pelo IBGE, baseada em regiões, organizadas pelo viés econômico, as quais servem de base para formulação de políticas públicas e de organização de dados estatísticos. Os Territórios de Identidade não se explicam apenas por critérios objetivos, mas pelo modo como a população elabora a sua identidade, os seus sentimentos de pertencimento e destinos, destacando-se, ainda, a relevância dos laços cotidianos na estruturação dos territórios (DUARTE, 2009).

As reflexões de Milton Santos são referência para o conceito de Território de Identidade na Bahia. Desse autor, destaca-se o argumento de que o território é um cenário onde os sentimentos das pessoas em relação ao lugar em que vivem – onde produzem, se reproduzem, manipulam elementos culturais, materiais e espirituais – se vinculam ao

pertencimento e à identidade (SANTOS, 2000). Para Tonneau e Cunha (2005, p. 46), o território é um espaço construído histórica e socialmente, onde as atividades econômicas são condicionadas por laços de proximidade e de pertencimento a um espaço considerado comum. Eles concluem que o território é produto do entrelaçamento de projetos individuais e coletivos, instituídos no processo de identificação e negociação de interesses e conflitos.

Os conceitos que envolvem e explicam os Territórios de Identidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) merecem ser, aqui, esclarecidos. Antes da instituição do programa pelo governo da Bahia, ele já estava em implementação pelo MDA como gestão de políticas de desenvolvimento dos espaços rurais e, sem nenhuma dúvida, influenciou o modelo atualmente promovido pelo governo baiano, o qual, de modo algum, limita-se aos espaços rurais nem tampouco à agropecuária.

Perico (2009, p. 57) destaca a multidimensionalidade do território. A concepção de território abrange as dimensões econômica (que implica o uso dos recursos locais), sociocultural (que envolve valores, respeito à diversidade, equidade, participação de todos), político-institucional (que considera a construção e renovação de instituições democráticas) e ambiental (apoiado no princípio de sustentabilidade dos recursos naturais, considerando as gerações futuras). Esse mesmo autor explica que o conceito de cultura, que inspira a política do MDA se inspira nas reflexões do antropólogo Geertz, para quem ela representa sistemas simbólicos compartilhados por diversos membros da sociedade, os quais ordenam “comportamentos, valores e manifestações expressando unidade e coesão social” (PERICO, 2009, p. 59). Identidade, por sua vez, orienta-se pelas reflexões do sociólogo Castells, para quem a identidade é fonte de significado para os “próprios autores” e é elaborada ao longo do processo de “individualização”, trazendo significados históricos e orientando os indivíduos em suas vidas. Perico (2009 p. 61-62) destaca a perspectiva de Castells de que esse é um processo relacional, que ocorre em um determinado contexto.

A partir das reflexões de Perico (2009), apreende-se que o conceito de Território de Identidade é bastante abrangente, proporcionando uma complexidade de elementos para orientar a elaboração e implementação das políticas públicas. Ele contempla um espaço determinado, no qual merecem destaque as relações dos cidadãos, durante o movimento

de produção econômica, cultural, geográfica, religiosa, política, histórica. Assim, as singularidades de cada região da Bahia podem ser manifestas e contempladas ao longo do planejamento e execução das políticas, as quais podem, se ajustadas às especificidades de cada território, resultar em ações mais eficientes, eficazes, efetivas e, sobretudo, democráticas.

A inspiração do plano de desenvolvimento territorial rural, elaborado pelo MDA, para o programa amplo do governo baiano permite a citação de justificativas daquele, as quais esclarecem as vantagens dessa concepção. O documento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (BRASIL, 2005, p.10) explica que a proposta é resultado da necessidade de articulação das políticas públicas e formação de parcerias para a realização das metas e objetivos. Essa parceria potencializa resultados e reduz desperdícios de possíveis superposição e dispersão de ações e competências. Desse modo, trata-se de estratégia para aprimorar o desempenho estatal e garantir o bom uso dos recursos públicos, buscando concentrar esforços e evitar dispersão.

A proximidade inscrita na abordagem territorial, continua o documento (BRASIL, 2005, p.11), auxilia na formação da solidariedade e cooperação e a articulação de serviços públicos, facilitando o acesso, o compartilhamento da identidade. E opera como base sólida para a coesão e alicerce do capital social, otimizando iniciativas coletivas. Assim, a política dos Territórios de Identidade permite o melhor uso de recursos ambientais, econômicos, políticos, sociais e culturais para o desenvolvimento sustentável da população.

Em relação às políticas de Educação Profissional da Bahia, o Programa Territórios de Identidade possibilita um atendimento mais amplo. Os CETEPs, embora localizados em um determinado município, não estão organizados para atender somente aquele espaço geoadministrativo. Os CETEPs são Centros de Educação Profissional do Território, edificados para responder às demandas coletivas do território. Desse modo, eles se convertem em espaços dinâmicos de encontro, troca, discussões, negociações de indivíduos dos diversos municípios de cada território. Mais do que centros de educação para atender demandas, ele se configura num locus de reflexão sobre as necessidades, inclusive fomentador de futuras demandas. Um espaço onde docentes, discentes, funcionários, gestores, famílias e a sociedade em geral atuam e participam, em diálogo

com o Estado, processando e recriando identidades e solidariedades. A concentração de parte das atividades de Educação Profissional em um centro possibilita a articulação de recursos públicos e sociais para buscar a construção de uma política eficiente, eficaz, efetiva e compromissada com o exercício da cidadania dos baianos.

De toda forma, para formular propostas de políticas, programas e cursos de Educação Profissional, é imprescindível que se pensem quais são as necessidades e demandas de formação. Para isso, costuma-se utilizar técnicas que viabilizem o levantamento dessas necessidades.

I.8. Estudos de prospecção de demandas por Educação Profissional

O levantamento de demandas é procedimento bastante comum no setor produtivo para a previsão das necessidades futuras de força de trabalho. Uma das metodologias mais conhecidas é a prospecção realizada pelo SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial –, o qual busca antecipar-se às mudanças tecnológicas e organizacionais para um futuro não muito distante, a fim de atender às necessidades de empregos da indústria nacional.

As transformações ocorridas na economia mundial e nos processos de trabalho nas últimas décadas contribuíram para a relevância desse tipo de estudo. As mudanças vêm se dando de forma muito acelerada, exigindo a constante readaptação do planejamento. Até o final da década de 1970, o modelo de produção taylorista/fordista predominava em praticamente todo o mundo. Castel (1998, p. 420-436) indica algumas das características desse modelo, o qual se baseava no planejamento em longo prazo, na racionalização do processo de trabalho, na contabilidade e gestão do tempo, na organização científica do trabalho e de sua divisão, no encadeamento das operações técnicas, no parcelamento simples, na disciplina rigorosa, na formação de estoques, na clara hierarquia de cargos e salários, nos planos de carreira, na fixação do trabalhador em seu posto.

Entretanto, a partir do final da década de 1970 esse modelo entra em crise e, a partir dos anos 1980, a organização da produção e das relações de trabalho sofreu transformações radicais. Em vez do planejamento de longo prazo, as metas se voltaram para o curto e

médio prazo, sempre passíveis de revisão. As demandas do mercado consumidor se converteram no orientador das metas de produção. Essas demandas se caracterizam pela variabilidade, em constante renovação, exigindo novos modelos de produção, mais ágeis e flexíveis, adaptáveis às constantes revisões. Em vez do encadeamento das operações técnicas, as células produtivas compartilham as atividades, que passam a exigir habilidades, talentos subjetivos e intervenção dos trabalhadores. As empresas fordistas dispunham de força de trabalho fixa, permanente, disciplinada e hierarquicamente distribuída na produção parcelada. Já no modelo flexível, o emprego não é mais permanente, mas sujeito às oscilações da demanda, além de exigir funcionários multifuncionais, prontos para atuar em diferenciadas frentes.

Como dito anteriormente, os novos padrões de organização e gestão do trabalho exigem novas competências dos trabalhadores. Manfredi (2007, p. 18-22) ressalta a relevância atribuída pelos empregadores à capacidade de o trabalhador intervir, de modo ágil, em situações previsíveis ou não. Nesse modelo, denominado de competência, mais do que dominar as tarefas vinculadas ao posto de trabalho, exige-se a capacidade de mobilização de saberes, de traços de personalidade, de estabelecimento de boas relações na equipe, de competitividade, de inovação, e de tomada de decisões em situações diversificadas (MANFREDI, 2007).

No novo modelo de economia globalizada, as empresas das nações mais industrializadas parcelam a produção, mantendo as ocupações que exigem maior qualificação, que definem as linhas e metas de produção, nas suas sedes. Ao passo que algumas outras fases – muitas dessas, mas nem todas, exigem força de trabalho com menos qualificação – são transferidas para várias nações do globo, onde a remuneração é menor e a regulação estatal e a proteção de direitos trabalhistas são mais frágeis. Dessa forma há realocação de empregos pelo mundo. Diante de um quadro sujeito a mudanças constantes, o planejamento se converteu numa estratégia muito complexa, cada vez mais importante, na medida em que procura sugerir alternativas para driblar os inevitáveis riscos do modelo de economia atualmente em vigência.

A metodologia de prospecção do SENAI (2004, p. 9) procura, com a “difusão de novos equipamentos, processos e técnicas de organização da produção”, responder às necessidades criadas, fato que exige novos perfis de qualificação e de volume de força

de trabalho. O texto do SENAI (2004) explica que as alterações se refletem na formação de novas técnicas de logísticas e de gestão, para as quais as indústrias devem estar preparadas. Destaca ainda o fato de as economias dos diversos países estarem relacionadas, exigindo o exame das perspectivas de alterações em outros mercados e suas possíveis incidências sobre a produção local. A prospecção proposta pelo SENAI abrange pesquisas tecnológicas, organizacionais, de ocupações emergentes e mudanças na estrutura da ocupação, antecipando mudanças quantitativas e qualitativas para o setor industrial, uma vez que é necessário planejar novo perfil de profissionais, capacitar professores, montar laboratórios e incorporar os discentes no mercado de trabalho.

O estudo de prospecção envolve várias etapas. Na fase da metodologia quantitativa são elaboradas investigações setoriais, as quais são organizadas em painéis de Delphi, listando tecnologias e princípios organizacionais. Na fase qualitativa, os painéis são analisados por especialistas, os quais são formadores de opinião em suas respectivas áreas. Então, torna-se possível “obter percepções coletivas sobre a probabilidade de difusão de novas tecnologias de produto, processo e organização da produção” (SENAI, 2004, p. 12). Merece destaque a preocupação da prospecção do SENAI em registrar as diversidades regionais e setoriais onde a instituição atua, respeitando a necessidade de garantir autonomia às unidades para agir segundo as necessidades particulares (SENAI, 2004, p. 10).

Outra metodologia de prospecção para avaliação de futuras necessidades de demanda de força de trabalho e, no caso, de Educação Profissional embasa a prospecção realizada pelo Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica da Região Centro-Oeste (BRASIL, 2008). Também seu relatório destaca as consequências das transformações no mundo do trabalho sobre a diversidade de modelos organizacionais para o planejamento da Educação Profissional, envolvendo a antecipação de habilidades e competências a serem requeridas da força de trabalho em futuro próximo, assim como a reflexão sobre as melhores propostas de domínios das matrizes curriculares.

O estudo desse Observatório guarda algumas semelhanças metodológicas ao do SENAI. Todavia, ele traz em si a singularidade dos compromissos institucionais da Educação Profissional Tecnológica pública, que se caracteriza pela “educação crítica,

comprometida com aspectos sociais, culturais, humanistas e inclusão social”, priorizando o desenvolvimento local e regionalmente sustentável (BRASIL, 2008, p. 11).

A abordagem desses dois estudos de prospecção é importante para esclarecer o objetivo deste estudo, o qual também é levantar demandas de oportunidades de trabalho e, logo, de futura formação de força de trabalho, mais especificamente, Educação Profissional. Assim como os estudos acima, a metodologia proposta por este estudo também articula procedimentos quantitativos e qualitativos e valoriza a consideração das singularidades das regiões – no caso, territórios – como o do SENAI.

Merece destaque uma grande diferença em relação à metodologia do SENAI, que é o fato desta última também abordar os processos organizacionais, tecnológicos e de formas de trabalho. No presente estudo, destacam-se às novas oportunidades de trabalho no médio prazo no Território de Identidade do Recôncavo e as demandas, a elas relacionadas, de Educação Profissional, como cursos, currículos, formação de docentes, entre outras.

Assim como a pesquisa do Observatório do Trabalho, a metodologia ora proposta considera compromissos com a política de Educação Profissional da rede pública, enfatizando valores relacionados ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ambientalmente sustentável.

Para efetivar pesquisas de prospecção sobre o perfil de formação necessária em determinada região, é necessário, muitas vezes, recorrer a indicadores, que podem ser sinteticamente descritos como instrumentos que ajudam a compreender situações ou fenômenos sociais complexos.

I.9. Indicadores sociais: conceito, funções e legitimidade

Conhecer e examinar um fenômeno social específico, por meio de informações referidas a uma realidade empírica, é um processo que requer trabalho analítico criterioso. A construção e utilização de indicadores sociais possibilita conhecer e analisar aspectos da realidade social e sua evolução ao longo do tempo.

Em termos conceituais, segundo Jannuzzi (2001, p. 15)

Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

O processo de elaboração de indicadores abrange algumas definições prévias essenciais inter-relacionadas. A primeira delas, que seria o ponto de partida, refere-se à pergunta que se pretende responder e à finalidade desse conhecimento que se busca, ou seja, quais respostas se quer obter a partir da análise, o que se quer conhecer sobre aquele fenômeno social e por quê ou para quê. A segunda dimensão corresponde à identificação e delimitação do objeto de estudo ou da realidade que se quer conhecer e acompanhar, tanto no sentido de sua definição conceitual quanto no de seu recorte sócio-espácio-temporal. Uma terceira diz respeito à concepção e as categorias acerca do objeto sobre o que se assenta a análise, isto é, como a teoria compreende o fenômeno e o explica. E, por fim, uma quarta compreende a escolha dos indicadores que melhor materializem esse recorte da realidade, tendo por pressuposta a disponibilidade dos dados brutos (para o grupo social, período e espaço em foco) a serem utilizados na construção de cada indicador ou com a possibilidade de sua coleta.

Relativamente à primeira definição, no que diz respeito ao escopo mais geral desta metodologia, a proposta de indicadores tem como intenção subsidiar o planejamento e a elaboração da política pública de Educação Profissional. O processo de elaboração de indicadores sustenta-se na proposição de instrumentos que permitam um levantamento das demandas de Educação Profissional o mais próximo possível das reais necessidades da população de cada território e, por conseguinte, do estado.

Quanto à segunda definição, o objeto de estudo escolhido requer a compreensão do que se entende por Educação Profissional e se referencia no espaço geográfico de cada Território de Identidade, espaço de convivência social que abarca diferentes atores sociais, com demandas diversas, inclusive ambientais.

A terceira referência remete às teorias explicativas do fenômeno, neste caso, as demandas de Educação Profissional com base nas características socioeconômicas e

ambientais do território. As teorias e as categorias analíticas informadas pelas teorias orientam a seleção de indicadores. Alternativamente, informações empíricas contrapostas a teorias podem contribuir para superar raciocínios explicativos estabelecidos e viabilizar a formulação de novas tentativas de compreensão do fenômeno.

Por fim, a quarta definição é a seleção de indicadores e suas fontes. Para que essa dimensão se concretize a contento é necessário trilhar um caminho que vai da conceituação e delimitação do fenômeno, conhecimento das fontes de dados e suas propriedades até a elaboração do indicador e interpretação e análise das informações. Muitas vezes, o melhor indicador não pode ser construído em função da não disponibilidade de fontes de dados ou de sua baixa confiabilidade.

Para se elaborar essa “medida com significado social substantivo” que é o indicador social, faz-se necessário o cumprimento de algumas condições. Os indicadores construídos devem buscar atender, no máximo possível, a uma série de propriedades. Essas características desejáveis, na visão de Jannuzzi (2001), são várias, porém, destacam-se cinco: a) o indicador deve ter **relevância social**, ou seja, a sua produção e o seu uso devem estar referendados num contexto histórico de discussão política e social de cada sociedade; b) ele deve ser **válido**, propriedade que “corresponde ao grau de proximidade entre o conceito e a medida”, isto é, o indicador deve ser capaz de traduzir em dados a realidade abstrata a que se refere; e c) deve ser **confiável**, isto é, a pesquisa de campo e a metodologia que sustentam o cálculo do indicador devem ser credíveis; d) o indicador deve possuir **sensibilidade**, o que faz com que mudanças na realidade de referência se espelhem na evolução apontada pelo indicador; e e) deve apresentar **comunicabilidade**, ou seja, o indicador deve ser facilmente compreensível pelos interessados. O citado autor ainda lista outras propriedades relevantes aos indicadores, tais como **cobertura** (ou abrangência); **especificidade** (isto é, não apontar variações semelhantes para mudanças sociais diversas); **inteligibilidade** (ser compreensível); **factibilidade** (poder ser calculado); **periodicidade** (ter cálculo e divulgação regulares); **desagregabilidade** (poder ser desdobrado por regiões, por segmentos demográficos etc.); e **historicidade** (compor uma série histórica). Quase sempre, um indicador específico não é capaz de atender plenamente todas essas propriedades. Mesmo assim, é

importante destacar que, quanto aos indicadores que são ou venham a ser selecionados, essas premissas devem ser consideradas.

Um dos principais problemas encontrados no desenvolvimento desta metodologia relaciona-se ao nível de desagregação geográfica do objeto de estudo – o Território de Identidade –, uma vez que cada Território de Identidade é composto por um conjunto de municípios. Os desafios se apresentam basicamente por dois motivos. O primeiro se refere à divisão político-administrativa em Território de Identidade, dado que esse tipo de regionalização foi uma medida do Governo da Bahia. Nessa situação, alguns dados e indicadores oficiais, referências nacionais e/ou internacionais, não estão disponíveis para essa delimitação geográfica específica. Um dos exemplos desse limite é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto e calculado pelo PNUD, que só é disponibilizado para os municípios e o Estado, mas não para o Território de Identidade. Em função de sua fórmula de cálculo, o eventual IDH do Território de Identidade não resultaria da média dos valores do IDH de cada município que compõe a região.

Outro motivo diz respeito à inexistência ou à insuficiência de alguns tipos de informação em âmbito municipal. Muitos dados na escala municipal só são obtidos a partir de Censos Demográficos, os quais costumam ser realizados apenas a cada dez anos. Neste momento, há possibilidade de ter acesso a informações recentes, uma vez que os dados do Censo de 2010 vêm sendo divulgados. No entanto, em breve, os dados do Censo de 2010 perderão atualidade, o que nos levará a uma impossibilidade de mensurar, por exemplo, a situação corrente do mercado de trabalho do território ou dos municípios de forma mais ampla.

Considerando-se a evolução entre 2000 e 2010 do mercado de trabalho nas áreas onde há pesquisas domiciliares regulares, pode-se deduzir que, antes das divulgações do Censo de 2010, as informações disponíveis para esse tipo de avaliação em âmbito municipal (e, por consequência, para o Território de Identidade) ficaram bastante defasadas. Assim, uma análise regular e sempre atualizada do mercado de trabalho só pode ser feita de forma parcial, observando-se apenas o mercado de trabalho formalizado, por meio da análise dos registros administrativos do Ministério de Trabalho e Emprego. Tais registros correspondem à Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – e ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED –,

que consolidam dados do setor formalizado do mercado de trabalho e possibilitam a produção de informações tomando-se o município como unidade de análise.

As duas restrições anteriores, que têm caráter mais amplo, somam-se a outro aspecto específico: a diversidade de situações observadas entre os municípios de um mesmo território. Nota-se que, apesar da identidade que une seus municípios, existem muitas diferenças que dificultam um olhar homogêneo para a região. Por esse motivo, a construção de indicadores para todo o Território não pode ofuscar as diferenças que existem no interior do Território. Ao contrário, os indicadores também devem revelar as disparidades e desigualdades existentes. Um exemplo que pode ser usado para ilustrar essa situação refere-se ao Território de Identidade do Recôncavo, em que ressalta a posição econômica do município de São Francisco do Conde frente aos demais. Essa disparidade pode ser traduzida em apenas um indicador: o peso do PIB municipal no do território. A riqueza econômica gerada naquele município, expressa pela proporção do PIB municipal em relação ao PIB do respectivo Território de Identidade, estava em torno de 76% do total do Território, em 2008. Considerando que o Território de Identidade em questão tem mais 19 municípios e que essa não é a única diferença relevante encontrada entre eles, vislumbra-se a diversidade dentro do Território e constata-se que estão postos os desafios de análise e intervenção mesmo no âmbito do Território.

Todavia, a metodologia que desenvolvemos e a experiência teórico-prática realizada têm uma singularidade que deve ser acentuada. Trata-se dos princípios da gestão democrática, os quais foram abordados acima, na fundamentação teórica. Esses princípios são os que orientam as diretrizes do governo do estado da Bahia e, inclusive, da SUPROF. Dessa forma, o levantamento das demandas de Educação Profissional e o estudo das oportunidades de ocupação no Território são efetuados por meio da interlocução e troca entre o conselho escolar, atores do poder público e da sociedade civil locais e técnicos (do DIEESE, entre outros). De forma alguma esse levantamento e essa metodologia pretendem apresentar estudos técnicos sem a validação dos atores locais, cidadãos beneficiários e, ao mesmo tempo, formuladores e controladores das políticas de Educação Profissional. Até mesmo porque um dos objetivos é que essa metodologia seja apropriada pelos conselheiros, para a organização e criação de seus próprios modelos de diálogo social, fundamentados nos valores da gestão participativa.

II. Metodologia: paradigmas, construção e investigação

II.1. Metodologia, teoria e objetivo

Saulu *et al* (2005, p. 34) relatam que o paradigma – definido por eles como o “conjunto de conceitos teórico-metodológicos” – determina e orienta o modo de olhar e de selecionar, investigar e definir o objeto da investigação. No caso presente, o paradigma instrui não só a forma de investigar o objeto como a de elaborar propostas e intervir sobre ele. O objetivo da longa discussão teórica que antecedeu o capítulo da metodologia é alicerçar a metodologia aqui desenvolvida. Isso porque, como explica Saulu *et al* (2005, p. 22), a teoria é o princípio de uma investigação, a partir dela são elaborados os objetivos e as opções metodológicas e suas regras de procedimentos. Portanto, para desenvolver uma metodologia é necessário precisar os fundamentos teóricos.

Esses autores definem o marco teórico como um “corpo de conceitos articulados entre si, os quais orientam a forma de apreender a realidade”⁷ (SAULU *et al*, 2005, p. 34). Desse modo, ao discutir extensamente os conceitos de Educação Profissional (na história do país e, principalmente, hoje na Bahia), a gestão democrática e participativa no governo federal e estadual, diálogo social, os Territórios de Identidade, os estudos de prospecção e indicadores sociais, procurou-se articulá-los, de forma a estabelecer e elucidar o principal objetivo deste trabalho, que é a elaboração e teste da metodologia para levantamento de propostas para a Educação Profissional a partir das demandas socioeconômicas e ambientais dos Territórios de Identidade. Esse objetivo não deve ser almejado de qualquer maneira, mas a partir do nosso modo de apreender a realidade, como os autores acima citados propõem.

Assim, os conceitos anteriormente abordados nesse trabalho, visam tornar claro o processo de elaboração da metodologia para o levantamento de demandas de Educação Profissional. Porém, pode haver diferentes significados para o vocábulo “Educação Profissional”, em virtude do período, do lugar ou da corrente teórica. Nesse trabalho, ela não se associa a assistencialismo, controle social, treinamento básico, como em alguns momentos históricos. Na concepção deste estudo, o trabalho é matriz da Educação

⁷ Tradução nossa.

Profissional e, como informou Manfredi (2007, p. 27), isso significa envolver corpo e mente, reflexões, representações, conhecimentos, habilidade e relações. Trata-se, então, de levantar demandas para esse conceito determinado de Educação Profissional, associado ao compromisso com a formação integral do ser humano. Assim sendo, não se limita às demandas do mercado de trabalho, mas também considerar os aspectos sociais, culturais, relacionais, ambientais, entre outros.

Esse levantamento também envolve o desenvolvimento da política de Educação Profissional em um contexto de gestão democrática e participativa. Ou seja, trata-se de um processo que remete à escuta social, à participação de seus beneficiários, de gestores e da sociedade civil que gera e atende demandas. Essa participação se desdobra na formulação, orientação para a implementação, controle, monitoramento e avaliação da política de Educação Profissional.

Por sua vez, realizar a metodologia para o levantamento de demandas deve captar e registrar as singularidades dos Territórios de Identidade, as quais se compõem de aspectos econômicos, culturais, sociais e de uma solidariedade ancorada numa identidade comum. Isso porque a SUPROF não concebe uma política de Educação Profissional com composição idêntica para todo o estado da Bahia, mas aquela que se ajuste às características e necessidades de cada um dos territórios.

A preocupação do governo do estado e da SUPROF com a gestão democrática incita a necessidade de criar mecanismos institucionais de participação, como o conselho escolar dos Centros de Educação Profissional. Essa institucionalização, por sua vez, contribui para ampliar e consolidar o exercício da cidadania e para formar sujeitos mais responsáveis por seus próprios atos, em virtude de exercerem a liberdade, e também mais integrados aos interesses do grupo, para além de seus próprios.

O compromisso do governo da Bahia e da SUPROF com a gestão democrática pode conduzir os cidadãos a conhecerem mais profundamente os problemas associados à formulação e implementação da política de Educação Profissional. E, como ensina Villanueva (1993, p. 59), levá-los a ultrapassar a experiência da vivência das questões e refletir sobre soluções. Esse processo é muito positivo para a eficiência e a efetividade da ação do governo, na medida em que a política se fundamenta em elementos da

realidade da própria população, a qual, por sua vez, se sente envolvida, associando-se mais ativamente no curso das ações.

Desse modo, elaborar a metodologia para o levantamento das demandas socioeconômicas e ambientais de Educação Profissional implica em desenvolver estratégias participativas, inclusive para a ação mais efetiva do governo. A metodologia deve-se voltar para incitar os próprios conselheiros e a sociedade civil a aderirem à gestão democrática, tornando a implementação da política de Educação Profissional na Bahia uma prática de transparência e justiça social.

A base de sustentação da metodologia proposta é a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2000) aplicada a um fórum de diálogo social. Conforme Franco (2005, p. 496),

[...] a pesquisa-ação pode ser considerada:

- uma abordagem de pesquisa, com característica social, associada a uma estratégia de intervenção e que evolui num contexto dinâmico;
- é uma pesquisa que parte do pressuposto de que pesquisa e ação podem estar reunidas;
- essa pesquisa pode ter por objetivos a mudança, a compreensão das práticas, a resolução dos problemas, a produção de conhecimentos e/ou a melhoria de uma situação dada, na direção proposta pelo coletivo;
- deve se originar de necessidades sociais reais; deve estar vinculada ao meio natural de vida; contar com a participação de todos os participantes, em todas as suas etapas;
- metodologicamente, deve ter procedimentos flexíveis, ajustar-se progressivamente aos acontecimentos; estabelecer uma comunicação sistemática entre seus participantes e se auto avaliar durante todo processo;
- ter característica empírica; estabelecer relações dinâmicas com o vivido; e enriquecer-se com categorias interpretativas de análise;
- deve possuir um *design* inovador e uma forma de gestão coletiva, em que o pesquisador é também participante e os participantes também são pesquisadores.

Apesar da sustentação na pesquisa-ação, a proposta metodológica desenvolvida para os conselhos de Educação Profissional guarda duas especificidades comparativamente a suas utilizações mais comuns: seu lócus é um fórum de diálogo social e, em certo grau, tem ênfase maior no resultado (o levantamento de demandas de Educação Profissional) do que no processo (a dimensão formativa dos participantes). Sob certa perspectiva, também o escopo de “transformação social”, inerente às propostas de pesquisa-ação, é, no presente caso, mais restrito do que se a expressão for compreendida como de “transformação da sociedade”.

A partir das proposições de Franco (2005), a opção pela pesquisa-ação significa acreditar que pesquisa e ação podem se conjugar num mesmo processo e se realizar de modo participativo, mesmo num fórum de diálogo social, no intuito da transformação

da prática e da realidade, transformação movida por um sentido e uma intencionalidade. Ainda como indica a autora, na pesquisa-ação,

[...] a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas de um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem do processo. Daí a ênfase no caráter formativo dessa modalidade de pesquisa [...] (FRANCO, 2005, p. 486.)

Conforme argumentam Goode e Hatt (1972, p. 13) a teoria limita os fatos estudados. Por isso, não se desenvolve esta metodologia para qualquer política de Educação Profissional, mas uma específica, na qual o trabalho é um princípio educativo e a gestão democrática, um compromisso. O esclarecimento dos conceitos, como também explicam esses autores (GOODE E HATT, 1972, p. 57), é indispensável para que se compreenda explicitamente qual o objetivo do trabalho e os motivos da metodologia desenvolvida.

II.2. Construindo a metodologia

Os argumentos de Demo (1995, p. 28-31) justificam o anúncio detalhado na opção teórica deste estudo, pois, ao contrário das ciências naturais, nas pesquisas sociais o controle não se efetiva por meio do distanciamento do pesquisador. Na verdade, esse autor esclarece que todos nós temos preferências ideológicas, as quais incidem sobre as opções do trabalho. Assim, nossas opções teóricas e metodológicas foram influenciadas por nossos valores. Demo informa que a neutralidade na pesquisa é impossível, porque “não é possível ver a realidade sem um ponto de vista e não há vista sem ponto [...] e esse ponto é do sujeito”. Mas ele assinala ser necessário controlar a ideologia, não a omitir do leitor. Seguindo Demo (1995, p. 37) a pesquisa não produz verdades absolutas, mas sim um ponto de vista, uma interpretação. Esse autor ensina que uma das melhores formas de minimizar os efeitos da ideologia sobre o trabalho é se manter aberto para discussão crítica dos resultados. Para isso, manifestar nosso ponto de partida é essencial para permitir essa discussão crítica.

Ferreira (1986, p. 165) assinala que a ação da pesquisa se deflagra com a elaboração da pergunta – no caso, trata-se de identificar qual a melhor forma de levantar as demandas da Educação Profissional dos Territórios de Identidade a partir de sua realidade socioeconômica e ambiental – e a pergunta será respondida pela metodologia. Esta

última deve ser selecionada em virtude de sua capacidade de responder à pergunta segundo os princípios que embasam e orientam a pesquisa. No nosso caso, devido ao fundamento teórico de nossa pergunta, reunimos as metodologias quantitativas e qualitativas, mas ressaltando o caráter de diagnóstico participativo. A reunião da metodologia quantitativa e qualitativa é legitimada por Thiollent (1984, p. 46), o qual certifica que os fatos sociais podem ser descritos tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Ferreira (1986, p. 165-170) examina criticamente o *survey*, método quantitativo bastante utilizado em pesquisas sociais. Esse exame nos possibilita demarcar as nossas opções metodológicas, a partir do contraste com as características do *survey*.

A autora informa que a adoção da técnica do *survey* se relaciona com os objetivos de controle político da população pelo Estado, sob a forma dos censos populacionais. Segundo ela, o *survey* foi utilizado por entidades filantrópicas, nações socialistas e industrializadas na Europa para o levantamento da pobreza, a fim de serem implantadas reformas sociais. O pressuposto era de que o estudo deveria trazer a objetividade dos números, os quais representariam fielmente a realidade. Ela ainda aponta o uso do *survey* para o reconhecimento de atitudes e opiniões, em estudos psicossociais de prospecção de mercado, buscando elementos para auxiliar na manipulação de ideias.

Essa autora conta que o *survey* é uma técnica que se identifica com os critérios de racionalidade instrumental, a qual permanece predominante na pesquisa social e na sociedade em geral. A natureza quantitativa legitima a veracidade – e cientificidade – dos resultados. Os argumentos de Thiollent (1984, p. 189) acrescentam informações sobre essa característica do método quantitativo – do qual o *survey* é apenas uma de muitas outras técnicas –, o qual se volta para a magnitude das causas sociais, sem a preocupação com a dimensão subjetiva. Esse autor acrescenta que a metodologia quantitativa utiliza procedimentos controlados e que seus resultados são objetivos.

Ferreira (1986, p. 165-170) ainda ressalta que o *survey* se ajusta à lógica da racionalidade burocrática, em virtude da possibilidade de os aspectos sociais serem contabilizados, classificados e, assim, submetidos a interpretações. Essa aproximação

do *survey* com a burocracia pode esclarecer a sua conveniência para os estudos de administrações públicas marcadas pela ênfase na unilateralidade da ação do governo.

Ferreira (1986) destaca que a estratégia de aplicar um único questionário a todos os grupos de entrevistados – comum nessa metodologia – é consequência do pressuposto e da imposição da equivalência entre eles. Esse modelo de questionário suscita a resposta reativa, em vez da discussão e reflexão de pontos de vistas específicos. Assim, os entrevistados podem ser apreendidos como parte de um único protótipo, e os resultados podem ser agregados, assinala essa autora. O *survey* é aplicado pelo pesquisador junto às unidades sociais, sem atenção para as estruturas internas, fato que termina por torná-las equivalentes. Em caso de diferença entre elas, essas são contabilizadas e classificadas hierarquicamente. Ou seja, não há o objetivo de reconhecer detalhadamente o significado das diferenças, ao contrário, busca-se enfatizar semelhanças. Assim, as possíveis diferenças são organizadas de modo a participarem, de alguma maneira, de uma semelhança precedente, estrutural. Nessa metodologia, a não subtração das diferenças, ameaçaria a lógica da quantificação, do cálculo das médias, a distribuição e a correlação das variáveis.

Ferreira (1986) estabelece interessante analogia entre a organização das médias, da construção de unidades uniformes com a lógica do sufrágio universal. Isso porque tanto no *survey* como na democracia representativa ocorre o predomínio do indivíduo, sem destaque para singularidades. A autora conclui que o pressuposto desse tipo de pesquisa é que a realidade opera independente das relações sociais, ou seja, os fenômenos são considerados externos aos indivíduos.

As reflexões acima nos possibilitam esclarecer nossas opções metodológicas. O uso da metodologia quantitativa em nosso trabalho não pretende, de modo algum, apresentar uma verdade inquestionável. É certo que a produção dos indicadores é resultado de estudo aprofundado e bastante criterioso, com o objetivo de apresentar, da forma mais fiel possível, informações sobre a realidade socioeconômica dos Territórios. Todavia, consideramos que nem sempre é possível obter dados radicalmente verossímeis, principalmente em países com as características do Brasil. As dimensões territorial e populacional de boa parte das nações mais industrializadas são menores do que as nossas, situação essa que facilita o registro de informações em geral. Além disso, e

talvez o principal elemento a ser destacado, no Brasil a regulação estatal das relações sociais ainda é frágil. Basta lembrar campanhas ainda recentes para o registro civil de indivíduos cujo nascimento ainda não havia sido oficializado em cartórios. A elevada proporção de trabalhadores no mercado informal ou na ilegalidade é um outro exemplo da fragilidade da regulação estatal. Até alguns poucos anos atrás, a população de trabalhadores sem registro na carteira de trabalho (resultante da agregação de assalariados sem registro, trabalhadores autônomos e familiares e empresários, entre outros) correspondia à metade da força de trabalho ocupada do país, o que indica os limites dos dados estatísticos baseados somente no emprego registrado.

Como já dito, Ferreira (1986) associa a técnica do *survey* com a lógica da burocracia e do sistema eleitoral. E esse modelo de administração é aquele marcado pela unilateralidade da ação do governo, diferente das propostas das correntes teóricas que defendem a participação popular na formulação, implementação e controle das políticas públicas. Neste caso, estamos desenvolvendo estudo sobre a política de Educação Profissional de um governo que assumiu a participação social como um compromisso e a escuta social como uma metodologia. Desse modo, a prática do uso das informações para manipulação e controle, como explicitado por Ferreira (1986), não se aplica a este trabalho. Afinal, em vez de produzir dados voltados para a uniformização da sociedade, o objetivo é registrar e ressaltar as diversidades, as singularidades e a impossibilidade de praticar um modelo único de implantação de uma política. Vale ressaltar que a SUPROF busca não somente criar mecanismos para a participação dos cidadãos na política educacional, mas inclusive estimular a reflexão e organização dos grupos sociais para a concretização do exercício dessa participação. Por isso mesmo, os resultados dos estudos quantitativos desse trabalho são apresentados, discutidos, refletidos, apropriados, validados e rearticulados pelos grupos da sociedade civil, no momento do diálogo social e em outras situações possíveis. A população que vive no local – que experimenta as consequências de habitar uma realidade caracterizada por aqueles indicadores – se relaciona com as informações e analisa o seu significado. De modo algum, trata-se de uma percepção de dados objetivos, frios, despersonalizados, impessoais, que retratam a realidade sem a contaminação de valores, de percepções ideológicas. Ao contrário, propõe-se que os números sejam capturados pelos sentimentos dos sujeitos e que se tornem, assim como suas experiências concretas cotidianas, um elemento para refletir e orientar a ação no seu território, no caso

específico, na formulação e implementação da política de educação. Desse modo, em contraste com a observação de Ferreira (1986) sobre a técnica do *survey* e sobre os fenômenos sociais existirem independentemente das relações sociais que os determinam, o estudo quantitativo aqui proposto visa escancarar a interdependência das relações e dos fenômenos sociais.

A metodologia quantitativa deste estudo, voltada para a elaboração de um diagnóstico participativo, em reunião com a metodologia qualitativa da pesquisa-ação por meio do diálogo social, situação na qual os indicadores são apresentados, discutidos e validados pela sociedade civil, busca atender à exigência da discussão crítica dos resultados. Muito mais do que produzir verdades absolutas, a metodologia se abre para a discussão e sua legitimação pela sociedade civil.

Estas concepções metodológicas se aproximam das orientações debatidas por Bourgnignon (2008, p. 23) em sua reflexão sobre a pesquisa no serviço social. Essa autora destaca a centralidade do sujeito nesse tipo de pesquisa. No processo metodológico da pesquisa do serviço social, o sujeito (no caso, o usuário da política pública) deve ser preservado e não ser tomado apenas como um dado ou fonte de informação. Assinala Bourgnignon (2008, p. 23) que o indivíduo deve ser respeitado como protagonista de sua própria história, o qual está inserido em um determinado contexto sócio histórico. Essa autora explica o desafio desse tipo de pesquisa, a saber: preocupar-se com a centralidade do sujeito como condição ontológica e não apenas uma estratégia metodológica de pesquisa. Para tanto, é fundamental dar visibilidade ao sujeito, à sua experiência e conhecimentos. Espera-se, dessa forma, que os profissionais da área do serviço social consigam desenvolver práticas comprometidas com a ética. Bourgnignon (2008, p. 48) explica que a pesquisa deve considerar os usuários das políticas como sujeitos públicos que se reconhecem e intervêm na realidade, como sujeitos autônomos, capazes de se desembaraçarem do assistencialismo, clientelismo, subalternidade, comuns nas ações dos governos.

As definições de Bourgnignon (2008) escancaram o compromisso da metodologia centrada no indivíduo como sujeito, autor de sua vida, que busca suplantar a dominação. Assim, um estudo que se compromete com o sujeito como valor deve produzir metodologias que enfatizem a centralidade desse sujeito. Essa é uma das principais

inquietações de nossas metodologias quantitativas e qualitativas. A quantitativa é validada pela sociedade civil, durante o diálogo social, quando os sujeitos debatem, refletem, interagem e levantam demandas e modos de responder a essas demandas. As entrevistas com os conselheiros convidam os sujeitos a refletirem sobre a realidade do território, a partir de suas próprias experiências, e, então, analisar sobre demandas de Educação Profissional, sobre as melhores alternativas para atendê-las, além de analisarem sobre as ações do conselho e sobre como tem se dado a implementação da política de Educação Profissional no Centro Estadual ou Territorial de Educação Profissional.

A explicitação dos objetivos desta metodologia parece relevante para esclarecer sobre os pontos de partida e sobre como se busca controlar valores, os quais incidem sobre os resultados do trabalho, como bem explicita Demo (1995, p. 28-37). Assim, foram desvelados os caminhos e opções, abrindo a proposta para a discussão crítica. Destacou-se a forma de participação dos sujeitos, a qual também funciona como elemento de discussão crítica. O amplo espaço para a participação dos sujeitos durante a construção desse trabalho assinala o compromisso ético, dado que os sujeitos participam de forma autônoma, podendo contestar e sugerir caminhos diferentes daqueles das propostas iniciais da política de Educação Profissional encaminhadas pela SUPROF.

No momento do diálogo social, os conselheiros dos Centros, juntamente com representantes da sociedade civil – aqui composta por movimentos sociais, trabalhadores, empresários e agentes públicos – debatem os indicadores do Território apresentados; abordam o processo de construção do pertencimento ao Território de Identidade específico; e identificam as demandas socioeconômicas e ambientais para a Educação Profissional e as melhores formas de atendê-las. Eles ainda discutem sobre o processo de implementação na política, seus pontos fortes e fracos e as possibilidades de enfrentamento pelo próprio grupo de alguns dos problemas reconhecidos. Ao longo da sucessão contínua das etapas do diálogo social, os sujeitos podem manifestar propostas que se chocam com elementos da política de educação. A partir do diálogo social, é produzido documento relatando as considerações do grupo, o qual é encaminhado para a SUPROF para orientar na elaboração e implementação da política naquele determinado Território. Dessa forma, a metodologia desenvolvida busca criar mecanismos para evitar ou, pelo menos, minimizar a possível influência exacerbada de

um dos atores e a interferência indevida dos técnicos e seus subsídios nas decisões das propostas dos sujeitos que participam do diálogo social. A parcela e a diversidade de segmentos presentes, refletindo e dialogando entre si dificilmente possibilita a persuasão obediente, sem objeções à possível influência dos técnicos ou à preponderância hegemônica de um dos sujeitos. A organização de uma reunião que encoraja a autonomia, a organização e a definição de posições próprias é relevante aspecto da metodologia, inclusive para a garantia do exercício da ética pelos profissionais envolvidos nesse trabalho.

II.3. Investigação: a associação da metodologia quantitativa e qualitativa

A opção pela associação da metodologia quantitativa e qualitativa possibilita ultrapassar o limite de cada uma delas e, concomitantemente, beneficiar-se das vantagens de ambas. A investigação quantitativa apresenta dados, indicadores e tendências da realidade ampla que podem ser observadas, constatadas, enquanto a qualitativa desvenda valores, crenças, representações, atitudes, opiniões, ou seja, elementos da subjetividade, os quais, embora não constatáveis de forma evidente, de alguma maneira, incidem sobre a realidade ampla (THIOLLENT, 1984, p. 188). Esse autor aponta o limite de ambas as metodologias, destacando o radicalismo apriorístico em descartar uma ou outra. Muitas vezes, os adeptos da pesquisa quantitativa desacreditam de tudo que não pode ser medido matematicamente, e, do outro lado, os adeptos da metodologia qualitativa acusam os primeiros colegas de conservadores, uma vez que, como afirma Ferreira (1986), a pesquisa quantitativa seria incapaz de captar mudanças. Para Thiollent (1984, p. 189), a questão mais importante não é se o método é o verdadeiro, mas sim se ele é vantajoso para o nosso campo de pesquisa, se ele é o que mais nos aproxima da realidade investigada. O método adotado deve ser o mais adequado para responder às perguntas de nossa pesquisa.

Thiollent (1984, p. 188) esclarece que os métodos quantitativos são frágeis na validade interna, mas fortes na externa, ou seja, seus resultados podem ser generalizados para o conjunto da sociedade. Contrariamente, os qualitativos são fortes no aprofundamento da compreensão da questão, no reconhecimento de inúmeros microprocessos que compõem o fenômeno social em um pequeno grupo, porém não podem ser generalizados. A

reunião das vantagens de ambos os métodos, acentua esse autor, permite a formulação de programas de intervenção concreta e adequada às particularidades do público-alvo.

Se o método quantitativo ressalta aspectos de grande magnitude, o qualitativo faz emergir elementos ainda novos da realidade social, ainda desconhecidos, assim como fornece insumos para o pesquisador colocar-se na posição dos sujeitos e, assim, descobrir novos nexos e significados (THIOLLENT, 1984, p. 190). Heloísa Martins (2004, p. 292) assinala que o estudo qualitativo privilegia microprocessos, pelos quais as ações e valores dos indivíduos se tornam compreensíveis.

Neste estudo, é fundamental construir um levantamento exaustivo de indicadores sobre o Território, apontando as várias facetas socioeconômicas e ambientais que os dados conseguem registrar. Porém, é imprescindível realizar o levantamento dos dados não arrolados pelos órgãos oficiais, dos que escapam da quantificação, como a ocupação no setor informal e ainda os valores sociais, culturais, relacionais, enfim, a diversidade de elementos que constituem a singularidade de um Território de Identidade, onde é implementada a política de Educação Profissional.

Como já foi destacado, o argumento de Demo (1995) sobre a impossibilidade da não contaminação dos valores do pesquisador nos resultados da pesquisa e, daí, a exigência de controles para não ameaçar a legitimidade dos dados. Martins (2004, p. 292) acentua esse aspecto para o caso da metodologia qualitativa, mais do que na quantitativa. Isso porque, como relata a autora, a metodologia qualitativa permite a abordagem de fenômenos complexos, nos quais é quase impossível que as opções para a combinação e reconstrução de variáveis trazem em si aspectos da posição social, interesses, valores do pesquisador. Martins (2004) chama atenção para o argumento de Weber sobre o compromisso de valores de todo conhecimento da sociologia e, exatamente por isso, propõe a autora, esse pensador alemão afirma que a objetividade da pesquisa procede da clara definição do pesquisador em relação ao problema investigado. Ou seja, a obediência aos procedimentos de controle é essencial para garantir a legitimidade dos resultados. Um desses procedimentos é o exame intensivo dos dados, tanto em amplitude como em profundidade, abordando as unidades sociais, as quais devem ser consideradas como uma totalidade.

A fase da interpretação dos dados qualitativos exige capacidade integrativa e analítica do pesquisador. Esse momento é fundamental na construção da legitimação dos resultados e é o que mais requer capacidade criadora e intuitiva, a fim de se atribuírem significados aos dados. Porém, ressalta Martins (2004, p. 292), essa capacidade não depende exclusivamente de elementos subjetivos, mas, sobretudo, resulta da formação teórica e dos exercícios práticos do pesquisador. Como conclui essa autora, essa é a fase em que o pesquisador elabora explicação válida para o caso, e o que sustenta a sua legitimidade é o “rigor da solidez dos laços estabelecidos entre nossas interpretações teóricas e os dados empíricos.” Portanto, a precisão na construção dos procedimentos no campo de pesquisa e na análise dos resultados tem a mesma dimensão, informando a interdependência das diferentes fases em relação à qualidade dos resultados finais.

Martins (2004, p. 295) ainda discute que a metodologia qualitativa é que mais requer atenções em relação ao comportamento ético do pesquisador e do pesquisado, em virtude do contato muito próximo e da possibilidade de manipulação do último pelo primeiro, na medida em que, indiscutivelmente, a relação aí desenvolvida é social e política e, portanto, envolve poder. Afinal, os pesquisadores são os indivíduos que impõem as perguntas a serem respondidas pelos pesquisados. Essa autora (2004, p. 296) insiste no cuidado que o pesquisador deve tomar, sobretudo nas situações em que há identificação política com o pesquisado. Ela conclui que o pesquisado é o sujeito de conhecimento e não o pesquisador, que não deve direcionar o encaminhamento da pesquisa e a análise dos dados em consonância com projetos políticos, sob risco de ameaçar a legitimidade dos resultados.

A entrevista realizada com os conselheiros do CETEP é uma das estratégias qualitativas proposta por essa metodologia. É importante esclarecer que o roteiro foi organizado a fim de permitir a expressão e, inclusive, estimular a reflexão do entrevistado. Diferentemente da técnica do *survey*, nessa entrevista é fundamental que as singularidades sejam expressas. Procura-se captar as diferenças e a reflexão que ela expressa. Entende-se que os diversos grupos têm sua singularidade e somente por meio dela a participação dos vários segmentos pode enriquecer a implementação da política de Educação Profissional.

Perseguindo os argumentos Ferreira (1986), não foi considerado, na entrevista com os gestores, o modelo burocrático da democracia representativa, mas uma forma de institucionalidade que combina democracia representativa com participativa. Assim, além de obter informações para serem utilizadas pelo Estado nas suas tomadas de decisão, buscou-se dialogar com o entrevistado, para que ele se manifeste como ator responsável pela política de Educação Profissional.

A entrevista pretende ser um instrumento para que o conselheiro possa refletir sobre a sua experiência, avaliar sobre a possibilidade de identificar necessidades, levantar perguntas que ele poderia se colocar, a fim de ampliar a visão sobre sua participação atual e a futura. A entrevista também pode operar como uma oportunidade para o conselheiro recordar sua experiência no conselho. Ao mesmo tempo a entrevista pode ajudar o entrevistado a organizar sua experiência, uma vez que a trivialidade de reuniões frequentes pode nos deixar desatentos para a relevância desses encontros e debates e sobre o quanto eles incidem sobre nossos pensamentos e ações, até mesmo de forma inconsciente.

O diálogo social pode ser associado à pesquisa-ação, tipo de pesquisa social desenvolvida originariamente por Kurt Lewin (1946 *apud* FRANCO, 2005, p. 496) e, mais tarde, aprofundada e sistematizada por Thiollent (2000). No final da década de 1970 “[...] a pesquisa-ação se traduz em um método potencializador na organização de espaços de participação coletiva. Política e educação, política e organização de comunidades constituem-se em relações possíveis para transformar a sociedade.” (ROCHA, AGUIAR, 2003, p. 4, *apud* PAULON, 2005, p. 20). Thiollent (2000) distingue três tipos possíveis de coletivos que podem experimentar processos de pesquisa-ação: um grupo homogêneo (como uma associação voluntária), uma organização (instituição hierarquizada) e um grupo aberto (como uma comunidade). Ainda que haja diferenças na forma de desenvolver o processo em cada um dos tipos de instâncias, a pesquisa-ação sempre se debruça sobre os interesses e a relação existente entre os objetivos da pesquisa e os objetivos da ação (PAULON, 2005, p. 20). No entanto, a implementação da pesquisa-ação num fórum de diálogo social pode ocorrer mesmo que o objetivo principal não seja desvendar o sentido da práxis social desse grupo, buscando os valores e os sentidos ocultos e negociando e gestando

conjuntamente as mudanças, o que muitas vezes tem sido o caso da utilização dessa metodologia (FRANCO, 2005).

Conforme Thiollent (2000), a pesquisa-ação envolve três tipos de objetivos: objetivo prático (de resolução de problemas), objetivo de conhecimento (para os participantes) e objetivo de socialização de conhecimento (para a sociedade ou pelo menos uma comunidade mais ampla). Por essa metodologia, a pesquisa é elaborada e aplicada conjuntamente com uma ação que busca resolver um problema coletivo, sendo que pesquisadores e participantes atuam de modo cooperativo. A pesquisa-ação deve se abrir à imprevisibilidade e à oportunidade, uma vez que trata de realidades complexas e em curso. Por isso, a flexibilidade metodológica é um requisito essencial do uso da pesquisa-ação, e, mesmo assim, seu rigor científico não necessariamente se perde, desde que se articule com a perspectiva epistemológica, da construção do conhecimento e da relação sujeito-conhecimento (FRANCO, 2005, p. 497). Assim, os caminhos metodológicos da pesquisa-ação não são compostos por uma sequência rígida de etapas, mas há “momentos” que se destacam.

Esses momentos a serem priorizados na pesquisa-ação serão aqui denominados de “processos pedagógicos intermediários” e podem ser sintetizados em:

- construção da dinâmica do coletivo;
- resignificação das espirais cíclicas;
- produção de conhecimento e socialização dos saberes;
- análise/re-direção e avaliação das práticas;
- conscientização das novas dinâmicas compreensivas. (FRANCO, 2005, p. 497.)

Um dos momentos importantes no desenvolvimento de um processo de uma pesquisa-ação para essa autora (FRANCO, 2005, p. 497) é a “construção da dinâmica do coletivo”, em que a perspectiva de colaboração é conquistada, o técnico-pesquisador externo é incorporado como um colaborador, os limites das estruturas de poder são suspensos, entre outras. A “abordagem em espirais cíclicas” da pesquisa-ação indica “o processo integrador entre pesquisa, reflexão e ação, retomado continuamente” (FRANCO, 2005, p. 493). Assim, o movimento em espiral articula momentos de reflexão e avaliação de etapas do processo; da formação coletiva dos sujeitos; de sistematização dos conhecimentos; e de articulação da pesquisa e ação, reflexão e formação, promovendo a construção coletiva de conhecimento e socialização dos saberes. Segundo Franco (2005, p. 500), a “análise/re-direção e avaliação das práticas” está contida no movimento das espirais cíclicas e seu enunciado destaca a importância de, empreendida a ação e produzida alguma transformação, os participantes devem, de

forma coletiva, observar (a si e aos outros), reconstruir suas percepções e elaborar novas teorias sobre as práticas. E, por fim, a “conscientização das novas dinâmicas compreensivas” alude ao fato de que todo processo de conhecimento é processo de autoconhecimento, na medida em que a transformação de sentidos, ou seja, a ressignificação, implica também na transformação dos próprios sujeitos⁸.

O diálogo social é concebido como ocasião de encontro para escuta, no qual os conselheiros e representantes da sociedade civil refletem, discutem e fazem o levantamento de demandas socioeconômicas e ambientais para a Educação Profissional, assim como as alternativas para responder às demandas. Esse objetivo está em concordância com o da pesquisa-ação, informado por Thiollent (2000, p. 18), que é contribuir “para o melhor equacionamento possível do problema considerado central na pesquisa, com levantamento de soluções e proposta de ações correspondentes a ‘soluções’ e para auxiliar o agente nas suas atividades transformadoras em situação”. Afinal, o diálogo social contribui na solução e proposta de ações para levantar demandas e também para impulsionar os conselheiros a criarem sua própria estratégia de levantamento.

A pesquisa-ação no diálogo social é aplicação de uma metodologia que ainda busca oferecer aos conselheiros a oportunidade para ponderarem sobre modos de desenvolverem futuras oficinas de diálogo, a fim de ampliarem as redes de contato com a sociedade civil, aprofundar o intercâmbio sobre a realidade e as necessidades do Território de Identidade. O conselheiro, assim, contribui como ator no processo de transformação social, no compromisso da justiça e da inclusão social.

No diálogo social, conselheiros, representantes e técnicos (do DIEESE ou de outras instituições) atuam cooperativamente. Embora a equipe de técnicos organize, mobilize e coordene a oficina, os outros dois atores não se mantêm passivos. Ao contrário, pois apenas por meio da experiência da participação o diálogo pode alcançar seu propósito pedagógico, estimulando a prática participativa e democrática.

⁸ O foco no envolvimento dos sujeitos participantes no processo, isto é, sua “implicação”, a abertura aos acontecimentos e as decorrências ontológicas, epistemológicas e metodológicas disso ensejaram a radicalização dos preceitos da pesquisa-ação e a formulação da proposta de “pesquisa-intervenção” (ver Paulon, 2005).

Thiollent (2000, p. 16) salienta que a pesquisa-ação é bem interessante principalmente quando o pesquisador não busca limitar suas investigações aos “aspectos acadêmicos e burocráticos”. Trata-se, portanto, de procedimento apropriado ao objetivo do diálogo social voltado para o levantamento de demandas para a Educação Profissional a partir do cenário socioeconômico e ambiental. Esse autor esclarece que, mais do que as pessoas, na pesquisa-ação o principal objetivo é a situação social, ou seja, resolver um problema na situação observada. Essas observações convergem para os propósitos do diálogo social. Isso porque o objetivo é desenvolver metodologia que possa ser apropriada pelos conselhos e representantes de todos os Territórios de Identidade do estado da Bahia, mais do que de um Território específico, realçando, porém, as formas singulares em que cada um deles irá produzir. Afinal, a ideia é que no diálogo social cada unidade territorial venha a se assenhorar de seu próprio método.

Para Thiollent (2000, p. 22), a pesquisa-ação produz conhecimentos, promove a aquisição de experiências e incita à discussão, avançando o debate sobre a questão abordada. O diálogo social, por sua vez, busca alcançar esses resultados, já que, além do levantamento da demanda, ele produz metodologias, métodos, estratégias de gestão democrática. A participação dos sujeitos no diálogo social promove a aquisição de conhecimento, o qual deverá ser empregado em futuras ações do conselho e dos grupos para a implementação e controle de uma política educacional eficiente, eficaz e efetiva. Além disso, o processo de articular os representantes dos diversos segmentos sociais e o exercício da troca e da solução conjunta proporciona um conhecimento sobre o território, a ser apropriado não somente pelo conselho, mas por toda a sociedade. Nesse sentido, Thiollent (2000, p. 24) ensina que, ao resolver problemas diretamente relacionados à sua vivência, é possível que os pesquisadores e participantes estudem a questão em nível mais aprofundado e realista do que quando somente se pergunta sobre opiniões e representações.

No caso específico da SUPROF, os resultados e conhecimentos gerados no diálogo social operam como norteadores para a formulação, elaboração e implementação da política de Educação Profissional, a partir das necessidades do contexto de cada Território de Identidade.

É necessário ressaltar o relativamente curto alcance dos efeitos do procedimento metodológico de pesquisa-ação (Thiollent, 2000, p. 43), já que, ao conseguir alcançar a solução de um problema pesquisado, não ocorre mudança no sistema social, ampla e por longo prazo, somente em virtude de terem ocorrido pequenas mudanças em aspecto da realidade e na consciência de alguns sujeitos. Ademais, também a proposta de diálogo social tem limites estabelecidos pelos interesses e configurações de classes. Dessa forma, deve-se ser parcimonioso com as expectativas do alcance das possíveis transformações operadas por meio do diálogo social, pois elas terão efeito, sobretudo, local, não alterando um raio muito mais amplo do que o universo relacionado à Educação Profissional naquele território. Todavia, parece bastante auspiciosa a possibilidade de contribuir no processo de discussão e reflexão sobre a identidade territorial, no fortalecimento dos laços entre os segmentos da comunidade escolar e local, talvez despertando o interesse por frequentes reuniões, trocas e participação em processos políticos deliberativos.

III. Referências bibliográficas

ABERS, R. N.; KECK, M. E. Representando a diversidade: estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. **Cadernos CRH**, Salvador, v.21, n.52, p. 99-112, Jan/Abr, 2008.

AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: ____ (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, p. 27-53, 2009.

____. Reforma política e participação no Brasil. In: ____ e Anastasia, F. (Orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 35-44, 2006.

____. Teoria democrática, esfera pública e participação local. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 18-43, Jul/Dez, 1999.

BOURGNIGNON, J.A. **A particularidade histórica da pesquisa no serviço social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa: PR Editora, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: Documento base. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, Sistema de Informação de Educação Profissional e Tecnológica, Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto de pesquisa de prospecção**. Goiânia, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: documento de apoio n. 2. Brasília, DF, 2005.

CASTEL, R.. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORREA, J.M. A experiência do conselho econômico e social espanhol: funções e estrutura. In: ____ et al. **Novos espaços democráticos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 19-43.

CUNHA, L.A. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**: origem e desenvolvimento: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Convênio ABC/MTE/SEFOR-FLACSO, Brasil, 2005.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: MATO, D. (Coord.) **Política de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES; Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

____. Cultura, cidadania e democracia, a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ____; Escobar, A. (Orgs.) **Cultura e democracia nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Ed UFMG; Humanitas, 2000, p. 61-102.

DAHL, R. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DIÁLOGO social: para ampliar a cultura democrática no Brasil. Florianópolis: [s. n.], 2009. 11 p.

DIEESE. **Metodologia para a realização de diagnósticos de mercado de trabalho com a participação dos atores sociais**. São Paulo, 2006. 84p.

DUARTE, J.C. S. Território de identidade e multiterritorialidade, paradigmas para a formulação de uma nova regionalização na Bahia. In: ENCONTRO MULTIDISCIPLINAR DE CULTURA, 4., 2009. **Trabalhos apresentados**. Salvador, 27 a 29 de maio, 2009.

FERREIRA, M.I.C.; MATOS, E. da R. Democracia participativa: o plano plurianual participativo no território de identidade do Recôncavo da Bahia. In: SEMINÁRIO DE DEMOCRACIA, DIREITO E GESTÃO PÚBLICA, 3. **Trabalho apresentados**, Brasília, 24 a 25 de novembro, 2011.

FERREIRA, V. O inquérito por questionário de dados sociológicos. In: PINTO, J.M. **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Afrontamento, 1986.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1972.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v.22, n.2, pp. 201-210, Mai/Ago, 2006.

GUIMARÃES, J.R. Culturas brasileiras e participação democrática. In: AVRITZER, L. (Org.) **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 13-25.

ISHIKAWA, J. **Key features of national social dialogue: a social dialogue resource book**. Geneve: ILO, 2003.

JACOBI, P. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saúde e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 31-48, 1999.

JACOMETTI, M. Reflexões sobre o contexto institucional brasileiro contemporâneo e as transformações na educação profissional. **Educar**, Curitiba, n.32, p. 233-250, 2008.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores Sociais no Brasil**. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2004, p. 141.

LAUTIER, B. e PEREIRA, J. M. Representações sociais e construção do mercado de trabalho: empregadas domésticas e operários da construção civil na América Latina. **Cadernos CRH**, Salvador, n.21, jul/dez, p. 125-151, 1994.

LEWIN, K. Action research and minority problems. **Journal of Social Issues**, n. 2, p. 34-36, 1946.

MANFREDI, S.M. Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações. In: SAUL, A.M. e FREITAS, J.C. de (Orgs). **Política pública e qualificação: desafios atuais**. São Paulo: A + Comunicação, p. 11-36, 2007.

MARTINS, H.T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago, 2004.

MORONI, J.A. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, L. (Org.) **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, p. 107-140, 2009.

MOURA, D. H. A relação entre educação profissional e a educação básica na CONAE 2010: possibilidades e limites para a construção do novo Plano Nacional de Educação. **Educ.Soc.**, Campinas, v.31, n.112, p.875-894, jul./set. 2010.

OIT. **Promoting national tripartite social dialogue**: an ILO guide. revised draft 2nd version. November 2011. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--ed_dialogue/--dialogue/documents/genericdocument/wcms_172363.pdf>. Acesso em: jul. 2012.

PAES, A.P.P de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE**, São Paulo, v. 45, n.1, p. 36-45, Jan/Mar, 2005.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates**. Porto: Ambar, 2001.

PATEMAN, C. Teorias recentes da democracia o “mito clássico”. In: _____ **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a, p. 9-34.

_____. Rousseau, John Stuart Mill e G.D.H. Cole: uma teoria participativa da democracia. In: ____ **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992b, p. 35-6.

PAULA, A. P. P. de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, jan./mar. 2005.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, v.17, n. 3, p. 18-25, set-dez, 2005.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PIMENTA, S. G. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, set./dez. 2005.

ROCHA, M.; AGUIAR, K. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 23, n. 4, 64-73, 2003. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevistas com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAULU, R.; BONIOLO, R.; DALLE, P.; ELBERT, R. **Manual de metodología**: construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2005.

SENAI - Organización Internacional del Trabajo, CINTERFOR, Papeles de la Oficina Técnica n.14. CARUSO, L.A.; TIGRE, P.B. (org.) Modelo Senai de Prospecção: documento metodológico. Montevideo. OIT/CINTERFOR, 2004.

TAPIA, J.R.B. **Concertação, diálogo social e diálogo civil**. Campinas, 2005. Relatório Técnico

THIOLLENT, M. J.M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2000.

_____. Aspectos qualitativos da metodologia da pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. **Cad.Pesq.**, (49), p. 45-50, Mai, 1984.

TOUNNEAU, J.P.; CUNHA, L.H. Pesquisas em desenvolvimento territorial no semi-árido. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 45-53, Jan/Dez, 2005.

VILANUEVA, L. F. A. Estudio introductorio. In: _____. **Problemas públicos y agenda de gobierno**. Mexico: Miguel Angel Porua, p. 15-72, 1993.

WERMELINGER, M.; MACHADO, M. H.; AMÂNCIO FILHO, A. Políticas de Educação Profissional: referências e perspectivas. **Ensaio: Aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 207-222, abr./jun. 2007.

ANEXOS

Anexo 1

**Relatório metodológico da oficina de experimentação do
Diálogo Social no Território de Identidade do Recôncavo**

APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta a *oficina de experimentação metodológica do Diálogo Social no Território de Identidade do Recôncavo*, realizada nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2011, na cidade de Santo Antônio de Jesus/BA e que fez parte do desenvolvimento metodológico do Produto 01: Desenvolvimento de Metodologia de Mapeamento das Demandas de EP a partir de análise da realidade socioeconômica e ambiental. Este produto insere-se no âmbito do *Subprojeto II – Dados Estratégicos para a Educação Profissional: Oferta, Demanda e Disseminação de Informações*, integrante do Projeto *Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia, Convênio n.º. 524/2008 Secretaria da Educação/SUPROF – DIEESE*.

A oficina teve como objetivo a construção de um espaço democrático e participativo com os atores sociais (trabalhadores, empresários, poder público e sociedade civil), visando debater o tema da Educação Profissional e realizar o levantamento das necessidades e demandas nesse sentido no âmbito do Território de Identidade do Recôncavo, através do método do Diálogo Social, que se trata do “processo/instrumento/espço no qual os atores sociais, legitimamente reconhecidos, se reúnem institucionalmente para: compartilhar ideias, cooperar, buscar convergências de objetivos ou negociar assuntos de interesse comum”¹.

A atividade contou com um total de 40 participantes representando os atores sociais envolvidos. Estiveram presentes ainda 9 técnicos do DIEESE, envolvendo a equipe alocada diretamente na execução e gestão do Projeto, técnicos e consultores com experiência na temática.

¹ GRUPO DE TRABALHO DIÁLOGO SOCIAL. **Diálogo social:** para ampliar a cultura democrática no Brasil. Florianópolis: s. n., 2009, p. 03.

PREPARAÇÃO DA ATIVIDADE

a) 1º momento anterior à oficina: Atividade preparatória para o Diálogo Social no Território de Identidade no Recôncavo

Foi realizada, entre os dias 28 e 29 de julho de 2011, uma atividade para preparar a oficina que seria realizada com os atores sociais do Território de Identidade do Recôncavo. Participaram técnicos do DIEESE e outros convidados com experiência na temática. Nela foram apresentadas as experiências anteriores do DIEESE com a metodologia do Diálogo Social, os avanços alcançados e os problemas enfrentados.

Avaliação em relação à metodologia e às experiências com o Diálogo Social:

- Os resultados das experiências são muito distintos
- Administrar conflitos implica no significado do Diálogo Social
- Uma visão distinta, principalmente entre empresários, trabalhadores e gestores
- O papel do DIEESE como mediador sendo que está ligado a uma das partes
- O tempo de duração da atividade (2 dias) dificulta a participação de alguns setores na atividade
- Fazer uma atividade, criar demandas e expectativas e não haver desdobramentos reais acaba jogando contra o objetivo da atividade
- As soluções para as demandas nem sempre são da esfera do gestor envolvido, mas algumas soluções poderiam ser apresentadas e executadas pelos próprios atores

O passo seguinte foi pensar como seriam as atividades propostas nessa etapa do projeto e quais seriam os atores indicados como possíveis participantes.

Atores sociais elencados:

- ✓ MST
- ✓ UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

- ✓ IFBA – Instituto Federal da Bahia
- ✓ Movimento secundarista
- ✓ CEB-DCE-UFBR
- ✓ Pastoral da Juventude
- ✓ Colegiado territorial (poder público): Sto. Antônio de Jesus, Maragogipe, Cachoeira, União de Prefeitos, EMBRAPA, os 2 Conselhos, as DIRECs
- ✓ Produtores culturais, Associação de Sambadores, orquestras e fanfarras, associação de artesanato

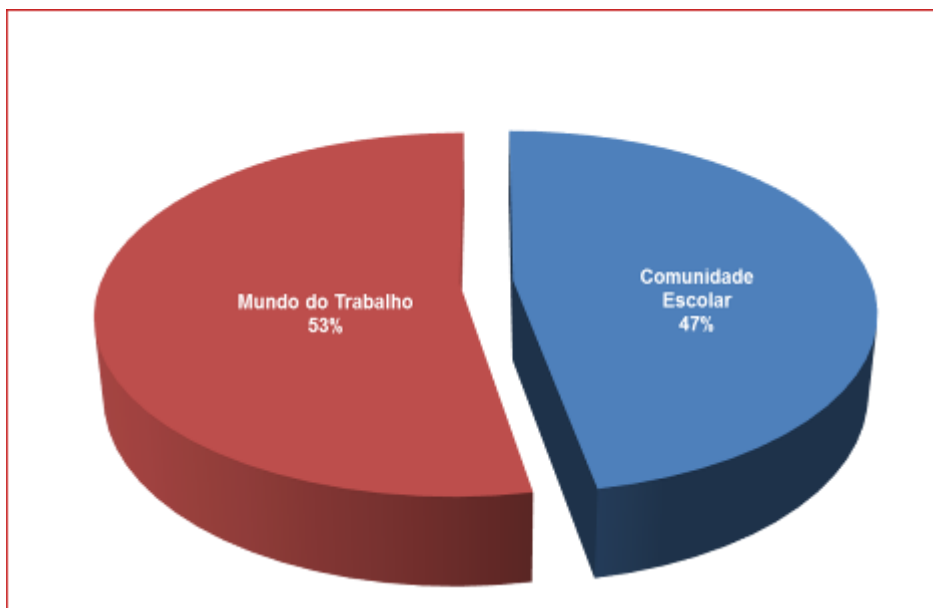
Partiu-se, assim, para a definição dos encaminhamentos, prazos e responsáveis.

b) 2º momento anterior à oficina: Mapeamento e articulação dos atores

Para a realização da atividade, os primeiros passos foram o mapeamento dos atores, que deveriam ser os segmentos presentes no Conselho dos CETEPs e no Colegiado Territorial, entre outros, e a construção de um cadastro de entidades. Em seguida, foram realizadas visitas aos municípios do Território de Identidade do Recôncavo, para contato e articulação dos atores. Essas etapas forneceram subsídios para a preparação e organização da oficina.

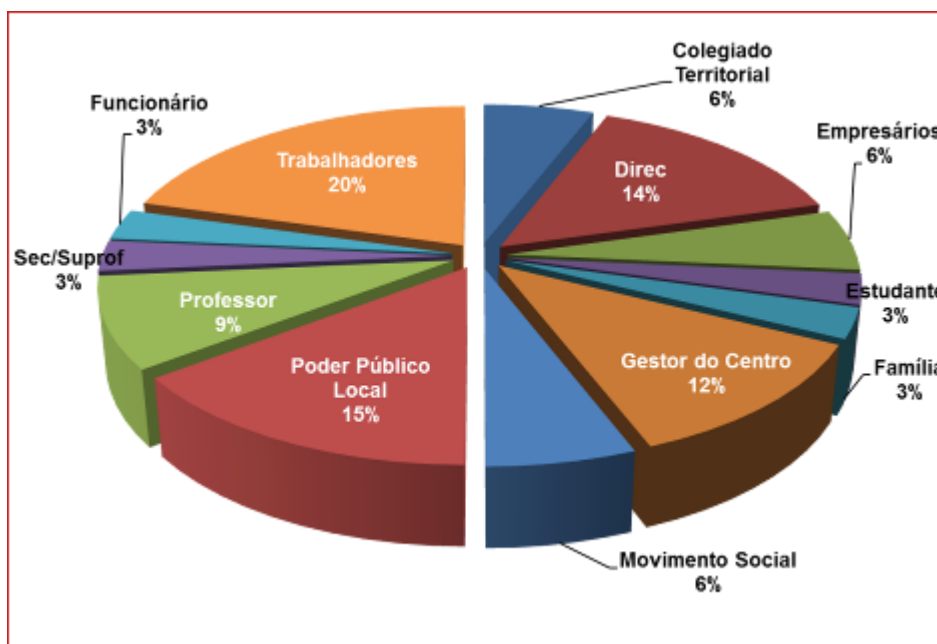
Os gráficos abaixo ilustram o perfil dos participantes selecionados:

GRÁFICO 1
Participantes por segmento do Conselho do CETEP



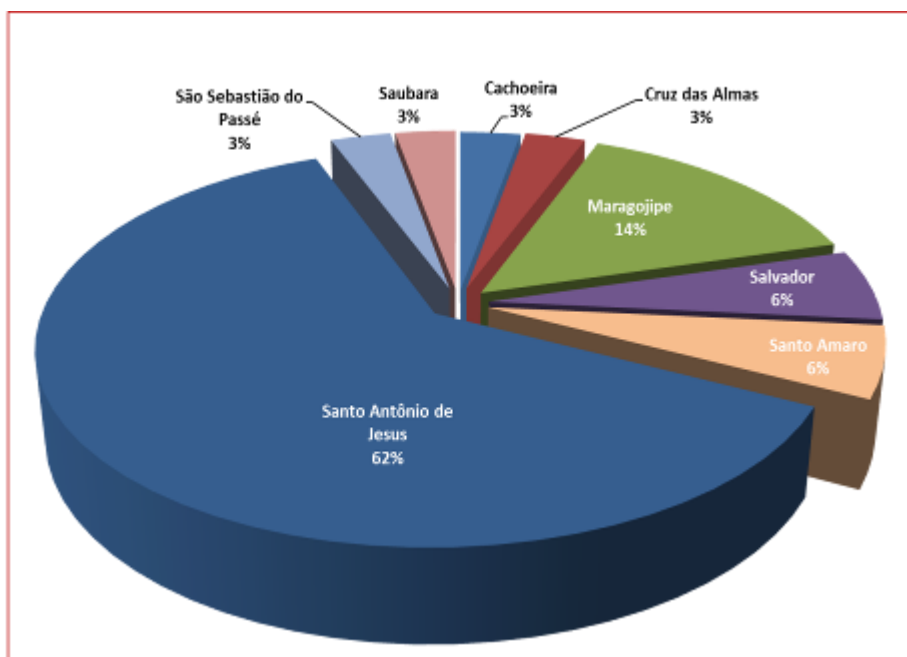
Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 2
Participantes por segmento



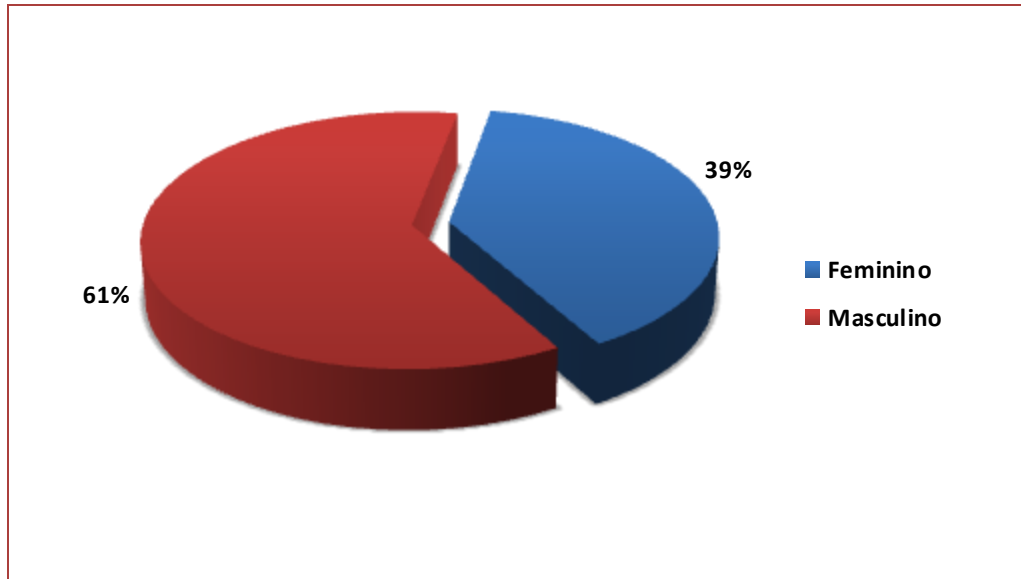
Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 3
Participantes por município



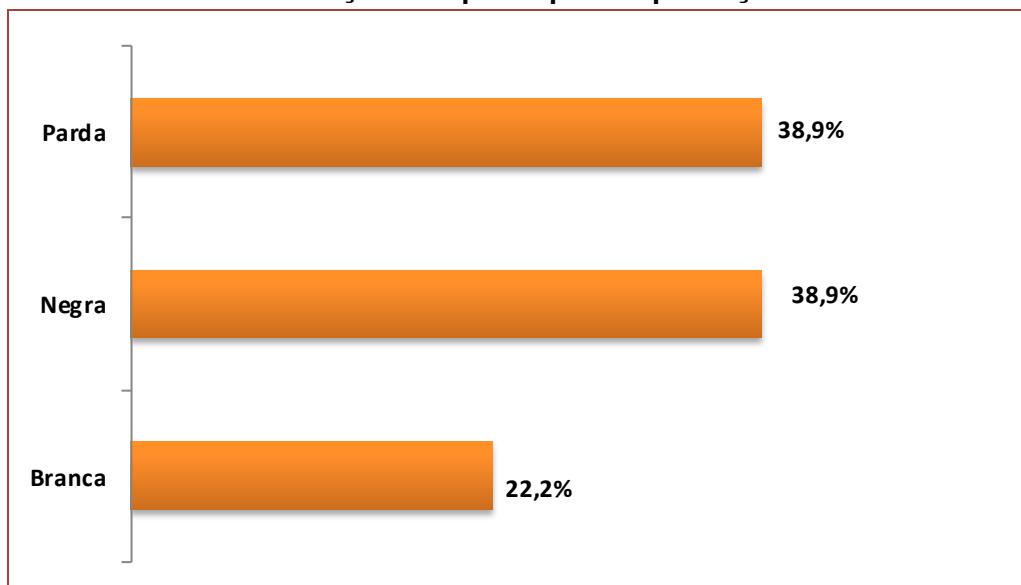
Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 4
Distribuição dos participantes por sexo



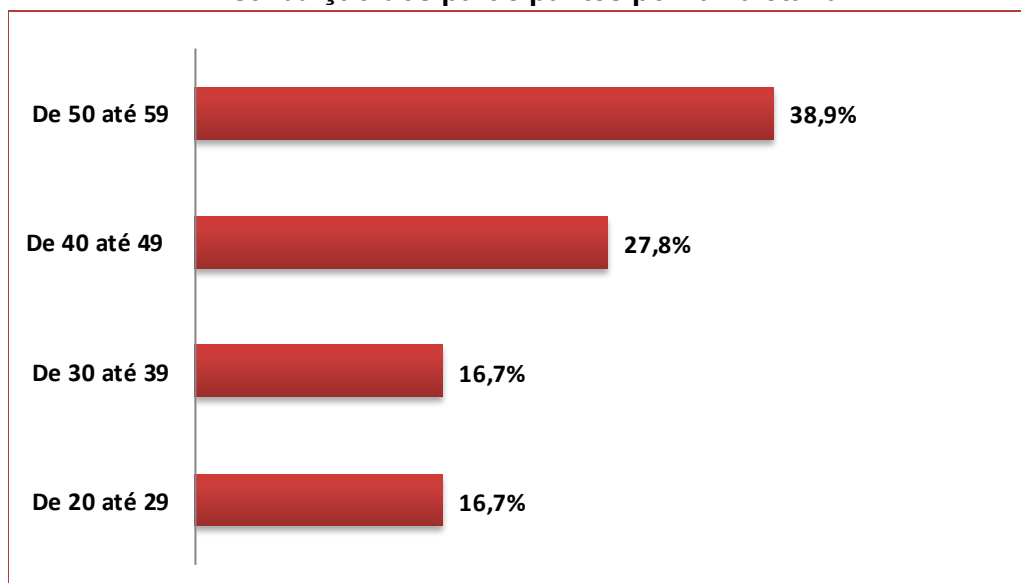
Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 5
Distribuição dos participantes por raça/cor



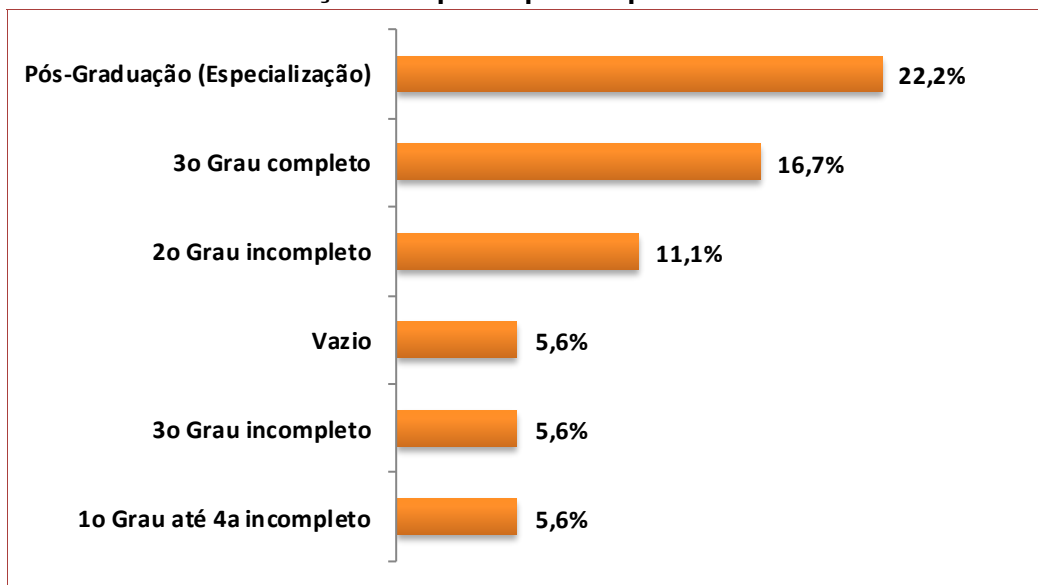
Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 6
Distribuição dos participantes por faixa etária



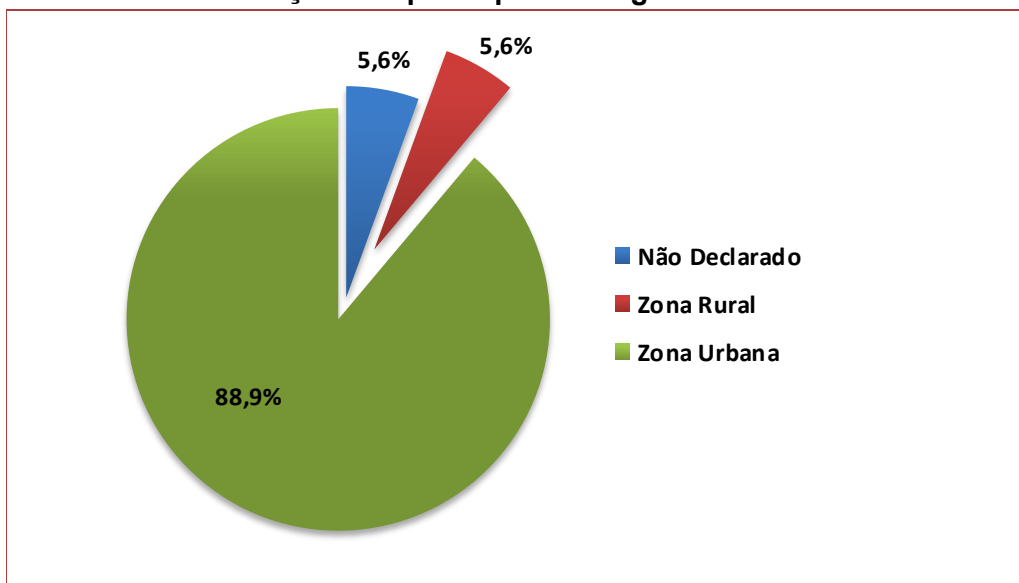
Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 7
Distribuição dos participantes por escolaridade



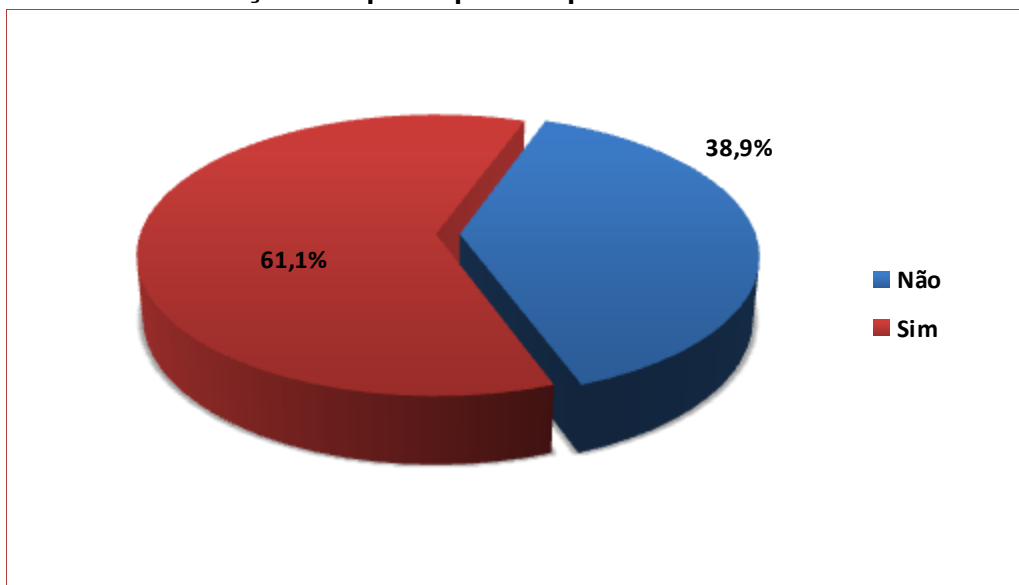
Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 8
Distribuição dos participantes segundo localidade



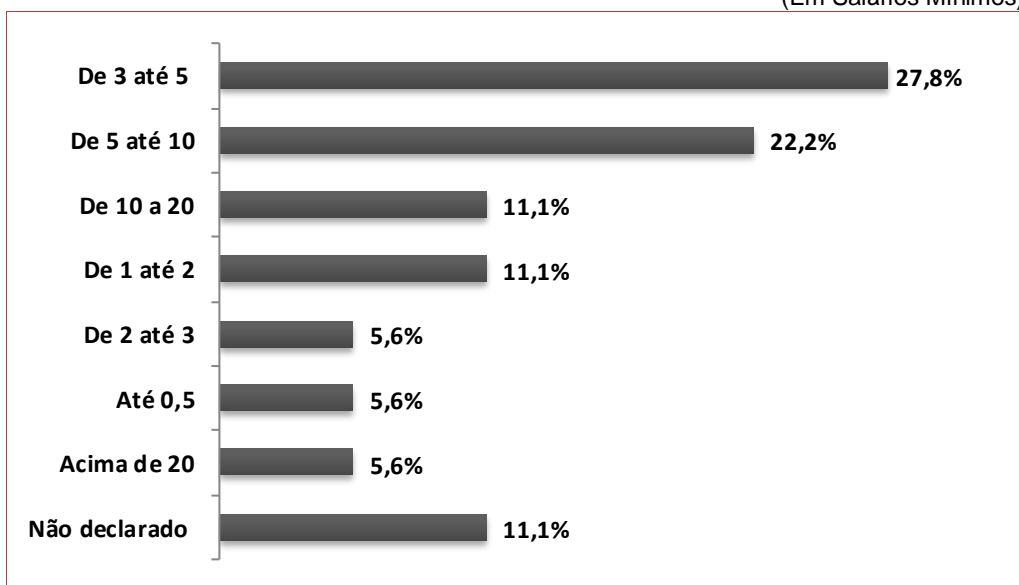
Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 9
Distribuição dos participantes que são chefes de família



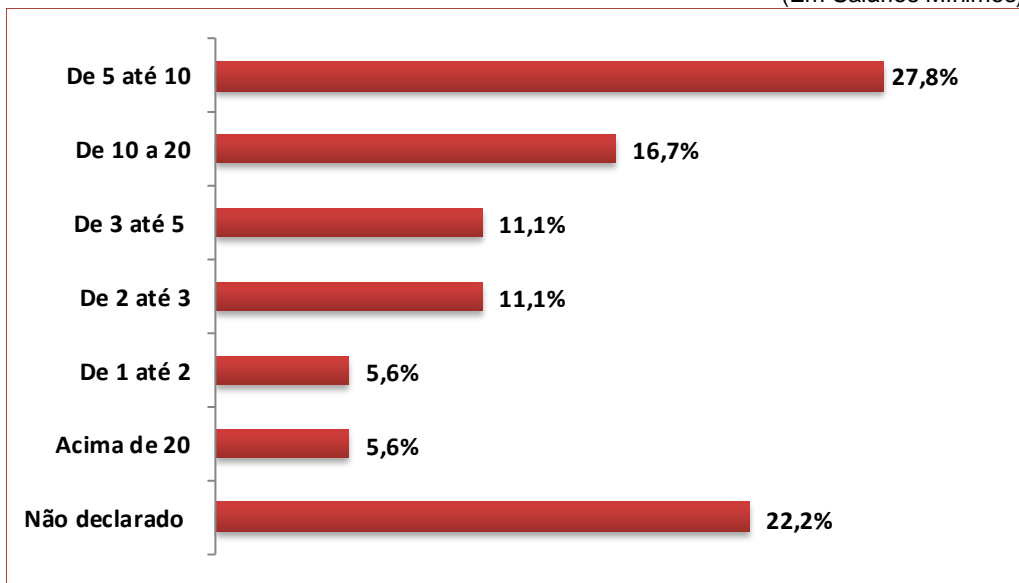
Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 10
Distribuição dos participantes segundo a renda própria
(Em Salários Mínimos)



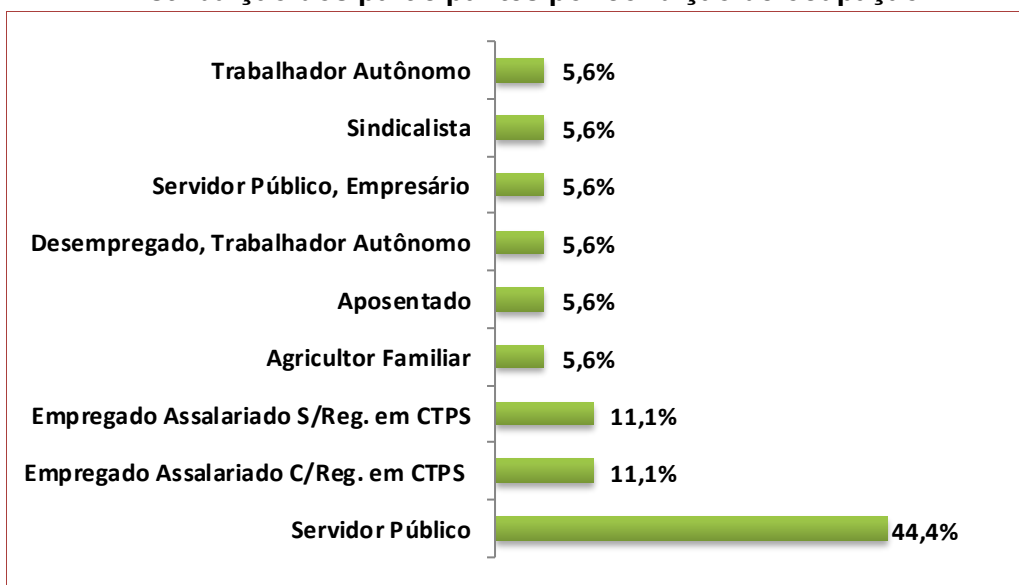
Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 11
Distribuição dos participantes segundo a renda familiar
(Em Salários Mínimos)



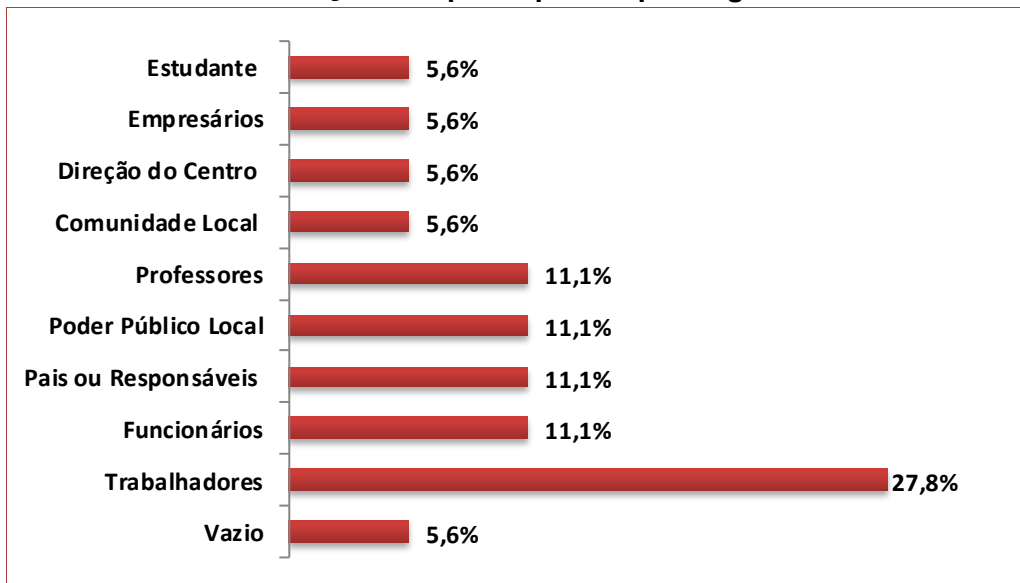
Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 12
Distribuição dos participantes por condição de ocupação



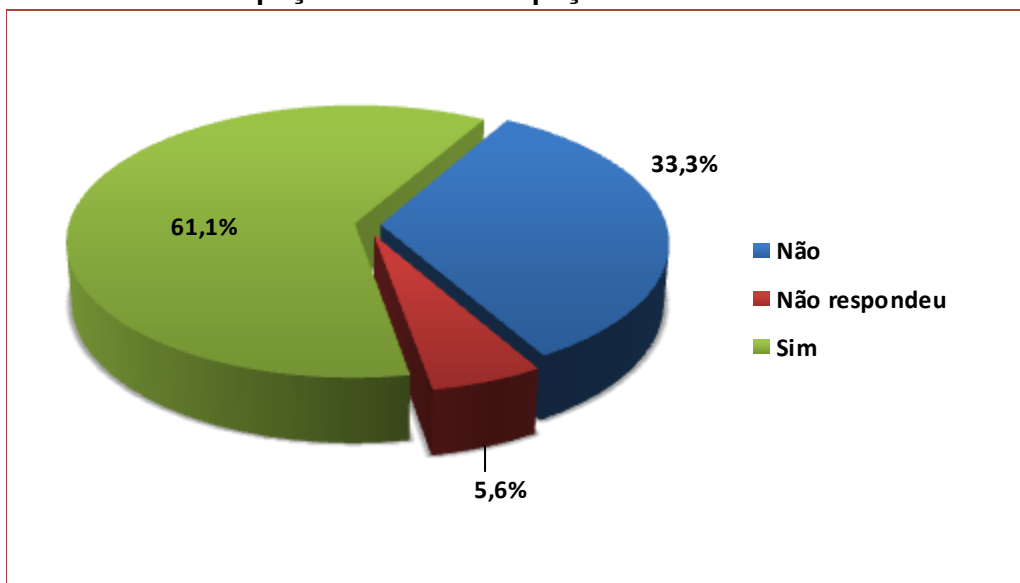
Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 13
Distribuição dos participantes por segmento



Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

GRÁFICO 14
Participação em outros espaços de controle social



Fonte: DIEESE - Perfil dos Participantes da Oficina Metodológica de Diálogo Social no Território do Recôncavo

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE***c) 1º momento: Abertura, objetivos e programa e apresentação dos participantes***

O primeiro dia foi aberto pela coordenação do Projeto DIEESE/SUPROF, que iniciou os trabalhos com a apresentação do Projeto, os objetivos da oficina e toda a programação da atividade. Em seguida, foi realizada a apresentação dos participantes, de diversos segmentos sociais e que traduzem a força de trabalho do município.

d) 2º momento: (Re) Conhecendo e explicando a realidade: Construção do diagnóstico participativo

Assim, foi iniciado com o grupo o levantamento das características culturais e históricas do território, sendo que a metodologia utilizada buscava interface entre as formas de pesquisa quantitativa e qualitativa e a perspectiva territorial. A proposta era levantar com os participantes algumas questões, do ponto de vista da Educação Profissional, a partir da realidade do território.

As características do Território de Identidade apresentadas após as conversas entre os participantes foram elencadas e sistematizadas, conforme o quadro:

Características	Necessidades
indústria fumageira	Desenvolvimento de cooperativas para incentivo à agricultura familiar
fogos de artifício	Qualificação de trabalhadores jovens rurais em seu lugar e origem – os trabalhadores saem do meio rural para a cidade, que não tem infraestrutura
exploração do minério de ferro	Inclusão digital
agropecuária (agricultura familiar e agronegócio)	Cursos técnicos de radiologia e enfermagem
cultivo da cana de açúcar	
estaleiro	
construção civil	
cerâmica	
comércio	
preservação do patrimônio histórico e cultural	
recursos naturais	
pesca artesanal	
industrial naval	
saveiros (barcos de passeio)	
fábrica de calçados	
agroturismo	
lazer	

E em seguida, realizou-se uma apresentação dialogada dos indicadores do território, a partir da qual foi possível relacionar o conhecimento dos participantes com as informações sistematizadas².

O período da tarde foi dedicado à palestra *Diálogo Social, Território de Identidade e Educação Profissional*, proferida pelo Prof. Almerico Biondi Lima – Superintendente de Educação Profissional da Bahia – SUPROF/SEC, seguida de perguntas e debate com o público.

Após a apresentação, houve espaço para intervenções dos participantes, que levantaram questões:

- necessidade de qualificação para a população local trabalhar no estaleiro
- criação de outros cursos voltados ao desenvolvimento
- preocupação com o fomento do plantio de pinos e eucaliptos na Bahia
- preocupação com o nível dos cursos oferecidos

² Vide anexo.

- necessidade de pensar na requalificação profissional daqueles já inseridos no mercado de trabalho
- um fator que influenciou a evasão escolar foi o atraso no recebimento de materiais para o curso
- outro fator é a renda, pois o jovem para de estudar e entra o mercado de trabalho porque precisa sustentar sua casa
- o curso mais procurado é do meio-ambiente
- necessidade de alinhar a promoção de cursos no território, de forma que não haja sobreposição
- não haveria a necessidade de orientação vocacional para tentar driblar o problema da evasão escolar?
- o processo de inscrição não é unificado
- necessidade de qualificação da mulher jovem (ou estuda ou trabalha)
- como convencer o jovem que é necessário buscar qualificação, já que seus pais nunca se qualificaram?
- como convencer esses jovens a buscar trabalho já que muitas famílias recebem o benefício do Bolsa Família e poderão perder a bolsa?
- o modelo de educação não leva em consideração o período do plantio, de colheita, já que o jovem trabalhador é demandado em diversos períodos do ano, de um modo diferente, e isso atrapalha seus estudos. Necessidade de reflexão desse processo/contexto para valorizar as comunidades rurais.
- necessidade de creches em tempo integral e diferenciada em horários de turnos para as mães trabalhadoras
- cursos de confecção são importantes

E o professor Almerico acrescentou os seguintes comentários:

- resolução de diretriz do campo diz sobre os tempos de escola no meio rural e do meio urbano
- necessidade de discussão dos planos políticos pedagógicos da Educação Profissional
- concurso público vai sanar uma parte das reivindicações dos professores
- falou da necessidade de que as convenções e acordos coletivos tenham cláusulas sobre a liberação para cursos de qualificação profissional

- necessidade de criar um núcleo de orientação profissional nas escolas, para que os jovens possam se informar melhor, antes da escolha do curso, para que não se desestimulem e desistam posteriormente
- a SUPROF discute a necessidade do estágio na vida do jovem. Necessidade de o professor discutir o papel da aula prática, para que o aluno perceba que Educação Profissional não é composta apenas por aulas práticas. É necessária a introdução de aulas teóricas no processo de aprendizagem

e) 3º momento: Construindo o futuro (A visão do desenvolvimento)

O segundo dia foi aberto com uma discussão acerca dos principais desafios colocados para o desenvolvimento do território. Em grupos de cochichos na plenária, foi construído um painel com estes desafios.

f) 4º momento: Os atores sociais: Oferta, demanda e necessidades de Educação Profissional

Na sequência, os participantes debateram em grupos separados de acordo com os atores sociais ali representados e a partir de um roteiro estruturado acerca da oferta, demanda e necessidades de Educação Profissional no Território de Identidade do Recôncavo, o levantamento da discussão foi apresentado em plenária.

Grupo 1 (Gestores e DIRECs)

Oferta	Ações
<ul style="list-style-type: none">● Ausência de profissionais qualificados (docentes) para alguns cursos (ex. segurança do trabalho)● Marcos legais que regulamentam a programação de carga horária dos professores dificultam a oferta de cursos● Implantação do eixo de Infraestrutura● Ampliação do eixo Controle e Processos Industriais	<ul style="list-style-type: none">● Ampliação da representatividade do Conselho no Território● Integrar o Centro ao Território (divulgação junto à sociedade organizada e instituições)● Orientação profissional para futuros alunos● Parcerias com os municípios● Concurso Público (Professores e Técnicos)

Grupo 2 (Professores, família, alunos e técnicos)

Oferta	Ações
<ul style="list-style-type: none"> ● Formas de desenvolvimento e articulação ● Eixos tecnológicos e cursos ● Matriz curricular/conteúdo/ abordagem dos cursos ● Material didático 	<ul style="list-style-type: none"> ● PPP (Projeto Político Pedagógico) ● Capacitação, qualificação e especialização dos docentes ● Estudos das ocupações no Território de Identidade ● Acompanhamento dos egressos ● Implantação de coordenação de núcleo por eixo tecnológico (SUPROF) ● Maior articulação entre CETEPS/ SUPROF/ DIREC ● Integração com o poder público local

Grupo 3 (Trabalhadores e movimentos sociais)

Necessidades e Demandas	Ações
<ul style="list-style-type: none"> ● Qualificação Profissional para a indústria da construção civil e naval e demais setores da indústria ● Indústria naval soldador (tig, mig, mag), maçariqueiro, lixador, encanador, caldeireiro, montador, pintor industrial ● Técnico em Pirotecnia ● Técnico em legislação e rotinas trabalhista, tributária e contabilidade ● Técnicos em Agroindústria, Alimentos, Processamento do Pescado ● Técnico em construção naval ● Técnico em Pesca ● Técnicos em Comércio, Administração, Marketing e Atendimento Saúde e Segurança 	<ul style="list-style-type: none"> ● Investimento por parte das empresas em seus quadros, qualificação e requalificação profissional e melhores salários ● Reestruturação do projeto Fênix. "Lógica da economia solidária" ● Formação sindical e papel do sindicato, histórico, organização dos trabalhadores, lutas atuais, desigualdades sociais ● Fortalecer Agricultura Familiar (uso de agrotóxico, êxodo rural, uso do solo, rios e nascentes, assistência técnica e eliminar atravessadores) ● Legalização e melhoria do trabalho nas pedreiras/ atuação das prefeituras

Grupo 4 (Poder público e empresários)

Necessidades e Demandas	Ações
<ul style="list-style-type: none"> ● Turismo náutico, marinho, mecânico, etc. ● Hotelaria ● Guia de turismo e técnico em meio ambiente ● Maçariqueiro, pintor industrial ● Edificações ● Eletricista, mecânico ● Tributos, gestão pública ● Monitores culturais e esportivos ● Curso comércio e empreendedorismo ● Soldador, lixador ● Beneficiamento e comercialização, cooperativismo 	<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecimento dos órgãos territoriais ● Fortalecimento consórcio público do TI para ofertar aos técnicos ● Articulações das gestões do TI com as empresas de turismo

g) 5º momento: Oferta, necessidades e demandas de Educação Profissional/Qualificação: Construção das convergências

Ainda na tarde do segundo dia foi desenvolvida a construção das convergências entre as propostas elaboradas nos grupos, concluindo dessa forma o objetivo da atividade, que foi o levantamento das necessidades e demandas de Educação Profissional no âmbito do Território de Identidade do Recôncavo.

Indústria

Demandas de cursos	Ações e comentários
Construção civil	A construção de plataformas para navios fortalece a construção civil, num primeiro momento e, em seguida, a indústria naval
Indústria naval	A Petrobras deve ser consultada sobre o tipo de mão de obra que vai ser necessária para as atividades na região
Indústria petrolífera	Sugestão de cursos com 3 anos normais e 1 ano técnico
Fogos de artifício	Possibilidade de o jovem se inserir na empresa através do estágio
Papel	Melhorar as condições de trabalho dos professores
Sapatos	
Mecânica	

Turismo

Demandas de cursos	Ações e comentários
Maragogipe	
Cursos para guia de turismo social e ambiental	Necessidade de investimento e direcionamento do mercado, mas isso depende de planejamento do poder público, pois turismo já existe em todo Recôncavo
Santo amaro	
	Necessidade de maior articulação da iniciativa pública com o turismo
	Atrair os turistas que estarão no país durante a Copa seria uma estratégia

Agricultura familiar

Demandas de cursos	Ações e comentários
Necessidade de monitores da Educação Profissional em tempo integral, em 2 turnos	Falta esclarecimento e incentivo para melhorar, aprendizado para transformar em outros alimentos, precisa incentivar a agricultura, para o pequeno agricultor também
Cooperativismo	O poder público deve investir no beneficiamento e comercialização (estímulo de produção); formação de cooperativas

Serviços

Demandas de cursos
Sobre tributos
Gestão pública e gestão tributária
Finanças
Aperfeiçoamento para melhoria na área comercial
Técnico de informática
Designer
Arte final
Cooperativismo

h) 6º momento: Reflexão e Sistematização (apenas com os Conselhos dos dois CETEPs)

O terceiro dia foi destinado à reflexão dos dois Conselhos, do CETEP do Recôncavo e do CEEP do Vale do Paraguaçu. Esse momento permitiu refletir sobre o vivido do ponto de vista da efetividade da oficina de Diálogo Social e a sistematizar as possibilidades de utilização (e criar adaptações) desta metodologia pelos Conselhos, assim como sua efetividade.

Reconstrução dos passos da oficina com o grupo

- a) contatos com os participantes interessados
- b) levantamento dos atores sociais do território
- c) convencimento e convite aos atores sociais
- d) começando a oficina – reflexão sobre o que dá identidade, olhando para dentro de si
- e) apresentação dos dados
 - conhecimento dos Territórios, diferenças entre os municípios
 - distribuição da renda, concentração
- f) apropriação para trabalhar na sala de aula. Despertar a busca, conhecer para avançar
- g) importância da presença de todos os conselheiros para a deliberação (divergências devido ao desconhecimento)
- h) construção diagnóstico-participativa
- i) diferenças e especificidades
- j) palestra com prof. Almerico
- k) dinâmica das singularidades do grupo, com o TI
- l) olhar para frente: desafios de pensar, elaborar quais são os desafios de desenvolvimento do TI – no que a Educação Profissional pode contribuir
- m) sistematização dos desafios construídos conjuntamente
- n) levantamento das ações para adequar à demanda dos trabalhadores

Após essa retomada das etapas percorridas, o grupo levantou questões e fez algumas reflexões:

- questionamento sobre a autonomia do Conselho

- Houve cursos com elevado número de matrículas. Houve mobilização dos pais, acampamento em frente da escola, ou seja, uma pressão no sentido de adequar o número de alunos à escola
- distanciamento entre professores e a Secretaria de Educação – SUPROF
- a formação do professor, muitas vezes atende aos interesses do Estado e não às necessidades da população.
- os professores não estão cientes do papel do Conselho
- o DIEESE precisa provocar essas questões junto à SUPROF, criar planos, estabelecer metas

Nesse momento, a técnica do DIEESE, Lavínia Moura, fala da autonomia do DIEESE em relação à atuação da SUPROF. Ressalta a interlocução do DIEESE com os Conselhos, assim como diz que a SUPROF é nova. E apresenta a proposta de realização do perfil quantitativo dos docentes da Educação Profissional. Uma outra proposta qualitativa seria o levantamento das necessidades, que pode ser realizado via web, ou através de uma pesquisa de grupo focal.

Surgiu também a proposta de pesquisa com os egressos, a partir de uma metodologia construída em conjunto com a comunidade.

O DIEESE não capacita os docentes, mas leva os subsídios para criar-se um plano de capacitação para que se implemente a qualificação dos docentes.

Trabalhos em grupo:

1) Que outra(s) possibilidade(s) o grupo enxerga?

Grupo 1

Como viram/sentiram o grupo composto pelos diferentes atores sociais?

- Essa metodologia possibilitou alcançar o objetivo proposto através de diferentes olhares na compreensão do TI

- Ponto fraco: Participação ineficiente do poder público (local, do território e da SUPROF). Poderia haver técnicos da educação, além dos do fundamental II, para todos os municípios. A SUPROF, DIRECs, Conselho de Saúde do Trabalhador, poderiam acompanhar mais de perto, junto com o DIEESE. Este momento seria fundamental para que eles pudessem levar as propostas. O poder público poderia deixar uma única pessoa responsável, mas a mudança faz com que se quebre a sequência de acompanhamento

Como viram/sentiram a atuação dos mediadores?

- Fundamental, pois cada um cumpriu seu papel.

Destacar as potencialidades

- Autonomia na construção da proposta com a participação de diferentes atores sociais. Entendendo o ponto de vista de cada segmento, através da mediação
- A logística – ficar todos no hotel
- Corpo técnico: domínio do conhecimento e facilidade em transmitir
- Abertura para a participação de todos os presentes

Destacar as dificuldades

- Ausência da participação/representação de outros segmentos

Grupo 2

Como viram/sentiram o grupo composto pelos diferentes atores sociais

- Não detém informações sobre o território, do pensar do território, e não voltado ao município.
- Falta de representação de alguns municípios

Como viram a atuação dos mediadores?

- Positiva, domínio da questão territorial.
- Esclareceram as dúvidas e ouviram o outro.

Destacar as potencialidades

- Fortalecimento do conceito de território, para o fortalecimento do TI
- Ideia de desenvolvimento – de Almerico

Destacar as dificuldades

- Falta de maior envolvimento por parte dos municípios que compõem o território.
- Falta de compromisso das DIRECs no encontro.

2) Como se veem como mediadores e sujeitos desse processo ao mesmo tempo?

- ✓ Quem pode/deve atuar como mediador no Diálogo Social?
- ✓ Repensando a oficina (o que/quais momentos mudar? o que acrescentar?)
- ✓ Fazer um balanço – Sistematizar (Demandas x Ofertas)

Reflexões feitas na plenária:

- O encontro entre qualificação e ocupações não é automático
- O mercado de trabalho e o sistema educacional e de qualificação possuem tempos e lógicas distintas
- Nesta perspectiva, destaca-se a importância de uma metodologia adequada para levantamento das necessidades e demandas
- Estas necessidades e demandas se referenciam no contexto do sistema produtivo atual, mas é resultado de investimentos já realizados no passado
- Os investimentos em educação não produzem resultados no curto prazo, portanto não podem simplesmente responder às demandas correntes e imediatas.
- Os problemas educacionais que hoje constroem o desenvolvimento são resultados de insuficiências, inadequações e lacunas de investimentos em décadas anteriores

Grupo 1

- Mediar/articular/multiplicar – levar os conceitos da Educação Profissional para a comunidade do território e envolvê-la no processo. Os conselheiros terão a responsabilidade de articular, mediar e multiplicar.
- Equipe gestora/corpo técnico dos cursos/ conselhos
- Mobilizar os atores sociais para fazer parte do diálogo (de forma segmentada) através de palestras/ oficinas de sensibilização.
- De forma subjetiva, os cursos ofertados atendem em parte a demanda. Faz-se necessário um estudo de mercado do território para analisarmos com bases fundamentadas a viabilidade da oferta de novos cursos, objetivando o perfil e a realidade do TI.

Grupo 2

- Como mediadores, realizando o diálogo entre os atores sociais, ou seja, todos os representantes do Conselho. Os mediadores tem a

responsabilidade, como sujeitos, de fomentar no TI o Diálogo Social permanente sobre a Educação Profissional na divulgação e priorizando a qualidade do que é oferecido e o sucesso dos alunos. Proporcionar a orientação profissional com distribuição de material informativo

- Os segmentos que compõe o Conselho
- Esse momento deveria ser antes da atividade realizada pela manhã. As informações necessárias para a realização da oficina deveriam ser previamente passadas para os membros do Conselho

Anexo

**Apresentação dos indicadores do Território de Identidade
do Recôncavo**

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO **Bahia** GOVERNO TERRA DE TODOS NÓS

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA Trabalho, Educação e Desenvolvimento

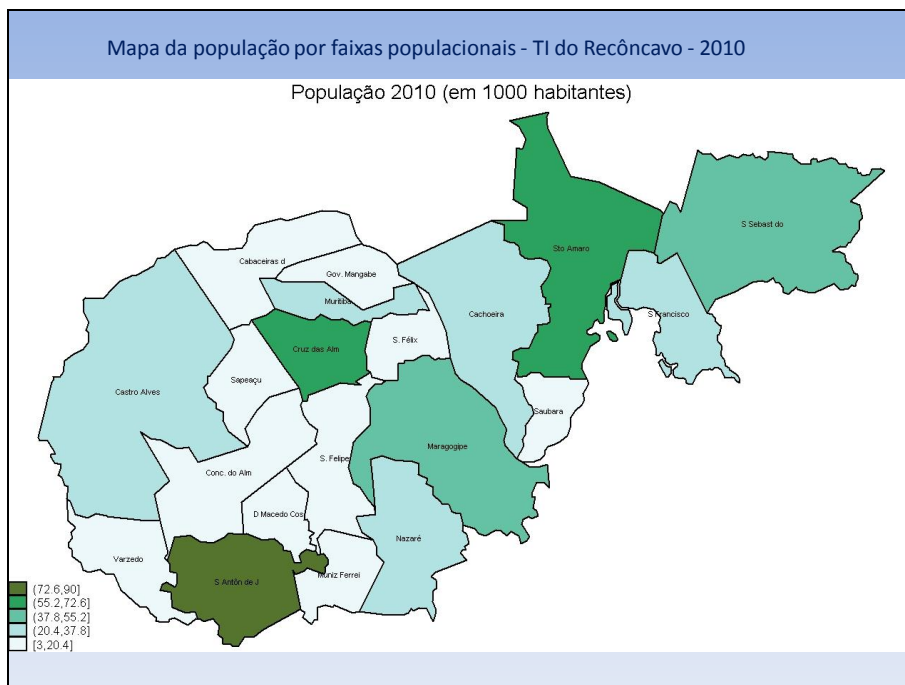
TOPOS NA ESCOLA

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Projeto DIEESE/SUPROF - Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia
Subprojeto II – Dados Estratégicos para a Educação Profissional: Oferta, Demanda e Disseminação de Informações
Produto 1: Desenvolvimento de Metodologia de Mapeamento das Demandas de EP a partir de análise da realidade socioeconômica e ambiental

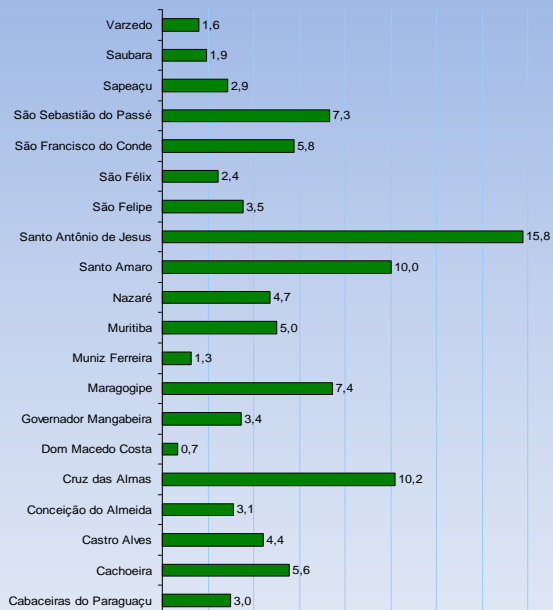
Indicadores do Território de Identidade do Recôncavo: Um Diagnóstico em Construção

Oficina Diálogo Social no Território do Recôncavo
Santo Antônio de Jesus - Bahia
19, 20 e 21/10/2011



Distribuição da População do TI do Recôncavo por Município - 2010

TI Recôncavo/ Bahia = 4,1%



Características Populacionais - TI do Recôncavo – 2010

Nome do Município	Grau de Urbanização	Densidade demográfica	Razão de dependência
Cabaceiras do Paraguaçu	26,80	80,8	62,27
Cachoeira	51,17	80,1	48,04
Castro Alves	61,76	33,1	51,88
Conceição do Almeida	44,29	61,5	46,76
Cruz das Almas	85,14	336,9	43,13
Dom Macedo Costa	45,44	42,3	50,10
Governador Mangabeira	37,41	209,4	50,42
Maragogipe	58,61	97,8	48,39
Muniz Ferreira	46,43	63,3	45,06
Muritiba	62,42	260,3	48,00
Nazaré	83,84	106,0	48,38
Santo Amaro	77,46	110,3	46,38
Santo Antônio de Jesus	87,16	359,6	42,15
São Felipe	48,36	102,2	48,08
São Félix	65,72	147,0	41,82
São Francisco do Conde	82,64	124,0	46,47
São Sebastião do Passé	78,55	76,2	44,60
Sapeaçu	48,73	162,4	49,95
Saubara	97,74	70,2	49,09
Varzedo	36,96	54,2	50,59
Total do Território	69,22	109,8	46,62
Total do Estado	72,07	24,8	48,92

Fonte: IBGE - Censo 2000 e 2010

Elaboração: Dieese

Características Sociais - Saúde- TI do Recôncavo

Municípios	Taxa de mortalidade em 100.000 habitantes (2007-2009)	Taxa de mortalidade infantil -menores de 1 ano em 1.000 nascidos vivos (2007-2009)	Taxa de mortalidade por causas externas em 100.000 habitantes (2007-2009)	Existência de hospitais (Dezembro/2008)
Cabaceiras do Paraguaçu	482,64	15,08	54,64	Não
Cachoeira	543,36	16,05	53,74	Sim
Castro Alves	557,51	14,43	51,89	Sim
Conceição do Almeida	623,29	6,41	47,95	Sim
Cruz das Almas	550,21	16,53	52,26	Sim
Dom Macedo Costa	770,66	19,35	152,44	Não
Governador Mangabeira	545,30	15,01	47,06	Não
Maragogipe	574,66	12,20	38,21	Sim
Muniz Ferreira	485,17	10,00	46,21	Não
Muritiba	610,06	11,86	49,04	Sim
Nazaré	667,89	15,51	65,81	Sim
Santo Amaro	580,84	19,41	68,20	Sim
Santo Antônio de Jesus	545,33	15,68	55,82	Sim
São Felipe	621,95	17,46	33,49	Sim
São Félix	506,66	19,43	50,04	Sim
São Francisco do Conde	439,90	18,49	35,23	Sim
São Sebastião do Passé	510,92	19,52	69,67	Sim
Sapeaçu	692,45	15,68	56,73	Sim
Saubara	466,38	15,22	49,25	Sim
Varzedo	603,74	27,55	42,62	Não
Total do Território	559,44	16,03	53,07	Sim
Total do Estado	483,05	18,59	70,60	Sim

Fonte: MS - Datasus.

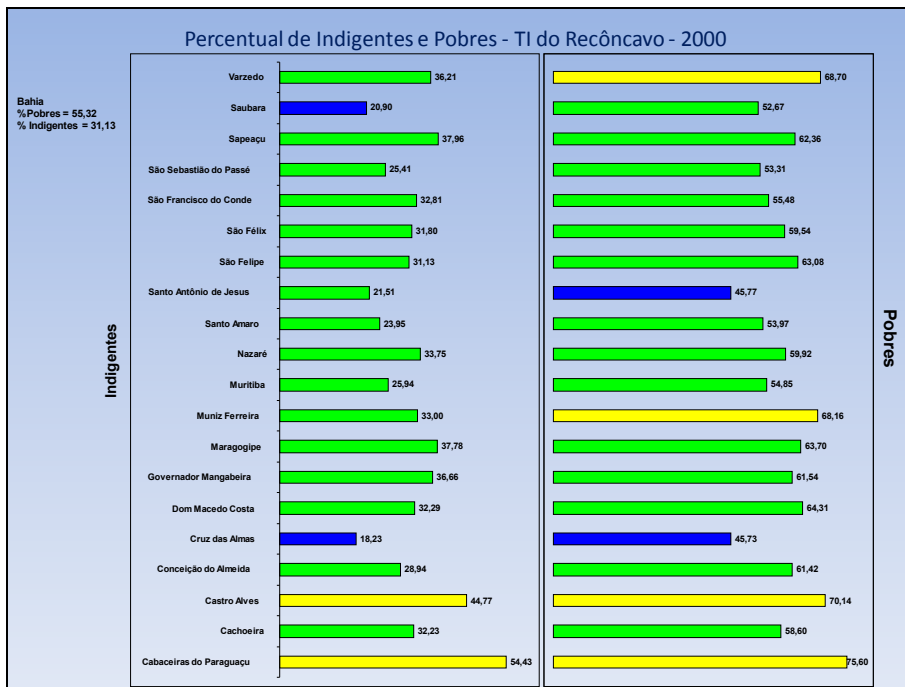
(*) Informação não disponível por território de identidade.

Características Sociais – Escolaridade - TI do Recôncavo – 2000

Municípios	Tx analfabetismo Funcional na população de 15 anos ou mais	Tx de analfabetismo da população de 15 anos	Anos médio de estudo da população de 25 anos ou mais
Cabaceiras do Paraguaçu	63,0	37,2	2,2
Cachoeira	37,9	21,9	4,8
Castro Alves	51,6	31,0	3,3
Conceição do Almeida	48,5	30,3	3,6
Cruz das Almas	33,4	17,1	5,4
Dom Macedo Costa	55,2	28,4	2,8
Governador Mangabeira	39,9	25,3	4,0
Maragogipe	52,2	30,7	3,3
Muniz Ferreira	51,7	30,3	3,1
Muritiba	39,8	23,4	4,4
Nazaré	41,0	22,9	4,7
Santo Amaro	34,9	17,6	5,0
Santo Antônio de Jesus	35,2	16,9	4,9
São Felipe	54,6	30,8	2,9
São Félix	41,0	23,1	4,3
São Francisco do Conde	32,7	16,8	4,8
São Sebastião do Passé	37,2	19,7	4,4
Sapeaçu	48,5	25,7	3,3
Saubara	36,7	19,2	4,3
Varzedo	59,7	29,9	2,5
Total do Território	(*)	(*)	(*)
Total do Estado	43,4	22,1	4,5

Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano.

(*) Informação não disponível por território de identidade.

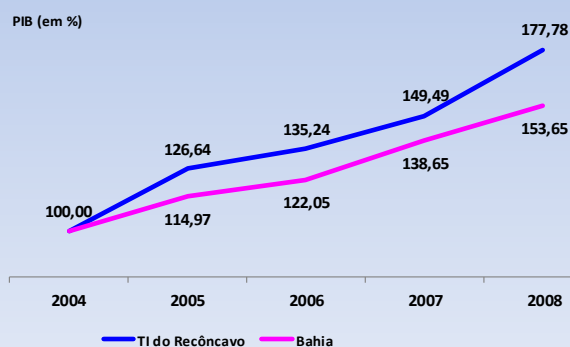


Faixas do Índice de Gini – Brasil, Bahia e Municípios do TI do Recôncavo - 2000	
ÍNDICE DE GINI DO BRASIL = 0,56	
ÍNDICE DE GINI DA BAHIA = 0,67	
Municípios do TI do Recôncavo com Índice de Gini de 0,60 a 0,62	<ul style="list-style-type: none"> Cabaceiras do Paraguaçu Cachoeira Castro Alves São Félix São Francisco do Conde
Municípios do TI do Recôncavo com Índice de Gini de 0,55 a 0,59	<ul style="list-style-type: none"> Cruz das Almas Governador Mangabeira Maragogipe Nazaré Santo Antônio de Jesus São Felipe São Sebastião do Passé Sapeaçu
Municípios do TI do Recôncavo com Índice de Gini de 0,50 a 0,54	<ul style="list-style-type: none"> Conceição do Almeida Dom Macedo Costa Muniz Ferreira Muritiba Santo Amaro Varzedo
Municípios do TI do Recôncavo com Índice de Gini de abaixo de 0,50	<ul style="list-style-type: none"> Saubara

Atividades Econômicas

Território de Identidade do Recôncavo – PIB e PIB Per Capita – 2004 e 2008

Área	2004		2008	
	PIB a Preços Correntes (em R\$ milhão)	PIB per capita (em R\$)	PIB a Preços Correntes (em R\$ milhão)	PIB per capita (em R\$)
TI do Recôncavo	6.663,31	11.793,24	11.846,05	20.589,90
Bahia	79.083,23	5.780,06	121.508,47	8.378,41



Participação Municipal no PIB do TI do Recôncavo – 2004 e 2008

Municípios	em porcentagem	
	2004	2008
TI do Recôncavo	100,0	100,0
Cabaceiras do Paraguaçu	0,51	0,45
Cachoeira	1,84	1,47
Castro Alves	0,86	0,80
Conceição do Almeida	0,65	0,54
Cruz das Almas	3,06	2,86
Dom Macedo Costa	0,16	0,14
Governador Mangabeira	0,88	0,71
Maragogipe	1,45	1,32
Muniz Ferreira	0,25	0,18
Muritiba	1,23	0,95
Nazaré	1,05	0,99
Santo Amaro	2,77	2,17
Santo Antônio de Jesus	6,37	6,03
São Felipe	0,65	0,66
São Félix	0,60	0,60
São Francisco do Conde	73,56	76,00
São Sebastião do Passé	2,69	2,83
Sapeaçu	0,62	0,56
Saubara	0,49	0,43
Varzedo	0,30	0,32

**Contribuição Setorial no Valor Adicionado
Municípios, TI do Recôncavo e Bahia - 2008**

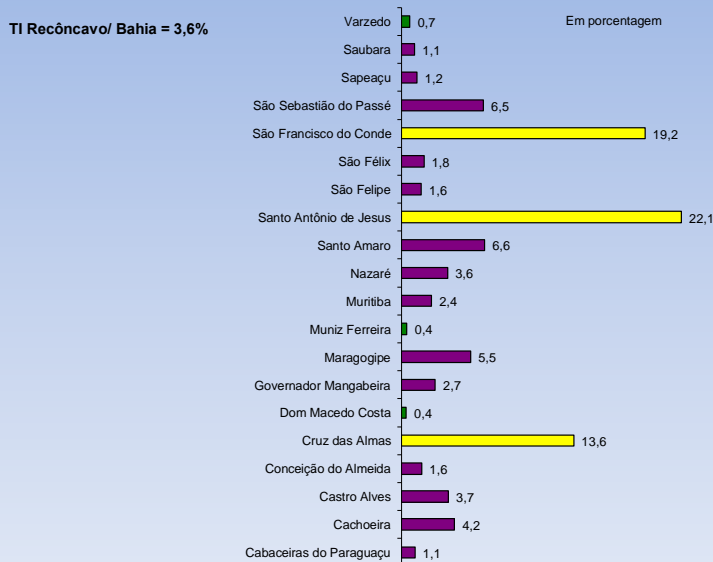
Nome do Município	Em porcentagem			
	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Administração Pública
Cabaceiras do Paraguaçu	24,48	8,35	23,77	43,40
Cachoeira	8,80	28,59	38,14	24,48
Castro Alves	15,09	13,48	38,92	32,51
Conceição do Almeida	18,97	10,51	36,37	34,15
Cruz das Almas	7,13	12,02	58,37	22,48
Dom Macedo Costa	32,17	7,98	22,38	37,47
Governador Mangabeira	16,70	22,76	28,60	31,94
Maragogipe	24,04	9,54	29,74	36,68
Muniz Ferreira	23,18	8,98	29,86	37,97
Muritiba	11,07	21,99	36,99	29,96
Nazaré	4,49	18,42	47,47	29,63
Santo Amaro	6,66	20,02	42,81	30,52
Santo Antônio de Jesus	2,62	12,76	67,38	17,24
São Felipe	23,98	7,84	33,89	34,28
São Félix	15,64	15,38	36,45	32,53
São Francisco do Conde	0,07	58,43	39,55	1,95
São Sebastião do Passé	3,25	50,19	27,82	18,74
Sapeaçu	21,38	7,88	36,78	33,96
Saubara	19,51	10,97	37,23	32,29
Varzedo	31,59	15,06	21,64	31,71
TI do Recôncavo	2,52	48,5	41,00	7,97
Bahia	8,53	28,02	46,60	16,95

Trabalho

Número de Vínculos no Emprego Formal - TI do Recôncavo e Bahia - 2010

Municípios	Número de vínculos do emprego formal
Cabaceiras do Paraguaçu	846
Cachoeira	3.264
Castro Alves	2.894
Conceição do Almeida	1.259
Cruz das Almas	10.576
Dom Macedo Costa	312
Governador Mangabeira	2.087
Maragogipe	4.247
Muniz Ferreira	349
Muritiba	1.856
Nazaré	2.836
Santo Amaro	5.100
Santo Antônio de Jesus	17.165
São Felipe	1.237
São Félix	1.390
São Francisco do Conde	14.947
São Sebastião do Passé	5.032
Sapeaçu	965
Saubara	826
Varzedo	527
Total do Território	77.715
Total do Estado	2.139.232

Participação Municipal no Total do Emprego Formal - TI do Recôncavo - 2010



Distribuição do Emprego Formal por setor de atividade – TI do Recôncavo e Bahia - 2010

Em porcentagem

Nome do Município	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	SIUP	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
Cabaceiras do Paraguaçu	100,0	0,0	0,9	0,0	0,0	8,4	3,4	83,5	3,8
Cachoeira	100,0	0,0	21,8	0,0	1,9	19,0	30,5	23,8	3,0
Castro Alves	100,0	4,2	20,5	0,0	1,3	12,8	7,3	50,4	3,5
Conceição do Almeida	100,0	0,0	23,6	0,0	0,0	17,5	11,1	42,0	5,8
Cruz das Almas	100,0	0,0	14,9	0,0	4,3	33,0	25,5	18,3	4,0
Dom Macedo Costa	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,5	1,0	90,1	5,4
Governador Mangabeira	100,0	0,0	5,8	0,3	2,0	14,4	6,3	37,9	33,2
Maragogipe	100,0	0,0	50,4	0,0	1,6	5,6	4,7	37,2	0,5
Muniz Ferreira	100,0	0,0	3,4	0,0	0,0	6,6	1,7	81,1	7,2
Muritiba	100,0	0,2	5,5	0,0	7,9	21,1	15,0	44,6	5,6
Nazaré	100,0	2,8	7,0	0,0	16,4	21,1	19,7	30,7	2,3
Santo Amaro	100,0	0,0	19,1	0,1	4,6	20,3	16,1	32,0	7,8
Santo Antônio de Jesus	100,0	0,1	24,0	1,0	4,0	39,2	18,2	12,3	1,2
São Felipe	100,0	0,0	2,7	0,0	0,7	22,7	11,0	60,6	2,2
São Félix	100,0	0,0	2,4	0,0	0,6	12,5	24,6	58,6	1,2
São Francisco do Conde	100,0	0,1	3,5	0,1	22,8	4,6	20,6	48,0	0,3
São Sebastião do Passé	100,0	19,3	11,6	0,9	9,6	11,7	17,4	26,1	3,5
Sapeaçu	100,0	0,0	7,0	0,0	2,5	25,8	7,0	49,6	8,0
Saubara	100,0	0,0	0,4	0,0	2,2	12,7	4,2	80,3	0,2
Varzedo	100,0	0,0	25,8	0,0	0,8	3,4	1,9	63,6	4,6
Total do Território	100,0	1,5	15,7	0,3	7,9	20,8	17,7	32,6	3,4
Total do Estado	100,0	0,6	10,5	0,9	7,2	18,1	30,1	28,6	4,0

Dez ocupações com maior estoque de emprego formal – Total e para Técnico de Nível Médio – TI do Recôncavo- 2010

Total			Técnicos de nível médio		
Descrição da Família Ocupacional	Nº de vínculos	% sobre o total de vínculos	Descrição da Família Ocupacional	Nº de vínculos	% sobre o total de vínculos de técnicos de nível médio
Agentes, assistentes e auxiliares administrativos	9.056	11,65	Técnicos e auxiliares de enfermagem	1.362	17,54
Operadores do comércio em lojas e mercados	6.506	8,37	Professores de nível médio no ensino fundamental	1.301	16,75
Dirigentes do serviço público	3.914	5,04	Professores de nível médio na educação infantil	689	8,87
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta séries)	3.250	4,18	Agentes fiscais metrológicos e de qualidade	507	6,53
Ajudantes de obras civis	3.149	4,05	Agentes da saúde e do meio ambiente	394	5,07
Trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas	1.976	2,54	Técnicos em construção civil (edificações)	270	3,48
Motoristas de veículos de cargas em geral	1.554	2,00	Técnicos em contabilidade	242	3,12
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	1.529	1,97	Técnicos de vendas especializadas	228	2,94
Técnicos e auxiliares de enfermagem	1.362	1,75	Professores leigos no ensino fundamental	212	2,73
Professores de nível médio no ensino fundamental	1.301	1,67	Técnicos em segurança no trabalho	195	2,51
	33.597	43,23%		5.400	69,53%

Dez ocupações em ascensão e em declínio no emprego formal – TI do Recôncavo – 2010/2005

dez ocupações que mais geraram postos de trabalho			dez ocupações que mais eliminaram postos de trabalho		
Descrição da Família Ocupacional	Nº de vínculos	% sobre o total de vínculos gerados	Descrição da Família Ocupacional	Nº de vínculos	% sobre o total de vínculos "perdidos"
Agentes, assistentes e auxiliares administrativos	4.678	14,8	Técnicos de controle da produção	-234	2,0
Ajudantes de obras civis	2.272	7,2	Professores de nível médio no ensino fundamental	-328	2,8
Operadores do comércio em lojas e mercados	2.226	7,0	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	-349	3,0
Diretores do serviço público	2.152	6,8	Instrutores e professores de cursos livres	-378	3,2
Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	1.055	3,3	Trabalhadores artesanais na indústria do fumo	-633	5,4
Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta séries)	912	2,9	Operadores de equipamentos de filtragem e separação	-650	5,5
Policiais, guardas-civis municipais e agentes de trânsito	737	2,3	Trabalhadores de apoio à agricultura	-862	7,3
Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compostos em obras civis	662	2,1	Trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas	-1.079	9,2
Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	637	2,0	Professores do ensino médio	-1.408	12,0
Trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas	629	2,0	Mantenedores de edificações	-3.110	26,4
Subtotal 10 + gerados	15.960	50,4	Subtotal 10 + "perdidos"	-9.031	76,7

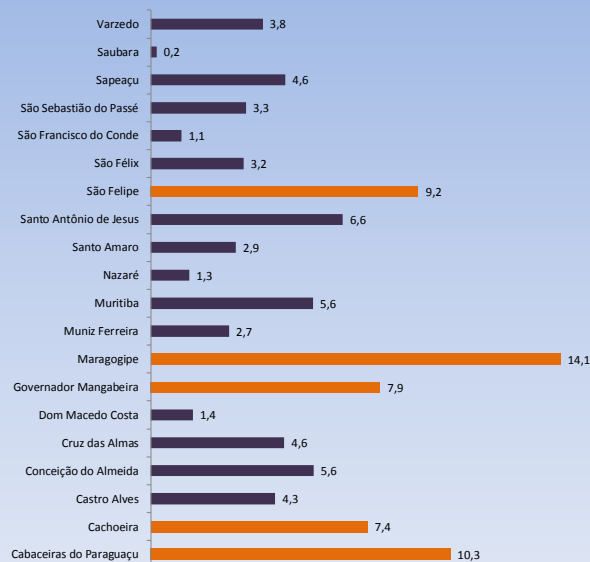
Fonte: RAIS - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) O total inclui vínculos sem declaração de ocupação

Número de Estabelecimentos e Ocupados na agropecuária – TI do Recôncavo e Bahia - 2006

Municípios	Número de Estabelecimentos Agropecuários	Número de Ocupados em estabelecimentos agropecuários	Percentual estabelec. Fam. no total de estabelec. Agropecuários	Percentual de ocupados em estabelec. Fam. no total de ocupados em estabelec. agropecuários
Cabaceiras do Paraguaçu	3.199	10.645	89,59	87,21
Cachoeira	2.315	6.183	94,64	93,61
Castro Alves	1.328	3.715	90,89	83,31
Conceição do Almeida	1.739	5.343	89,53	84,04
Cruz das Almas	1.425	4.212	92,77	88,98
Dom Macedo Costa	449	1.255	88,20	81,12
Governador Mangabeira	2.450	8.170	93,35	91,30
Maragogipe	4.375	12.307	95,82	94,14
Muniz Ferreira	835	1.732	87,31	78,46
Muritiba	1.731	4.978	95,67	94,64
Nazaré	411	1.032	87,10	79,75
Santo Amaro	908	2.771	87,11	69,00
Santo Antônio de Jesus	2.049	6.142	90,78	89,74
São Felipe	2.856	8.401	92,89	92,77
São Félix	991	3.047	90,82	89,69
São Francisco do Conde	331	790	85,20	67,22
São Sebastião do Passé	1.017	3.136	83,38	76,02
Sapeaçu	1.436	5.248	91,64	87,98
Saubara	63	167	77,78	71,26
Varzedo	1.195	2.715	90,54	91,97
Total do Território	31.103	91.989	91,8	88,6
Bahia	761.528	2.325.984	87,4	80,9

Fonte: Censo Agropecuário 2006 / IBGE

Distribuição dos ocupados na agropecuária – TI do Recôncavo e Bahia - 2006



Instrução dos Dirigentes de Unidades Agropecuárias – TI do Recôncavo e Bahia - 2006

Nome do Município	Total	Alfab. de adultos	fundam. Incomp.	fundam. completo	médio completo (téc. agríc)	médio completo (outro)	Engen. Agrôn.	Veterinário	Zootecnista	Engen. florestal	Outra formação superior	Nenhum, mas sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever
Cabaceiras do Paraguaçu	3.199	2,2	42,2	5,5	1,1	6,1		0,0			0,5	6,6	35,8
Cachoeira	2.315	2,5	35,6	10,8	0,7	6,1	0,1				1,0	8,1	34,9
Castro Alves	1.328	6,4	30,9	3,1	1,1	3,0	0,4				0,5	21,9	32,8
Conceição do Almeida	1.739	4,9	46,2	5,2	1,1	4,5	0,5				0,8	9,4	27,5
Cruz das Almas	1.425	5,1	35,6	7,7	1,1	6,6	0,4				0,6	8,5	34,5
Dom Macedo Costa	449	2,9	34,1	6,5		7,3					1,1	24,9	23,2
Governador Mangabeira	2.450	2,1	42,4	5,8	0,7	8,1	0,2				0,4	6,7	33,5
Maragogipe	4.375	5,4	24,0	3,0	0,6	3,1	0,0				0,4	19,8	43,6
Muniz Ferreira	835	0,4	35,3	9,0	0,2	10,4					1,4	3,5	39,8
Muritiba	1.731	4,6	37,6	8,4	0,9	3,4	0,3	0,1			0,5	17,0	27,3
Nazaré	411	1,9	21,9	7,1	3,2	8,5					1,7	14,1	41,6
Santo Amaro	908	3,0	46,6	8,1	1,2	8,7	0,8				1,8	11,9	18,0
Santo Antônio de Jesus	2.049	18,4	22,6	3,5	0,7	3,1	0,1		0,0		0,5	19,0	32,0
São Felipe	2.856	6,5	40,1	4,3	0,6	3,0	0,1				0,4	6,4	38,6
São Félix	991	0,9	49,0	4,6	0,8	3,9	0,1				0,9	10,7	29,0
São Francisco do Conde	331	4,8	40,2	10,3	2,1	7,3					1,8	9,1	24,5
São Sebastião do Passé	1.017	4,1	44,9	6,0	1,4	9,7	0,3	0,1			2,3	6,1	25,1
Sapeaçu	1.436	5,1	20,3	7,2	0,8	5,4	0,2			0,1	0,3	28,1	32,3
Saubara	63	7,9	52,4	7,9	3,2	17,5					1,6	1,6	7,9
Varzedo	1.195	0,4	35,6	2,5	0,3	2,4					0,4	13,3	45,0
Total do Território	31.103	4,8	35,5	5,7	0,8	5,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,7	12,7	34,5
Total do Estado	761.528	6,1	29,4	4,9	0,9	4,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,9	16,3	37,0

Técnico Agrícola	Engenheiro agrônomo	Veterinário	Zootecnista	Engenheiro Florestal	Outra formação superior
263	52	3	1	1	212

Níveis de Acesso à Assistência Técnica das Unidades Agropecuárias – TI do Recôncavo e Bahia - 2006

Municípios	Orientação Técnica		
	Ocasionalmente	Regularmente	Não recebeu
Cabaceiras do Paraguaçu	5,5	4,2	90,2
Cachoeira	1,5	1,0	97,5
Castro Alves	4,3	1,1	94,6
Conceição do Almeida	4,0	2,6	93,3
Cruz das Almas	3,8	1,4	94,8
Dom Macedo Costa	0,9	1,1	98,0
Governador Mangabeira	2,0	0,5	97,6
Maragogipe	0,9	0,1	99,0
Muniz Ferreira	1,0	0,7	98,3
Muritiba	3,3	1,3	95,4
Nazaré	10,5	2,2	87,3
Santo Amaro	13,2	3,3	83,5
Santo Antônio de Jesus	4,0	0,7	95,4
São Felipe	2,7	0,6	96,7
São Félix	7,6	0,4	92,0
São Francisco do Conde	6,0	3,3	90,6
São Sebastião do Passé	7,0	7,7	85,3
Sapeaçu	2,9	4,3	92,8
Saubara	4,8	1,6	93,7
Varzedo	1,3	0,2	98,6
Total do Território	3,5	1,7	94,8
Bahia	4,4	2,5	93,1

Rendas

Rendimento do Trabalho – TI do Recôncavo e Bahia - 2006

Territórios de Identidade	Renda média Nominal em R\$ de dez/2010	% proporção dos rendimentos municipais em relação ao rendimento do TI
Cabaceiras do Paraguaçu	782,42	58,5
Cachoeira	945,56	70,7
Castro Alves	820,95	61,4
Conceição do Almeida	813,18	60,8
Cruz das Almas	1.454,78	108,8
Dom Macedo Costa	711,23	53,2
Governador Mangabeira	788,91	59,0
Maragogipe	1.694,17	126,7
Muniz Ferreira	792,99	59,3
Muritiba	768,03	57,4
Nazaré	1.009,53	75,5
Santo Amaro	945,67	70,7
Santo Antônio de Jesus	847,48	63,4
São Felipe	908,45	67,9
São Félix	877,55	65,6
São Francisco do Conde	2.063,41	154,3
São Sebastião do Passé	2.636,63	197,1
Sapeaçu	703,75	52,6
Saubara	585,58	43,8
Varzedo	940,45	70,3
Total do Território	1.337,64	100,0
Total do Estado	1.426,11	

Fonte: MTE - Relação Anual de Informações Sociais.

Número e Valores dos Benefícios Sociais e Previdenciários – TI do Recôncavo - 2010

Nome do Município	Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Valor total pago pelo Programa Bolsa Família	Número de beneficiários do BPC - Total	Valor total pago pelo BPC - Total	Quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social	Valor anual dos benefícios emitidos pela Previdência Social
Cabaceiras do Paraguaçu	2.554	277.394,00	92	46.869,00	957	5.438.447,14
Cachoeira	4.316	431.386,00	576	293.752,35	5.938	40.931.702,41
Castro Alves	3.701	368.206,00	900	458.426,00	6.444	41.519.948,07
Conceição do Almeida	2.239	214.612,00	326	166.260,00	3.555	22.527.942,06
Cruz das Almas	5.312	494.868,00	1.127	573.726,12	12.085	85.166.571,18
Dom Macedo Costa	515	50.692,00	82	41.820,00	660	4.018.581,61
Governador Mangabeira	2.389	252.703,00	243	123.590,85	3.867	24.334.809,56
Maragogipe	6.608	685.815,00	767	389.284,30	7.889	48.823.379,23
Muniz Ferreira	1.072	105.204,00	12	6.120,00	96	597.103,64
Muritiba	3.259	329.264,00	563	285.794,60	6.692	44.561.784,23
Nazaré	3.488	356.647,00	1.166	594.660,00	11.061	74.508.394,19
Santo Amaro	7.568	736.754,00	1.485	756.206,00	12.001	89.070.493,06
Santo Antônio de Jesus	9.067	852.994,00	2.443	1.245.418,00	16.477	112.775.520,39
São Felipe	2.650	267.354,00	307	156.570,00	4.078	25.757.664,28
São Félix	1.804	171.373,00	223	113.475,00	3.220	22.013.642,38
São Francisco do Conde	3.315	331.974,00	335	170.697,00	1.735	13.389.858,10
São Sebastião do Passé	5.173	491.995,00	790	402.009,00	5.017	38.672.880,53
Sapeaçu	2.312	231.541,00	381	194.310,00	3.339	21.065.444,21
Saubara	1.561	153.778,00	78	39.295,50	770	4.777.685,99
Varzedo	1.309	129.201,00	59	30.090,00	535	3.056.760,41
Total do Território	70.212	6.933.755,00	11.955	6.088.373,72	106.416	723.008.612,67
Bahia	1.662.069	166.131.461,00	325.373	85.929.799,24	2.001.684	14.624.213.835,11
% Território/Bahia	4,2	4,2	3,7	7,1	5,3	4,9

Educação Profissional

Matrículas na Educação Profissional por Dependência Administrativa – TI do Recôncavo e Bahia - 2010

Municípios	matrículas na EP	matrículas na EP na rede Federal	matrículas na EP na rede Estadual	matrículas na EP na rede Municipal	matrículas na EP na rede Privada	Percentual de matrículas de EP na rede Estadual em relação ao total de matrículas de EP
Cachoeira	61		61			100,0
Cruz das Almas	214		214			100,0
Santo Amaro	569	442	127			22,3
Santo Antônio de Jesus	811		616		195	76,0
São Sebastião do Passé	92		92			100,0
Total do Território	1.747	442	1.110		195	63,5
Total do Estado	51.851	8.727	35.677	795	6.652	68,8

Fonte: INEP - Censo Escolar.

ANEXO 2

Relatório das Entrevistas com o Conselho do Recôncavo

Entrevistas com conselheiros do CETEP do Recôncavo

No mês de julho de 2011 realizamos uma das etapas da elaboração e teste da metodologia para levantamento das demandas socioeconômicas e ambientais dos territórios de identidade. O território selecionado para essa primeira fase, de elaboração e teste da metodologia foi o do Recôncavo da Bahia. A etapa em questão foi a aplicação de entrevistas em profundidade junto a conselheiros do Centro Estadual Territorial de Educação Profissional do Recôncavo, o qual se localiza no município de Santo Antônio de Jesus.

Esse colegiado era composto por dezoito representantes, selecionamos os seguintes representantes, a saber: um professor, um gestor do CETEP, um aluno, um dos pais e/ou responsáveis, um empresário, dois trabalhadores, um do movimento social e um do poder público. A representante do poder público se recusou a dar a entrevista e o representante do movimento social acabou por representar o poder público, porque atualmente ele é Secretário de Desenvolvimento de um dos municípios do Território do Recôncavo. Dessa forma, foram entrevistados oito conselheiros.

O objetivo da entrevista foi refletir sobre as demandas de educação profissional no território do Recôncavo, assim como sobre a experiência da participação no conselho, uma análise da contribuição do segmento do entrevistado no conselho do CETEP, como cada segmento pode contribuir no conselho. Por fim, procurou-se levantar temas para os conselheiros trabalharem com seu segmento, discutindo e depois levando os resultados da reflexão para as reuniões do conselho, buscando estimular a participação dos conselheiros no conselho e junto de seus representados, assim como contribuir para a consolidação dos debates sobre demanda e oferta de educação profissional no Território.

Conselhos e democracia participativa

A ação dos movimentos sociais que resistiram ao regime militar resultou em uma série de conquistas democráticas para a sociedade brasileira, as quais foram consolidadas principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. Os movimentos sociais reivindicaram outro modelo de administração pública, menos centrada no Estado, com canais institucionais para a participação da sociedade civil na formulação, implementação e controle das políticas públicas. Entre esses muitos mecanismos, o conselho de políticas públicas é um espaço que vem se ampliando por todo o país. Para alguns autores,

os conselhos representam um conceito de participação social relacionado a uma nova compreensão do papel do Estado, dentro do qual são criadas novas estruturas de representação.

Moroni (2009, p. 109) discute que os movimentos sociais contestaram os limites da democracia representativa, que parecia insuficiente para a representação da multiplicidade da sociedade, fato que comprometia os interesses de todos. Ele explica que as novas concepções políticas foram detalhadas e aprofundadas na Constituição Federal de 1988, a partir da qual foram estruturados os conselhos de políticas públicas e as conferências, os quais concretizaram a democracia e o controle social. Abers e Keck (2008, p. 101) argumentam que na década de 80 havia forte demanda para maior participação em instituições convencionais (política parlamentar) de tomada de decisão e também por novos espaços autônomos de participação da sociedade civil. Ambas as demandas tinham a mesma origem, lutavam pela inclusão de classes e grupos mantidos distantes ao longo de décadas dos processos de tomada de decisão. As autoras relatam que os grupos e indivíduos que defendiam as duas demandas eram os mesmos, frequentavam os mesmos espaços políticos. Por fim, explicam elas, a política parlamentar acabou se configurando em um espaço propenso para a barganha política. Com esse movimento, nos anos 90, houve grande aposta de que os conselhos pudessem operar como espaço de representação “autêntica”.

As autoras (Idem, p. 102) informam que a origem dos conselhos gestores foi o movimento de saúde, um dos mais organizados então, o qual já tinha programa pronto para novas instituições democráticas. O movimento propôs a descentralização do sistema de saúde e o investimento público em oposição ao investimento privado. Elas contam que o movimento contava com duas frentes articuladas, a saber: organizações populares (que reivindicavam acesso à saúde em bairros pobres) e os profissionais de saúde (comprometidos com um sistema justo e democrático). Na proposta pronta constava a institucionalização de conselhos em nível municipal, estadual e federal, aberto à participação da população para a tomada de decisões. A fim de evitar o predomínio da participação estatal, foi indicada a paridade entre representantes do Estado e da sociedade civil.

Segundo Abers e Keck (Idem, p. 103), na época, acreditava-se que os conselhos pudessem representar um espaço de progresso, contra “padrões decisórios tecnocráticos”. Outros viam no conselho a

possibilidade de maior eficiência nas políticas, em virtude do acompanhamento da população sobre as ações do governo.

Moroni (2009, pp. 112 a 115) defende que a interação em espaços como os conselhos promovem solidariedade e identidades comuns, “articulando grupos sociais que passam a agir como sujeitos políticos coletivos”, essa articulação, conclui o autor, fortaleceria a luta pelos direitos. Assim, observamos como a criação do espaço institucional para a participação é elemento que pode multiplicar a organização social e o processo democrático.

Esse autor argumenta que o sistema descentralizado e participativo, como o conselho de políticas, é um espaço político por excelência, reunindo representações governamentais e não governamentais, os quais se tornam responsáveis pelos seguintes aspectos, a saber: elaboração, deliberação, fiscalização e implementação de políticas públicas. Esse espaço opera nos três entes da Federação: municipal, estadual e federal. O conselho é um mecanismo para controle da ação do governo pela população. Moroni conclui que os conselhos “deslocam o espaço de decisão do estatal-privado para o estatal-público”, com esse deslocamento, segundo as palavras do autor, sujeitos sociais são transformados em sujeitos políticos e a governabilidade é compartilhada por todos.

Abers e Keck (2008, p. 100) relatam que o conselho de políticas públicas é um arranjo de governança para a formulação de políticas públicas. Eles explicam que, apesar das diferenças entre os conselhos em relação à origem legal, composição, atribuições formais e influência nas decisões estatais, eles guardam entre si características comuns, a saber: são criados por lei, têm autoridade formal sobre normas, planos e, às vezes, orçamento na área específica de atuação. Os autores contam que os conselheiros representam (no sentido de agir em favor de) grupos do setor privado – ou seja, não relacionados com o Estado -, sindicatos de trabalhadores, órgãos estatais e associações civis, com amplo respaldo. Normalmente o Estado ocupa metade das cadeiras. Nos conselhos regidos por legislação a eleição dos conselheiros é obrigatória, e as organizações de cada categoria escolhem seus representantes. Nos conselhos estabelecidos por legislação local, o governo escolhe os membros.

Os autores destacam a diferença entre os conselhos de políticas públicas e o mecanismo de orçamento participativo. Neste último, os participantes das assembleias são os próprios cidadãos, nos conselhos, a participação é indireta. Isso porque os participantes não estatais são escolhidos por organizações, as

quais foram escolhidas por outras organizações. Da parte dos acentos do Estado, os funcionários públicos são indicados por suas instituições, para representá-las.

O Conselho Escolar do Centro Estadual Territorial – CETEP¹

Os Conselhos Escolares dos Centros Estaduais Territoriais foram instituídos pelo decreto estadual n. 11.355 de 4 de dezembro de 2008, o mesmo que cria os Centros, no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia.

A cartilha explica que o conselho deve ser implantado em cada Centro, constituindo-se como instrução de gestão democrática de educação profissional pública.

O artigo 3 do referido decreto aborda especificamente o conselho, o qual deve ser composto por dois grupos:

Segmento da comunidade escolar: cujos representantes são:

- gestores (diretor, vice de articulação com o mundo do trabalho e DIREC – Diretoria Regional de Educação);
- professores e/ou coordenadores pedagógicos;
- servidor técnico-administrativo;
- estudantes;
- familiares (pais ou representantes);

Segmento da comunidade local: formado por:

- empresários (da área rural, urbana e economia solidária), comunidade local (movimentos sociais e representantes do Colegiado Territorial);
- trabalhadores (dos setores da indústria, serviços e rural);

¹ A referência de todas as informações sobre a organização e competências do Conselho dos CETEPs é a Cartilha Dieese.

- poder público local (municípios e estado).

O Conselho pode contar com três representantes de cada grupo dos dois segmentos, no total de 27 conselheiros.

O objetivo do Conselho é ampliar e garantir a participação da comunidade na gestão democrática da educação profissional pública, melhorando a qualidade e a efetividade dos cursos oferecidos. A sua função é dar consistência à gestão democrática das unidades, envolvendo profundamente o mundo da escola com o do trabalho, a fim de ajustar, conjuntamente, a oferta e a demanda de educação profissional. Ele ainda deve ser responsivo aos anseios da sociedade, uma vez que traz em si as suas representações.

O Conselho é um espaço de diálogo para os atores envolvidos com a educação profissional (como os segmentos listados acima), os quais podem e devem apoiar e definir com os atores do mundo da escola as orientações da unidade escolar. As funções do Conselho são: deliberativa, consultiva, avaliativa, mobilizadora.

A construção do roteiro de entrevista²

A metodologia qualitativa exige a definição de critérios para garantir a objetividade e legitimidade dos resultados, em virtude da ampla margem de subjetividade que ela possibilita (Martins, 2004).

Dessa forma, buscamos elucidar os passos de nossos procedimentos, possibilitado ao leitor acompanhar o processo e, assim, avaliá-lo.

O roteiro de entrevista com os conselheiros tem dois principais objetivos, a saber: levantar as demandas socioeconômicas e ambientais de educação profissional e também temas para eles discutirem com os pares de seus segmentos, para que nas reuniões dos Conselhos, eles possam trazer novos elementos sobre o tema, enriquecendo a discussão e as ações da instituição.

Além desses objetivos principais, também buscamos verificar a identidade territorial, as percepções sobre o Plano de Educação e sobre a implementação da política no CETEP, as experiências no

² O roteiro segue em anexo.

conselho e como eles percebem que os vários segmentos podem contribuir, assim como os pontos fortes e fracos da política em implementação.

Os objetivos do roteiro orientaram a elaboração das perguntas e sua conformação em cinco blocos específicos, a saber:

- Bloco A - se compõe de informações sobre o entrevistado, a fim de levantar o seu perfil;
- Bloco B - aborda a visão de desenvolvimento socioeconômico do Território de Identidade;
- Bloco C - questiona sobre as necessidades de ensino profissional;
- Bloco D - investiga a visão de educação profissional e do Centro, aborda o Plano de Educação Profissional e do CETEP.

Bloco A

Nesse bloco buscamos somente anotar informações básicas como sexo, idade, grau escolar, ocupação, tempo de moradia no Território e segmento. Caso tivessem sido entrevistados muitos conselheiros, seria possível fazer o cruzamento com os resultados das entrevistas, a fim de observar se haveria ou não relação entre características de indivíduos e grupos e determinadas posições em relação à temática da educação profissional. Todavia, já vale ressaltar que, em virtude do limitado número de entrevistados, esse tipo de correlação parece não fazer sentido. Embora, em caso de interesse futuro, é possível aplicar o roteiro – inteiro ou por blocos – a um amplo número de conselheiros e procurar as possíveis correlações.

Bloco B

Aqui investigamos as atividades econômicas, sociais e culturais do Território do município, as transformações recentes, os investimentos e as oportunidades de trabalho e renda que todas essas variáveis podem trazer e, conseqüentemente, demanda de ensino profissional.

Importante destacar que buscamos separar perguntas sobre o município e o Território, a fim de verificar se a identidade territorial já é algo consolidado ou se ainda predomina a referência municipal.

Outro ponto a ser esclarecido é a ênfase no desenvolvimento cultural e social, e não somente no econômico. Essa opção se relaciona com a orientação teórica desse trabalho, a qual concebe educação profissional para além das demandas do mercado, mas também como tema de toda sociedade. Uma vez que a política de educação profissional do estado da Bahia se preocupa com a formação de sujeitos críticos e capazes de atuar de forma autônoma em diversos setores, parece que as demandas dos setores de cultura e social também devem ser contempladas. Afinal, as práticas culturais da comunidade envolvem várias atividades e geram oportunidades. As políticas sociais e a atuação dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil também demandam trabalhadores. Por fim, há a possibilidade de os estudantes atuarem como pequenos empreendedores na área rural ou urbana.

Nesse bloco introduzimos questões sobre as organizações da sociedade civil e também sobre meio ambiente, em virtude da visão de desenvolvimento da SUPROF, a qual envolve aspectos mais amplos do que a economia, estando comprometida com o desenvolvimento sustentável.

Bloco C

Aqui investigamos as opiniões dos conselheiros sobre educação profissional, seus principais problemas, inclusive no Território e município, sobre o trabalho como matriz da educação profissional, os cursos ofertados e sobre as possibilidades de frequentar os cursos, como transporte, número de vagas etc.

Bloco D

Nessa parte procuramos saber sobre o processo de escolha do curso frequentado, os aspectos que atraem ou afastam candidatos.

Nesse bloco os conselheiros discorrem sobre o Plano de Educação e sobre o CETEP. Eles informam sobre a visão dos moradores do Território e do município sobre o CETEP. Ainda são questionados sobre sugestões de cursos e sobre a experiência da participação no conselho, além da forma que o segmento pode contribuir nas discussões e deliberações.

Elaboramos um roteiro para todos os segmentos, porém, há particularidades para cada segmento. O roteiro para os representantes do segmento da comunidade local (empresários, trabalhadores,

movimento social, agentes públicos) traz questões exclusivas, principalmente no Bloco B, sobre a visão de desenvolvimento, isso porque esse segmento forma um grupo de destaque para a demanda de educação profissional, estando, provavelmente, em contato mais frequente e profundo com as discussões sobre atividades e empreendimentos atuais e futuros no Território. Além disso, esses sujeitos podiam ter demandas e soluções para essa temática, inclusive a partir de seu próprio segmento.

No Bloco C, sobre necessidade de ensino profissional, as perguntas são as mesmas para todos, já que se trata de conhecer a visão de educação profissional e as ofertas disponíveis no Território. No Bloco D elaboramos questões especiais para o segmento da comunidade escolar (estudantes, representantes de família, professores e gestores), isso porque esses sujeitos convivem mais intensamente com o mundo da escola, podendo oferecer melhores informações sobre os cursos já oferecidos. O Bloco E tem perguntas comuns a todos, já que foca na experiência do conselho.

Entrevistas: contato e realização

A seleção dos entrevistados procurou, dentro do tempo disponível para a realização de todo o processo de nosso trabalho, contemplar segmentos fundamentais. Na verdade, apenas o segmento dos servidores técnico-administrativo não foi convidado para a entrevista. Isso porque consideramos que esse segmento teria muito mais a contribuir para os temas da gestão da política, do funcionamento do CETEP, do que no levantamento da demanda. De modo algum acreditamos que o segmento não nos traria informações preciosas. Todavia, tínhamos que administrar a questão prática do tempo e disponibilidade da equipe. Além de que esse segmento já é contemplado em outras etapas deste mesmo projeto.

A representante do segmento do setor público se recusou a conceder entrevista, argumentando que não frequentava assiduamente as reuniões do Conselho, portanto não acreditava que pudesse contribuir com a pesquisa. Por um golpe de sorte, o representante do Colegiado Territorial estava na época ocupado como Secretário de Desenvolvimento de um município do Território do Recôncavo. Embora ele tivesse sido selecionado como representante do Colegiado Territorial, o conteúdo de sua entrevista expressa a posição do agente público, situação na qual ele mesmo se coloca. Como nós já havíamos selecionado dois representantes dos trabalhadores, o deslocamento de segmento desse Secretário não pareceu trazer

ônus para o resultado final. Isso porque os dois representantes dos trabalhadores trouxeram contribuições bastante ricas sobre os movimentos sociais, inclusive.

O contato com os entrevistados não foi complicado porque o Dieese já tinha relação consolidada com a maioria deles. Houve, no entanto, problemas para agendar as datas das entrevistas, em virtude dos vários compromissos dos conselheiros. Os sujeitos do segmento da comunidade escolar tinham mais disponibilidade, até porque as entrevistas foram realizadas no próprio CETEP. Apenas a gestora tinha agenda mais apertada, por causa de seus inúmeros compromissos. Porém, atendeu rapidamente a equipe.

Os representantes da comunidade local, a despeito dos inúmeros compromissos, foram atenciosos e procuraram atender com agilidade, sendo que um deles foi até o CETEP para dar a entrevista. O Secretário de Desenvolvimento atendeu na prefeitura de seu município, o que foi excelente, porque é o único representante de outro município do Recôncavo, o vínculo de todos os outros é com Santo Antônio de Jesus. O empresário atendeu em Salvador, por comodidade dele e também da entrevistadora.

As entrevistas duraram entre uma e duas horas. De modo geral, os entrevistados se sentiram à vontade com as perguntas. No início havia desconfiança de que talvez não soubessem responder a tudo, mas conforme as perguntas foram se sucedendo, eles reconheciam ter certo domínio sobre os temas. Vale ressaltar que a entrevista operou como uma oportunidade para eles refletirem sobre a experiência no conselho, com avaliação final bastante positiva.

Distribuição dos conselheiros do Recôncavo, segundo características individuais

A tabela abaixo mostra as informações dos conselheiros. Ela apresenta o município onde o conselheiro vive, se é da zona urbana ou rural, sexo, idade, grau de escolaridade, ocupação principal, anos de residência no município e o segmento o qual representa.

Características conselheiros CETEP

Segmento comunidade escolar

	Professor	Gestor	Estudante	Família
município	Sto Ant	Sto Ant	Sto Ant	Sto Ant
zona	urbana	urbana	urbana	urbana
sexo	feminino	feminino	masculino	feminino
idade	46	43	21	38
grau ensino	superior	superior	médio	superior
profissão	Prof/Coord	Prof.	Estud	Prof.
anos no município	23	43	21	38
segmento	Professor	Gestora	Estudante	Família

Características conselheiros CETEP

Segmento da comunidade local

	Trabalhador	Trabalhador	Setor Públ	Empresário
município	Sto Ant	Sto Ant	Saubara	Salvador
zona	urbana	urbana	urbana	urbana
sexo	masculino	feminino	masculino	masculino
idade	37	51	52	62
grau ensino	médio	superior	superior	superior
profissão	comerciário	professora	serv públ	diretor faculd
anos no município	20	51	45	9
segmento	Trabalhador	Trabalhadora	Setor Públ	Empresário

Como discorremos acima, a pequena quantidade de entrevistados não permite análises aprofundadas sobre possíveis correlações entre características individuais e conteúdos dos dados. Todavia, nessa pequena tabela, devemos enfatizar o fato de que somente um dos conselheiros não reside nem atua no município de Santo Antônio. O Secretário de Saubara atua e mora nesse município e defende firmemente a necessidade da territorialização do CETEP, atualmente muito vinculado ao município de Santo Antônio. O empresário, parte da semana em Salvador, na outra, em Santo Antônio, onde exerce a

ocupação de diretor da faculdade, de sua propriedade, além de participar ativamente da associação comercial do município.

Todos os conselheiros residem na zona urbana. Os alunos do CETEP também devem ser, em sua maioria, urbanos. Um dos problemas dessa concentração é a pouca atratividade do curso de Agropecuária, uma vez que os principais candidatos parecem ter dificuldades de acesso ao CETEP, seja por causa de transporte, seja por ausência de uma estratégia para atender a essa população, como, por exemplo, uma unidade na zona rural, mais próxima dos alunos.

Em relação ao sexo dos entrevistados, constatamos distribuição balanceada entre conselheiros masculinos e femininos. Porém, na variável grau de escolaridade, verificamos maior representatividade de indivíduos com ensino superior. Embora não tenhamos entrevistado todos os conselheiros, o registro das informações de todos os seus representantes nos faz concluir que essas duas últimas variáveis abordadas correspondem ao perfil de todo o conselho.

Sobre a idade dos conselheiros, constatamos que, exceto o estudante, todos os outros são adultos, nenhum deles em início de trajetória profissional. Esse fato que parece ser positivo em relação ao acúmulo de conhecimentos e experiência sobre as demandas socioeconômicas e ambientais para educação profissional. Mas algum leitor pode, sim, questionar se não seria bom algum representante mais jovem, no início da trajetória, para contribuir com informações relativas às atuais demandas e as dificuldades dos jovens trabalhadores de se inserirem no mundo do trabalho. Todavia, com outros instrumentos, como o diálogo social e o contato e consulta dos conselheiros com seu segmento, podem trazer para o conselho as informações necessárias.

Resultado, tratamentos e análise

Os dados das entrevistadas foram tratados e analisados em três etapas. Em primeiro lugar, foram analisados os dados de cada indivíduo. Em uma segunda etapa, eles foram agrupados em dois conjuntos, o do segmento da comunidade escolar e do segmento da comunidade local, observando as características comuns entre os indivíduos do mesmo conjunto. Num terceiro momento, refletimos sobre os resultados de uma forma geral.

Abaixo apresentamos as tabelas dos dados divididos nos dois segmentos - comunidade escolar e comunidade local - por temas. Logo após as tabelas, apresentamos a análise.

Segmento da comunidade escolar – Bloco B - Visão socioeconômica

Família	Estudante
Quais atividades oferecem oportunidades de trabalho?	
comércio, agropecuária, indústria	comércio, agricultura, fogos
Atividades no Território?	
Não conhece	Não conhece
Ocorrem mudanças?	
comércio, carros O rural sumiu (perda de interesse)	Mudança: CETEP (educação/qualificação)
Trouxeram empregos?	
lava carros, pontos de alimento, cria ao redor	CETEP ainda não criando emprego novo. Indústria fogos, pessoal continua, precisa
Investimentos? Geram oportunidade trabalho?	
Investimento: CETEP, ONGs, Projeto Aprendiz (refere-se à educ. social, área dela). Cria oportunidades de trabalho (social).	UFRB, gera emprego, construção, mudou bairro, melhorou bastante.
Sugestão para novas oportunidades	
Sugestão: cultura, apontada como importante para jovens	Faltava CETEP, já tem. Cultura deveria ter foco maior/ S. João, emprego provisório
Quais atividades preservam meio ambiente?	
Não conhece muito	Não conhece muito
Quais organizações da soc. civil você conhece?	
org. civis: ONGs	sindicatos
Como seu segmento contribui p/o desenvolvimento?	
conversa pais/ visão arcaica/ leva demandas, discute. Conversei, procurei saber. Essa participação no conselho é importante.	Levar curso a sério, formação, bem preparado

Segmento da comunidade escolar – Bloco B - Visão socioeconômica

Professora	Gestora
Quais atividades oferecem oportunidades de trabalho?	
comércio, saúde, agrícola, logística.	comércio, ind, agrícola
Atividades no Território?	
Não conhece, está estudando	Não conhece
Ocorrem mudanças?	
Implantação de cursos de saúde, comércio, logística, agropecuária.	Há 10, 15 anos ind não acontecia, comércio ampliou.
Trouxeram empregos?	
Ganha e perde. Remete CETEP. Fecha EB, perde hora/aula, ganham técnicos.	Seg. Trabalho, logística, marketing (da estrutura comércio). Sumiu alfaiate, datilógrafo
Investimentos? Geram oportunidade trabalho?	
UFRB, creches, Expo Mandioca, alunos solicitados para desenvolverem atividades relacionadas aos cursos.	Constr. civil, pesca, no rio Paraguaçu.
Sugestão para novas oportunidades	
Inclusão de novos cursos, também ser empreendedor, própria demanda, ex: cuidador, babá	Torná-los empreendedores, emprego com registro mais difícil.
Quais atividades preservam o meio ambiente?	
Não trouxe informações importantes/ educação ambiental	Educação ambiental
Quais organizações da soc. civil você conhece?	
Não conhece, precisa educação ONGs (não muito conhecimento)	Não conhece, precisa educação ONG
Como seu segmento contribui p/o desenvolvimento?	
Levar questão da responsabilidade, cursos, educação, formação menos deformada	Buscando oportunidades e experiência futuro emprego formal? conta própria, tornar os meninos empreendedores

Análise

Na visão desses entrevistados sobre a realidade econômica o destaque é para o comércio, isso porque eles se centraram em seu próprio município e, para quem conhece Santo Antônio, é indiscutível a força

desse setor, sobretudo em comparação com outros municípios do Território. De modo geral, os entrevistados têm pouca informação sobre o Território. A professora e a gestora, sobretudo esta última, têm mais conhecimento, além de reconhecerem que precisam saber mais sobre os outros municípios, inclusive para um melhor planejamento do Centro.

Um aspecto a ser ressaltado é que esse grupo trouxe menos informação sobre possíveis demandas de trabalho no território ou mesmo no município do que o segmento da comunidade local. Esses entrevistados privilegiaram a abordagem sobre temáticas referentes ao próprio mundo da escola. Isso pode ser constatado no fato de que, ao discorrerem sobre mudanças econômicas, sociais e culturais, esses entrevistados apontaram a educação, inclusive o próprio CETEP, como elemento para provocar a mudança econômica.

Na resposta sobre a possibilidade de as mudanças gerarem novos empregos, eles apontaram o CETEP como a mudança que pode criar empregos, em virtude de tornar os indivíduos mais qualificados. Ou seja, a própria perspectiva de haver um centro para preparar estudantes já abre a possibilidade de geração de empregos, atraindo empregadores. Fato que não parece inverídico. Na medida em que no Recôncavo há investimentos públicos e privados, com expectativa de ampliação nos próximos anos. É certo que os empregadores necessitarão de força de trabalho preparada. Além disso, se há interesse em investir, em seus estudos, os empresários devem considerar a oferta de trabalhadores.

A professora, por exemplo, argumentou que a implantação do Centro criou vagas para técnicos, professores de EP, enquanto diminuiu carga horária para professores de ensino regular para o profissional. Ou seja, a própria implantação do CETEP cria oportunidades de trabalho para um tipo específico de docentes, além de funcionários e toda a estrutura a ele relacionada. Dessa forma, parece plausível a afirmação de entrevistados que apontaram o CETEP como um investimento público que gera oportunidades de trabalho e renda.

Ao serem questionados sobre sugestões para o desenvolvimento e criação de emprego, alguns entrevistados citaram o CETEP, apontando os eventos e instituições, cujas atividades possibilitam oportunidade para os alunos atuarem de forma prática os conhecimentos adquiridos no Centro. Essa resposta parece indicar o quanto esses indivíduos estão envolvidos com a política da educação profissional e acabam por analisar questões que, para outros, naturalmente levariam a outros

raciocínios, a partir do próprio CETEP. Alguns podem avaliar que essa visão centrada no próprio CETEP não leva em conta toda a complexidade da realidade social. Mas não podemos deixar de notar uma sugestão auspiciosa desse intenso grau de envolvimento de indivíduos do segmento escolar com o CETEP. Afinal, eles parecem absorvidos pela política da qual fazem parte e com a qual contribuem para implementação.

A contribuição da educação profissional no desenvolvimento ainda pode ser constatada na argumentação do estudante ao relatar que o modo de o seu segmento contribuir com o tema é se dedicar aos estudos. A professora e a gestora, por sua vez, apontaram que seus segmentos contribuem para o desenvolvimento ao tentarem oferecer a melhor forma de ensino. Portanto, constatamos a consciência da responsabilidade desse grupo de que a educação profissional é uma forma de agir para o desenvolvimento da sociedade, o compromisso com o bom ensino e aprendizagem faz parte dessa ação.

O segmento da comunidade escolar trouxe menos informações sobre possíveis demandas da economia em relação ao segmento da comunidade local. Mas, em contraste, foi o que apresentou reflexão mais aprofundada sobre as relações dentro do mundo da escola e os problemas da implementação da atual política de educação profissional. Os indivíduos destacaram a falta de docentes com preparação para o ensino profissional. Nesse aspecto, foi citada a falta de profissionais especialistas nos cursos oferecidos, assim como a formação para os docentes que atuavam no ensino básico e hoje estão no profissional, sem antes terem tido orientações específicas. Outro problema é a contratação temporária de professores e o êxodo dos que vieram do ensino básico, mas terminaram por desistir do ensino profissional, sem a devida substituição. Por fim, a questão, a ser desenvolvida mais à frente, sobre as difíceis relações entre professores e alunos, em virtude das transformações sociais, que fazem com que os jovens não mais adiram ao modelo tradicional de didática e os professores que, por sua vez, parecem não contar com formação, assim como resistem a se adaptarem às novas exigências da docência nos tempos atuais.

Merecem destaque os curtos comentários às questões sobre atividades econômicas e o meio ambiente, além daqueles sobre organizações sociais feitos por todos os entrevistados do segmento da comunidade escolar. Essa constatação é relevante, porque a proposta da política de educação profissional do estado da Bahia contempla o desenvolvimento socioeconômico sustentável. A frágil reflexão sobre o meio

ambiente não parece exclusividade desse segmento, mas aponta para uma questão social mais ampla. De forma alguma os entrevistados sugeriram não se preocuparem com o meio ambiente e sua preservação, porém eles têm pouca informação e desconhecem atividades e instituições locais na área. Isso aponta para a necessidade de que o currículo da educação ambiental contemple atenciosamente o tema do meio ambiente.

O frágil conhecimento sobre organizações civis nos municípios e no território também não parece ser exclusividade dos entrevistados desse grupo. Afinal, o processo de organização do diálogo social revelou certa dificuldade na articulação de movimentos e lideranças. O Território do Recôncavo tem sim relevantes movimentos sociais, porém, talvez não tantos se compararmos com outros territórios.

A própria origem do CETEP em Santo Antônio aponta o papel da sociedade civil organizada. O estudante relatou, na entrevista, momento significativo da história da cidade, relacionado à ação da sociedade civil. Na região a produção de fogos de artifício é uma tradição, os quais são utilizados principalmente nas festas de São João, até porque essas festas nos municípios são avaliadas como uma das melhores do estado da Bahia. O fato é que a forma de produção é muito precária, colocando os trabalhadores em perigo constante. Anos atrás, houve um acidente de grandes proporções, que feriu e matou muitos trabalhadores. Foi criado, então, um movimento para a defesa desses trabalhadores, o qual exigiu, entre outras reivindicações, a criação de uma escola destinada a oferecer curso para preparar força de trabalho para a produção de fogos dentro das exigências de segurança. Esse CETEP foi criado como resposta à reivindicação do movimento social. Inclusive, uma das líderes participa do conselho da escola.

Infelizmente, a participação social com intensidade aquém do que seria desejável para a conquista e exercício de direitos no país é um fato ainda comum. Assim como a questão do meio ambiente, a frágil discussão sobre organizações sociais sugere que o currículo da educação profissional deve contemplar a discussão da cidadania, despertando nos estudantes a atuação como sujeitos sociais autônomos. Essa conclusão se ampara nos objetivos da política da educação profissional na Bahia, comprometida com a inclusão social e a cidadania.

Segmento da comunidade local – Bloco B - Visão socioeconômica

Trabalhador 1	Trabalhador 2
Quais atividades oferecem oportunidades de trabalho?	
Comércio	Comércio. Cultura é muito vago, tínhamos anfiteatro, apresentações, hoje não importantes. Pessoas estudam administração, não se empregam. Os donos de empresas só querem as famílias deles. Questão política é tudo, expressão do coronelismo, questão democrática está longe de acontecer. Pessoas que trabalham com fogos (crianças e gestantes), sem segurança ou camelô
Atividades no Território?	
laranja, cacau, agropecuária	diversidade, pesca, pedreiras.
Ocorrem mudanças?	
16 anos de dominação de um grupo, traz coisas que lhe interessam	Qual crescimento? Qualidade de vida para o povo, não vê
Trouxeram empregos?	
Empregos? Moradia. A UFRB desenvolveu.	CETEP ainda não gerou. Esperamos que aconteça. Desapareceu agricultura, 90% é população urbana. Fazendas para atividades urbanas, hotéis, eventos encarece. Moradia pra quem pode pagar mais
Sugestão de oportunidade trabalho?	
Cultura sem perspectiva, incentivo, precisa de atenção. Saem vários artistas daqui, com investimento direcionado teria repercussão. Zona rural precisa atenção. Posto de saúde adequado, 1º grau. Trago discussão no conselho, centro não divulgado como do Território, pessoas tem Centro como de Sto Antonio	
Investimentos? Geram oportunidade trabalho?	
Moradia, UFRB. Empregos na construção.	Habitacional. SEBRAE, que dirijam negócio próprio, cadastro INSS, renda e sobrevivência.
No seu setor, há investimentos?	
Não tem investimento	Centro Regional de Saúde do trabalhador, fala sobre acidentes de trabalho, doenças ocupacionais.
Quais atividades preservam meio ambiente?	
Falta incentivo para coleta de lixo. Desmatamento nas margens dos rios, sem controle.	IBAMA saiu daqui. Investimento em educação. Criação gado traz prejuízo

Quais organizações da soc. civil você conhece?

<p>Sindicatos, sociedade de artistas. Nós entrevistamos para ter quebra-molas na BR, atropelamentos. Junto com Mov. 11 Dez, apoio no acidente. Sind constr. civil atuou quando empresas sumiram e não pagaram trabalhadores. Perdemos terreno desde FHC, lutamos para recuperar. Não somos baderneiros</p>	<p>Sindicatos, mov. sociais, associações de moradores, ONGs, sind rodoviários, sindserve, sind comerciários, calçados, rurais. Algumas funcionam, outras não. Pessoas usam para trampolim, entram se lançam a candidatos a vereador</p>
--	---

Como seu segmento contribui p/o desenvolvimento?

<p>Conhecimento dos direitos, novas formações, novos cursos</p>	<p>Levando informações sobre os direitos dos trabalhadores, deveres, palestras, seminários para mostrar necessidade da atuação dos sindicatos. Classe dispersa, não sabe como reivindicar.</p>
---	--

Segmento da comunidade local – Bloco B - Visão socioeconômica

Setor Público

Empresário

Quais atividades oferecem oportunidades de trabalho?

<p>Turismo, artesanato de palha, bilro, pesca</p>	<p>Comércio, prestação serviços, ind emergente, chocolate, alimento, ind. vidro, fécula (defende convênio Fund. Odebrecht). Não tem empresas. Trouxeram RS. Matadouro, 5 mil cabeças gado, couro processado Cachoeira. Manutenção de veículos, formação de mão de obra especializada, área manutenção, polo venda moto, carros. Não tem qualificação, oficinas próprias (fez curso Volks, saiu montou sua própria oficina, mas só ele tem. O trabalhador não tem</p>
---	--

Atividades no Território?

<p>Maragogipe polo naval, Castro Alves minério, pedras. Agric familiar, fogos (nociva).</p>	<p>Tenho acompanhado o município.</p>
---	---------------------------------------

Ocorrem mudanças?

<p>Insuficiente, oficinas de agricultura familiar</p>	<p>Indústrias e prestação serviço, descoberta Camamu</p>
---	--

Trouxeram empregos?

<p>Turismo e pesca. Pode melhorar qualidade de vida. Não sumiu emprego.</p>	<p>Enorme substituição de formação de mão de obra, tem que buscar técnicos nessas áreas.</p>
---	--

Sugestão de oportunidade trabalho?

<p>Perdemos com falta de investimento turismo/ amador sem planejamento. S. João divide recursos entre cidades, não existe ligação. Permitir que todas sejam. Secretaria de Ação Social deveria formar bordadeira, não dá retorno, fazem em casa. Sec. Desenvolvimento Econômico direciona possibilidade de emprego ou renda. Não fazer coisa localizada. Turismo</p>	<p>Demanda grande área industrial, manutenção de equipamentos, feita toda em SSA, hospitais, clínicas etc.</p>
--	--

Investimentos? Geram oportunidade trabalho?

<p>Ind naval, apesar problemas ambientais, fortes contaminação mineral, pescado, marisco escasso, programa para as pessoas sobreviverem, responsabilidade/ catar marisco 6 horas por dia na lama, lama no útero, quem quer? Requalificação de pessoas, opção pra começar outra rotina, melhoria de vida para todos</p>	<p>Educação. Polo naval. empregos técnicos.</p>
--	---

No seu setor, há investimentos?

<p>Desenvolvimento econômico, turismo e pesca/ não exploramos Turismo predador (se apresenta Estado).</p>	
---	--

Quais atividades preservam meio ambiente?

<p>Prejudica turismo praia, indústria naval, de fogos Preserva agricultura familiar</p>	<p>Ações isoladas, alguns órgãos, ONG, falta muito, responsabilidade ambiental, preocupação. Filarmônica tinha morrido, coordenei Fundação BB, Recuperamos. Só pensam em ganhar dinheiro, carro novo. Grupo de chorinho, pessoal de fora/ manter memória Recôncavo, não preocupou, só Individualmente. Programa perto de Nazaré das Farinhas, artesanato, cooperativa. Não conseguimos. Interesses políticos, votos. Danos ao meio ambiente, matadouro, 15 mil cabeças/mês 3,4 vezes acima da capacidade, resíduos desastrosos. Difícil fazer algo, nem promotor tenta.</p>
---	---

Quais organizações da soc. civil você conhece?

<p>Muitas associações, cooperativas, sindicato de trabalhadores, Sindicato de comerciários de Sto. Ant., sindicato trabalhadores rurais de Maragogipe. Boa parte associações é cartorial, familiar.</p>	<p>Associações, nós, Banco do Brasil.</p>
---	---

Minoria é ativa.

Como seu segmento contribui p/o desenvolvimento?

Se investisse mais no conselho no centro teríamos que elencar qualificação profissional, os gestores não atentaram e não se convenceram a investir no CETEP.

Conscientização, necessidade o anexo, já fizemos propostas para prefeitura Maragogipe/em vez da mesmice na mesma área, profissional pesca, fixar pessoas, aumentar renda, tecnólogos, meio ambiente. Estado dar condições aos gestores municipais. Só tem professor de enfermagem, agricultura familiar.

Não tem empresa que aceite soldador, vai pedir 2 anos de experiência, ele tem que sair preparado

Assoc uma das maiores poder e responsabilidade projetos na região. Esse projeto Odebrecht, nós discutimos

Prefeitura não apoiou. Promoção do evento de S. João/ questão tráfego, mobilidade urbana, discutir/ estudo aeroporto.

Análise

Como já foi comentado acima, o representante do setor público, inicialmente foi selecionado para ser entrevistado como representante de movimento social, por participar do Colegiado Territorial. Porém, ele é, atualmente, secretário municipal de desenvolvimento, tendo respondido como setor público.

Os membros desse segmento trouxeram farta informação sobre demandas socioeconômicas para educação profissional. Eles também demonstraram mais conhecimento sobre o território, para além de seu próprio município, do que os do segmento anterior. Essas características parecem refletir a circulação mais intensa por vários espaços e grupos no território, resultando em uma visão bem mais ampla. Essa constatação leva a concluir que a presença deles no Conselho acrescenta conhecimentos relevantes para o segmento da comunidade escolar.

O empresário foi o que demonstrou o mais frágil contato com o Território. Ele é proprietário de uma faculdade privada no município de Santo Antônio e vive metade da semana em Salvador, compartilhando com um representante as atividades na faculdade, no conselho e, inclusive, na associação comercial. Todavia, esse entrevistado revelou ter conhecimento sobre diversos temas, inclusive no Recôncavo. Ele foi funcionário do Banco do Brasil, tendo larga experiência em

investimentos locais. Nos dias em que permanece no Recôncavo parece desenvolver intenso contato social, porque está atualizado sobre muitos temas, não apenas econômicos, mas inclusive culturais, sociais e ambientais no território. De qualquer modo, ele revelou ter muitas atribuições e que, embora tenha sido indicado para participar do conselho do CETEP, ele tem pouco tempo para as atividades. A necessidade de que o CETEP se abra mais para o território e seja menos associado ao município de Santo Antônio como atualmente não foi uma questão colocada espontaneamente por ele.

Os outros três entrevistados foram enfáticos na urgência de o Centro atender ao Território, ser descentralizado de Santo Antônio. Com esse viés mais territorial, os três apontaram demandas para além do município de Santo Antônio.

A intensa mobilidade e contato desses quatro entrevistados com várias esferas da sociedade, com instituições e indivíduos de seus segmentos e de outros, envolvendo trocas de informação e discussão, contrastam com um certo isolamento insinuado dos atores dos segmentos da comunidade escolar. Um aspecto que chama atenção é o fato de que as relações dos atores do segmento da comunidade local parecem mais sistematizadas, institucionalizadas, em contraste com as dos atores da comunidade escolar, cujos contatos com indivíduos do mesmo segmento não aparentam ser muito intensas.

Observemos o caso da representante da família, que confessou satisfação com a participação no Conselho, por causa da intensa troca e da possibilidade de representar interesses de pais e alunos, com quem ela mantém contato. Porém, ela não esclareceu a intensa frequência desse contato, pelo contrário, ele parece dependente de situações que provocam desconforto nos pais e que os estimulam a procurá-la para fazer reclamações.

Essa pouca sistematização nas conexões com o próprio segmento também pode ser verificada no relato do estudante, o qual confessou dificuldades na mobilização dos colegas, os quais resistem ao que ele denomina de conscientização em relação à participação. Os contatos com os estudantes do CETEP pareceram se caracterizar por encontros cotidianos. Na entrevista ele revelou não manter contato com movimentos estudantis. Todavia no diálogo social ele informou estar sim se integrando a movimentos de estudantes. De modo que tudo leva a crer que as conexões já podem estar em processo de transformação.

As respostas sobre como os atores do segmento da comunidade local podem contribuir para o desenvolvimento também indicam a sistematização e organização dos intercâmbios sociais desses indivíduos. Os sindicalistas, por exemplo, argumentaram que frequentemente fazem palestras para os trabalhadores, informando e mobilizando-os para o acesso e exercício de direitos e deveres, contribuindo para relações mais cidadãs. Já o empresário relatou várias ações promovidas pela associação comercial, reunindo poder público e outras instituições, sempre marcadas pelo debate e a decisão coletiva. Além disso, ele contou que realizam eventos culturais na faculdade, reunindo público para assistir a manifestações da própria região.

As principais áreas citadas por esses entrevistados como demandas econômicas para educação profissional são comércio, venda e conserto de automóveis, construção civil, indústrias, turismo, saúde, agropecuária (familiar, pecuária e pesca), polo naval, conservação de equipamentos em geral, inclusive hospitalares etc. O representante do poder público foi o único a destacar que o seu segmento é um grande empregador na região. Desse modo, os entrevistados, de modo geral, não atentaram para a forte demanda do serviço público.

Todos ressaltaram a relevância da agropecuária para a economia da região. Os sindicalistas e o representante do setor público defenderam o significativo papel da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável. Esses três entrevistados ainda comentaram afirmações sobre o fato de que os jovens estudantes do CETEP – de Santo Antônio, principalmente - estariam desinteressados no curso de agropecuária oferecido em virtude dos atrativos da vida urbana, o que poderia sugerir preconceito ao trabalho e à vida rural. Os dois representantes dos trabalhadores assinalaram que a vida urbana depende da produção rural. A sindicalista levantou suas preocupações com atuais mudanças no modo do uso das propriedades rurais, o qual tem se voltado para turismo e eventos - gerando empregos de garçons – e para construção de condomínios de alto preço. A entrevistada arremata que todas essas novas formas de uso do solo elevam o valor da propriedade rural, estimulando a concentração da riqueza, o que parece repercutir sobre a possibilidade de acesso do uso da terra para a agricultura familiar.

O secretário de desenvolvimento defendeu a prática da pesca com conhecimentos técnicos para estancar o êxodo rural e oferecer melhores condições de vida para as pessoas.

Esses entrevistados trouxeram as questões políticas para o debate do desenvolvimento. O empresário apontou que os interesses das disputas impõem obstáculos para a efetividade das políticas. Isso porque a boa implementação deve envolver várias esferas governamentais, porém as disputas em vez de unir as correntes, desunem, uma vez que todas elas lutam para se beneficiar na oferta de políticas, promovendo a superposição de ações. Ele citou a possibilidade de, no território, serem instaladas escolas de educação profissional pelo governo do estado e também federal. Daí, em vez de os entes unirem recursos financeiros e humanos, terminariam divididos, oferecendo várias escolas paralelas e ineficientes, em vez de uma grande boa escola, com recursos de vários governos. Ele ainda relatou uma experiência sua com cooperativa de artesãos, na qual a proposta de organização de cooperativa foi ameaçada por conta de interesses de políticos, os quais disputavam os votos dos trabalhadores.

Os representantes dos trabalhadores e do setor público chamaram a atenção para aspectos autoritários dos governos municipais no Recôncavo, os quais propõem modelos de desenvolvimento des preocupados com as questões sociais e ambientais. A representante dos trabalhadores lembrou a prática do coronelismo entre líderes locais e o modo como eles realizam a cooptação de organizações e associações. Isso porque, muitas vezes, um ator ingressa na associação com o objetivo de conseguir eleger-se para cargo político. Há também o caso comum de a organização ser atendida por políticos e, com isso, em vez de representar autonomamente os seus pares, termina por agir em favor dos políticos que lhe apoiam.

Alguns argumentos desses atores acentuam aspectos estruturais, despertando, assim, a questão de que as possíveis demandas de educação profissional talvez precisem ser discutidas, no espaço da escola, à luz desses aspectos. Isso porque a preparação técnica em si pode ser insuficiente para a conquista de uma posição no mercado de trabalho, em virtude de aspectos políticos, não apenas no poder público, mas inclusive nas empresas privadas. Assim, parece importante que o currículo contemple o debate mais amplo sobre as estruturas socioeconômicas, para que os estudantes sejam conscientes dos problemas que podem vir a enfrentar. Um exemplo é o caso das relações autoritárias de trabalho. A representante dos trabalhadores explica que estudantes do curso superior de administração não conseguem empregar-se, porque as vagas são preferencialmente ocupadas por parentes ou pessoas próximas dos empregadores. O retorno ao investimento na educação desses jovens acaba sendo

ameaçado. É importante que os estudantes estejam conscientes sobre o processo de dominação e hierarquização da sociedade brasileira.

Essa mesma entrevistada acentuou a pequena oferta de empregos formais no Recôncavo, esclarecendo o predomínio do emprego informal, como camelô. Ela ainda abordou a persistência na ocupação com fogos, de forma precária e perigosa, inclusive por crianças e grávidas, em consequência da falta de oportunidades mais positivas de emprego e das dificuldades sociais da população local.

O representante do poder local informou sobre as difíceis condições de trabalho das marisqueiras, as quais provocam problemas de saúde nas mulheres. Ele defendeu outras formas de ocupação e de inserção social, a serem promovidas pelos investimentos do futuro polo naval, que podem, até mesmo, ameaçar a pesca e a mariscagem, em virtude de agressões ambientais. O representante acentua que essa mudança, se bem planejada, pode proporcionar condições de vida mais justas do que as atuais. Ele ainda contou que atividades locais, como o bordado de bilro, poderiam contribuir mais para a economia local e do estado. Todavia, hoje os principais lucros ficam com os atores da cadeia produtiva que não vivem no Brasil, os atravessadores.

Enfim, esses entrevistados contextualizam as demandas de educação profissional em um universo mais amplo, sugerindo temas que devem ser contemplados na formação do estudante, a fim de melhor prepará-los para o desempenho profissional, de forma autônoma.

As respostas sobre a ação das organizações sociais e sobre os investimentos e seus efeitos sobre o meio ambiente foram mais completas do que as do segmento da comunidade escolar. Com destaque para os comentários do empresário e do representante do poder público, que se revelaram bem informados, sobretudo, sobre os problemas no meio ambiente.

Merece destaque para as arrojadas propostas de desenvolvimento socioeconômico do representante do poder público, ancoradas na perspectiva territorial, ambiental, cultural.

Segmento da comunidade escolar – Bloco C - Necessidades de educação profissional

Família	Estudante
O que pensa da educação profissional?	
Fico preocupada, formação geral em que? Adolescente aqui sai com preparação básica. Não tem encaminhamento/ universidade?	EP veio para ajudar, qualificar.
Como avalia a educação profissional? Problemas?	
Está caminhando/ estrutura linda, mas utilização, prática, materiais, não estão acontecendo.	A questão aqui é pouco tempo, eu acredito que seja por isso.
Profissionais não sabem utilizar. Então tem evasão	Questão é professores qualificados/ falta/ professor ensinando outra matéria
Segurança do trabalho o professor está aprendendo com aluno.	Há pouco tivemos professor doente e não teve substituto, 2 meses sem matéria.
Coloca professor para tapar buraco, porque não tem profissionais.	Também coordenação de estágio.
O aluno não é como antes. Quando chega lá, já pesquisou, e se professor não estiver preparado, já viu	
O que as pessoas que pensam da ed. profissional?	
As pessoas tem preconceito e perguntam se sou louca. Já estudou 3 anos, mais um. Não vê como investimento/ trabalho escravo.	Alguns falam que foi colocado só para os que não tem condição sair com profissão e acabou. Alunos não buscam realização profissional, mas bom emprego, renda amanhã. Curso de agropecuária gera preconceito. As pessoas pensam que é para trabalhar na roça, mexer com esterco, vaca.
Como as pessoas se preparam para trabalhar?	
Buscam qualificação, capacitação. Teoria e prática juntas.	Aprendem com família e escola, eu fiz curso pela internet.
As pessoas aprendem no trabalho?	
Aprendem no trabalho sim.	Se tiver motivação
O que pensa da discussão da mídia de que falta qualificação?	
Não tem condições de assumir cargo, emprego tem, não temos qualificados	Sim
Quais os cursos e instituições?	
CETEP	CETEP
O que acha do ingresso?	

Particular é difícil, poucos conseguem, pago. Aqui muita procura e as vagas são poucas	Muito disputado, dormi na fila As vagas são poucas
Transporte: péssimo	Reuniões, discussões, como fazer com alunos de outras regiões?
Variedade? Vem crescendo	Deveria ter mais variedade de cursos e quantidade de vagas
Quantidade: está começando	

Segmento da comunidade escolar – Bloco C - Necessidades de educação profissional

Professora	Gestora
O que pensa da educação profissional?	
Professores que vieram da escola pública são exemplo para galgar, melhorar. Alunos de escola pública enfrentam grande concorrência para universidade. Difícil, então, EP é possibilidade de trabalho	Ótima oportunidade, para quem precisa trabalhar para continuar estudando, se estudar, entrar universidade. Ideal.
Como avalia a educação profissional? Problemas?	
Problema é encontrar pessoas para contratar. Em Sto. Antônio sou única bacharel em enfermagem. Profissional contratado sem vínculo com estado, serão substituídos, falta gente para demanda. Implantação sem que professor fosse ambientado, tomando posse da dinâmica do CETE. Montagem, laboratório, licitação precisa ter jogo de cintura. Estado podia mandar kit básico, o que precisa? Não precisaria ficar esperando depois ia organizando.	Poderia preparar um pouco, talvez pela novidade A escola precisa estar preparada/ motivação/ tem que estar estruturada/ pessoal técnico sai, acaba desmotivado/ a gente sabe porque implantada/ foi necessário/ não funcionando bem algumas questões foram esquecidas .
O que as pessoas pensam da ed. profissional?	
Desconfiadas, outras com bons olhos. As primeiras turmas vão sair para fazermos esse registro, é preocupação nossa. Os grandes empregadores são a comunidade e governo.	Algumas vêem como algo que não é legal, novo assusta/ nossa escola tem profissionais resistentes. Percebemos que torcem contra, pensam que volta ao que era antes/ é triste/comodidade. Perguntaram, quer continuar? Optou. Vai vender o peixe sem acreditar na qualidade do peixe?

	Condições de trabalho melhores. Acho que quem está, tem que abraçar.
Como as pessoas se preparam para trabalhar?	
Tudo custeado por elas mesmas. Nós temos o curso profissional enfermagem que não nos trouxeram livros. Nós estamos fazendo levantamento do plano, foi aprovado, mas é difícil que dinheiro venha. Meu amigo é professor de biologia, tem os livros dele da faculdade, ele se vira como pode, maioria dos livros é particular.	Algumas não acreditam nisso, eu acredito. É necessário formação, buscar, ler, ir atrás. Tem sido um aprendizado. (gestão)
As pessoas aprendem no trabalho?	
Eu tenho aprendido muito gestão.	A própria constituição do conselho tem ensinado a gente, a gente vai morrer aprendendo
O que pensa da discussão da mídia de que falta qualificação?	
Tem profissional entende que mundo mudou, que as relações professor/aluno mudaram. Então vem geração impasses, desmotivado, entaves. Se a escola não se prepara, não se instrumentaliza para vencer demanda. Alunos tempo todo internet, dão banho no professor. Profissional se prepara ou fica à margem	Isso é fato. Infelizmente, acredito que a qualificação é algo necessário. Se a gente se não qualificar, enferruja. Buscando, coisas novas, acompanhando. Hoje a maioria dos professores está naquele choque de geração totalmente diferente. Se o profissional não entender, mudar para sofrer menos
Quais os cursos e instituições?	
CETEP, duas escolas, faculdade particulares, acho que tem curso de enfermagem	Cursos periódicos, Sto. Amaro Rápidos.
Quais os cursos e instituições?	
Conversa com escolas, vincular a seleção /habilidade, evasão, então avaliação Estudar, planejar para território urgente, principalmente entre municípios Público e privado é bom termômetro Área: Pode ampliar, estruturando demanda do território Qualidade: não posso falar, ainda não formamos	Desses cursos rápidos, interessante. Não sei. Secretaria, Prefeitura, alunos desistem, custo não só transporte, alimentação, caro para famílias Áreas: boas, mas repensar, não formar muita gente numa área.

A concepção de educação profissional aponta para a crença de que ela pode preparar os estudantes para inserção no mercado de trabalho. Isso parece importante porque, segundo comentários de entrevistados, os estudantes do ensino básico da rede pública estariam sujeitos ao ensino de qualidade inferior, o qual não lhes daria condições de vencer a competição com os estudantes da rede privada pelo ingresso na universidade. De forma indireta, essa discussão aponta a sofrível qualidade da escola pública. De qualquer maneira, a inserção social é realmente um objetivo anunciado pela política de educação profissional da SUPROF. Assim, a oferta desse ensino parece contribuir para o alcance do objetivo, pelo menos segundo os entrevistados, os quais avaliam que o ensino regular da rede pública, segundo eles, não está preparando os estudantes para quase nada.

Os entrevistados ainda ressaltam a importância da educação profissional no contexto atual, em que os empregadores têm exigido mais qualificação e atualização dos trabalhadores. Isso é colocado na questão sobre como os trabalhadores se preparam para o mercado. Os entrevistados confirmaram que os trabalhadores têm buscado a qualificação. Eles parecem criticar os que se mantêm apegados ao modelo mais antigo, o qual privilegiava a prática e a experiência acumulada, em prejuízo da proposta de aliar conhecimentos teóricos à prática. Para eles, a educação profissional estaria sendo oferecida como uma maneira acertada para preparar os trabalhadores nesse novo contexto.

A professora e a gestora utilizam exemplos do próprio CETEP para explicar seus argumentos, enfatizando o forte vínculo delas com o local de trabalho. Isso porque ambas confessaram estar aprendendo muito com o trabalho, especificamente na atividade de gestão, sobre a qual elas tinham pouco conhecimento antes do Centro.

Elas ainda utilizaram a experiência no CETEP para abordar a questão sobre o discurso da mídia sobre a provável pouca qualificação de trabalhadores brasileiros. Ambas discutiram o choque entre professores e alunos no CETEP, em virtude de os primeiros não se adaptarem às exigências do ensino das novas gerações, mais suscetíveis à influência de várias mídias, e, por isso, podendo vir ser mais esclarecidos do que os mestres. Outro problema desse caso é a pouca flexibilidade de alguns docentes com os alunos jovens. Elas concluem que esses profissionais precisam se qualificar para corresponderem às novas demandas da educação.

Nas respostas dos entrevistados sobre a opinião das pessoas sobre educação profissional, observamos a emergência do conflito entre ensino profissional e o ensino básico. Os entrevistados relataram o preconceito de parte das pessoas contra a educação profissional por exigir quatro, em vez de três anos, para a conclusão e certificação. Eles ainda indicaram resistência à novidade da educação profissional, em contraste com o ensino regular, já tradicional e longamente institucionalizado. O estudante relatou que alguns colegas criticam o fato de tratar-se de política voltada para pessoas que não teriam condições de serem bem sucedidos em um dos principais objetivos do ensino regular, que é o ingresso no ensino superior. Aqui observamos o prestígio atribuído ao ensino propedêutico, como colocaram vários autores acima abordados. Além disso, parece também haver a relação entre o ensino profissional e o destino de estudantes com menos recursos, em atividades técnicas, contra as humanísticas, do ensino propedêutico.

Todavia, em outro bloco de perguntas, os próprios entrevistados indicam mudanças no cenário, já que parte da população já está aderindo à educação profissional.

Por fim, na discussão dos problemas de educação profissional, todos apontaram para questões do próprio Centro, a exemplo do que fizeram os representantes do segmento da comunidade local. Provavelmente isso se deva ao fato de a entrevista ter sido apresentada como uma atividade para levantar demandas para educação profissional. Os principais problemas apontados foram a falta de professores especialistas nas áreas dos cursos oferecidos e os problemas de infraestrutura.

Segmento da comunidade local – Bloco C - Necessidades de educação profissional

Trabalhador 1	Trabalhador 2
O que pensa da educação profissional?	
Oportunidade ímpar na vida, muitos estão correndo para ser técnico de enfermagem.	Houve época grande necessidade, hoje vendo voltar/ não chega à universidade para ter profissão Hora certa para fazer jovem ter profissão, exercer função.
Como avalia a educação profissional? Problemas?	
Não concentrar num curso, diversificar, qualificar alunos. Centro ser referência, exigência máxima de qualificação. As pessoas que pensaram nesses cursos, pensaram na realidade daqui, mas logo	Muito a desejar, governo não prepara profissionais para dar cursos, estão no CETEP os que estavam no ensino regular, a EP é diferente. Primeiro tem

precisa ser substituído, agronomia, agropecuária. Precisa mais autonomia em relação ao governo, estado, mas não para ficar solto. Precisar ter cadastro de alunos, incentivo para empresas

que preparar quem vai dar aulas. No CETEP a pessoa pode ensinar qualquer coisa, será que está preparando o aluno? Daí incompetências nas profissões. Não forma profissional com preparação, capacitação. Isso também em outros municípios. Pais têm que acompanhar filhos, questionar se filhos estão no lugar certo

O que as pessoas pensam da ed. profissional?

Chegou para ficar, todos louvando essa atitude de implantação/ se outro governo pensar em acabar, a sociedade pode reagir, pensar duas vezes, brigamos para abrir novas vagas e conseguimos

Início percebia rejeição, ele não ia para faculdade. Agora vendo que pessoas vão. Parece que alunos que fizeram administração estão fazendo o profissionalizante, não conseguiram emprego. Valorização profissionalizante.

Como as pessoas se preparam para trabalhar?

Parte não se deu conta de EP, querem formação geral, certificado do 2º grau. Quem frequenta EP tem cabeça de noturno, pensando no mercado, necessidade de se qualificar, em busca disso. Percebem que se não buscarem qualificação, não vai dar nem para varrer rua.

Pessoas procurando se preparar, acham que 2º grau já tem tudo, quando o mercado começa a exigir, voltam para o profissionalizante. Adquirem conhecimento na escola.

As pessoas aprendem no trabalho?

Trabalho ensina quando você entra com perspectiva de aprender, necessidade, não teve direcionamento para atividade, como se tem na EP. O cara nunca participou de uma educação, chega lá, faz construção direitinho, foi aprendendo, conseguiu pegar as coisas direitinho, sem passar numa escola/ quando passa num curso técnico de formação, outra qualificação, mas ele conseguiu sem dedicação dele.

O que pensa da discussão da mídia de que falta qualificação?

Nunca engoli essa questão, maneira de pagar salário inferior, trabalho não se qualificou se não tivéssemos qualificação não estaríamos saindo daqui para trabalhar Inglaterra, Alemanha como técnicos em perfuração de poços. Discriminação.

Justamente, falta qualificação, importar tecnologia, se houvesse, não importar. Necessidade de qualificação

Quais os cursos e instituições?

CETEP, Uneb, UFRB.

CETEP

O que acha do ingresso?

Sorteio, não é fácil, governo precisa pensar numa solução, garantir 10-15 vagas por município, sorteio, sai na frente quem tem habilidade. Informática, município quase zero.

Certa.
Vagas: aumentou turma, conselho.
Transporte: garantir, dificuldade de o prefeito conceder,

Qualidade: CETEP falta professores, evasão, queixa grande, vai desgastar, empresários que poderiam agregar jovens vão criar resistência.
 Transporte: muito difícil, município com 2 jovens que conseguiram passar, desistiram por não ter transporte.
 Vagas: se ampliar, vai ser preenchido

Fizemos contato, dificulta bastante.
 Concorrência restrita
 Área: concorrência
 Variedade: só temos um
 Qualidade: ainda não finalizou/ se não tem Profissionais para dar, começa fazer previsão, como vão sair os profissionais

Segmento da comunidade local – Bloco C - Necessidades de educação profissional

Setor Público	Empresário
O que pensa da educação profissional?	
	Acho importante, índice permanência na escola Não formar só bacharéis/ nesse momento país continua com economia avançada, investimentos no Recôncavo. Tenho um programa lá, desativei por falta de sala. Pegava meninos concluindo o ensino médio, pegava professores para os meninos, dando colaboração/ doutor que foi militar Pegamos 10 conteúdos, formação para primeiro emprego Direção dava lanche, não acompanhei, precisava de assistente social
Como avalia a educação profissional? Problemas?	
EP está se profissionalizado, não amador, tem que fazer de forma profissional Lugar para estagiar?/hospitais não querem nem de graça Promover infraestrutura direcionamento onde serão encaixadas, se frustra estuda/ voltar a pescar como antes.	CETEP mudança, sou da iniciativa privada, quero, penso para amanhã. Minha dúvida é se fortalece CETEP e amplia, instalação IFE vai abrir? vai ter duas instituições capengas? entram questões políticas
O que as pessoas pensam da ed. profissional?	
95% não pensam nada	Valorizam canudo
Como as pessoas se preparam para trabalhar?	
Práticas fordistas, não estudadas, herdadas, com o tempo, mecanismo, instrumentos que utiliza e continua. Casas construção aqui feitos maneira torta/ estamos perseguindo questão da planta assinada por engenheiro,	Formação individual dos que correm atrás, exceto áreas específicas, Sta Casa precisou, montou escola técnica, funciona até hoje.

mas quem toca são mestres forjados na prática, não teoria, essa é a realidade da região.

As pessoas aprendem no trabalho?

Sim, você não aprende só lendo, se não praticar não vai acontecer nada. EP tem que ser metade teoria e outra prática.

Não tenho dúvida

O que pensa da discussão da mídia de que falta qualificação?

Concordo plenamente, mal na raiz/ EP teóricas

Não existe fiscalização,/ OAB, saem da faculdade como se tivessem feito 2º grau malfeito. Escolas deficientes em preparar alunos pra prática.

Discorreu longamente sobre falta de mão de obra/ qualificada em Sto. Antonio e Território, trazer gente de outros estados, serviços feitos na capital etc.

Quais os cursos e instituições?

Município não tem, CETEP, Maragogipe não sai do papel.

O que acha do ingresso?

Pessoas pensam que vão ter oportunidade de trabalho, depois frustração tremenda. Prominp, frustração, selecionou, treinou, não absorvem.

Grande dificuldade no transporte, gestores municipais
Vagas insuficientes, mas não só, se der mil vagas enfermagem
Desperdício, locais para distribuição das vagas/ assistir todo território, investimento, gestores município nesse município nesse trabalho.
Áreas: falta indústria do petróleo, turismo.
Variedade: nada eficiente, não temos.
Qualidade: mais complicada, teria que acompanhar, resultado que pessoas concluem e ficam desempregadas
CETEP existe esperança grande.

Não conheço

Análise

Ao discutirem os problemas da educação profissional no país, os entrevistados chamaram a atenção para elementos vivenciados no CETEP, como a necessidade de maior autonomia em relação ao governo, a carência de professores especialistas nas áreas dos cursos oferecidos, a fragilidade da

infraestrutura e a centralização do Centro em Santo Antônio, contra a política dos Territórios de Identidade.

O empresário, por sua vez, revelou que sua visão de educação profissional se aproxima da assistencialista, praticada principalmente nos primeiros momentos desse tipo de educação no país, como nos ensinaram autores como Cunha (2005). Isso porque ele narrou uma experiência sua de oferta de curso, avaliada como positiva, com características assistencialistas. Ela ofereceu palestras com pessoas experientes no comércio para jovens pobres, do último ano do ensino médio de escolas públicas. Ao que parece, o curso não teve nenhuma sistematização, mas foi percebido como uma boa oportunidade para os estudantes.

O representante do poder público ressaltou o problema da ausência de oferta de atividades práticas aos estudantes em cursos profissionais em Santo Amaro, em virtude da falta de oportunidade de estágios. Isso é apontado como problema porque os empresários exigem experiência anterior para contratar os jovens, os quais terminam desempregados, sem fazer um bom aproveitamento dos cursos.

Questões políticas também foram levantadas como problemas para a eficiência da política de ensino profissional. O empresário criticou a disputa entre políticos e a instalação de mais de uma escola da rede pública, provocando a divisão, em vez da reunião, de recursos. Os representantes dos trabalhadores e o do poder público se opuseram ao desinteresse dos poderes públicos locais em participar ativamente da política de educação profissional. O representante do poder público afirmou que essa política não deve ser implementada somente pelo governo estadual, mas também pelas prefeituras, uma vez que ela é territorial. Ele acredita que as ações integradas contribuiriam para melhor eficiência. Um exemplo seria o caso do transporte dos estudantes, motivo que tem provocado a desistência de muitos deles. Apesar das frequentes discussões sobre o tema no conselho e da busca de soluções junto a gestores, a questão prossegue sem solução e é avaliada como um dos principais gargalos do sistema.

Os entrevistados discutiram que as pessoas têm se preparado para o trabalho, em virtude da atual exigência de mais qualificação pelos empregadores. Desse modo, a educação profissional desponta como uma saída positiva. Apenas o representante dos trabalhadores se opôs ao debate da mídia sobre a pouca qualificação dos trabalhadores brasileiros. Todos os outros concordaram. O representante do

setor público ainda levantou os problemas do ensino em geral, inclusive o superior, como agravante da fragilidade da qualificação de nossos trabalhadores.

Para os entrevistados que atuam em Santo Antônio, a população já está se convencendo da relevância do Centro. Mas, o empresário, que vive em Salvador, acreditava que a população prefere o ensino regular e o representante do poder público disse que a grande maioria não pensa nada sobre o tema. Essa divergência parece ilustrar o quanto o Centro está bem mais próximo da população de Santo Antônio do que das de outros municípios do Território. Já que eles vivem próximos, seus filhos e conhecidos frequentam os cursos e podem, assim, participar mais das discussões.

Na discussão sobre número de vagas, acesso, transporte e áreas o empresário mostrou desconhecimento do Centro. Ele confessou não poder frequentar as reuniões, enviando representantes. O representante da comunidade chamou atenção para a frágil participação dos empresários, fato que pode ser observado nas ausências das reuniões, situação negativa, uma vez que esse segmento – destaca ele – é importante na implementação da EP, pois se trata do futuro empregador, quem irá beneficiar-se com o ensino, portanto, trata-se de ator responsável no processo.

O representante dos trabalhadores apontou que a seleção por sorteio pode prejudicar os municípios com poucos recursos tecnológicos, situação que não parece impossível na região. Outros discutiram sobre a concentração de oferta em algumas áreas, como saúde, e a necessidade de se criar outras mais próximas das demandas do território.

Segmento da comunidade escolar – Bloco D - Visão do plano de educação profissional e do centro

Família	Estudante
Qual o curso e quem escolheu?	
Segurança, meu filho escolheu, pesquisei, mostrei	Faço segurança do trabalho, eu escolhi, meu tio comentou, fui ver, me interessei. Alunos decidem eles mesmos.
Qual sua opinião sobre o Plano e o CETEP?	
Tá bonitinho. Centro precisa de adaptações, precisa de profissionais da área realmente/ vai ser colocado na prática?	Não sei. Centro, acredito que tenha estrutura boa

Vai ser colocado? É o que se pensa. Quem são esses profissionais que estão dando esses conteúdos? Têm vínculos com os meninos?	Hoje, maior questão são os professores
Cursos atendem necessidades locais?	
Sim.	Com certeza.
O que pessoas pensam do Centro?	
Perspectiva grande, a gente convence pessoas, pais questionavam, não preparados para metodologia, tem que aprender português, matemática, agora não, muita responsabilidade	Alguns não, mas muitos esperam, expectativa.
Como seu segmento contribui na ed.profissional?	
Segmento contribui: respondeu quando disse que conversa com pais, negocia conselho.	Já respondeu com qualificação/ levando a sério
Como pensa na participação no conselho?	
Marco grande convocar pais, participo de todas as reuniões ouvimos alunos, sou representante para mobilizar, importante aprendendo, mão-dupla. Ano passado 15 reuniões, esse ano, só três, o que está acontecendo, foi resolvido ano passado	Estou por dentro do se recebe para merenda, materiais, plano financeiro, questão dos professores contratados, cada um traz experiência Ótimo participar do conselho

Segmento da comunidade escolar – Bloco D - Visão do plano de educação profissional e do centro

Professora	Gestora
Qual curso mais e menos procurado?	
Mais procurados enfermagem, segurança do trabalho. Na região demanda nessa área, hospitais, indústrias, estradas. Menos procurado Agropecuária, não conhecem, pensam que é pegar enxada.	Mais procurados Enfermagem, segurança trabalho Sto Ant cresce, procura absurda por enfermagem. Universidade diminui vagas, não tem onde estagiar Menos procurado: agropecuária, preconceito, coisa de morar no campo eternamente, distorcido
Qual sua opinião sobre o Plano e o CETEP?	
Centro ainda está se estruturando, teve primeiros impasses troca modelo, divergências profissionais não aceitavam mudança porque tinha carga horária, vou ter que engolir pessoal técnico? Hoje estabiliza um pouco, mas quando vai reduzindo. Curso avança, pede mais técnicos, fica demanda. Ainda não enxergamos as coisas muito precisas Enfermagem, colocou o curso, instalou? Feito plano de ação.	Plano a gente está construindo pelo que vem da Secretaria. Centro muita coisa precisa ser melhorada, plano, gestão/ planos de ação, vão mandar verba necessária? Trâmite muito longo, está no primeiro semestre, questão de 1 ano, atrapalha um pouco.

não tem boneco criança, boneco, braço para medição	
Cursos atendem necessidades locais?	
Atendem. Precisa de planejamento território	Atende. Segurança do trabalho, não sei se vai ter campo para todos.
O que pessoas pensam do Centro?	
Esperam, cobram muito, inclusive os professores, capacitação material para trabalho, termos físicos e humanos	Assusta, novo.
Como seu segmento contribui na ed.profissional?	
Já respondeu na formação	Respondeu na formação
Como pensa na participação no conselho?	
Importante, vão colocando algumas necessidades deles ideias facilita muito, a participação da direção é importante, ouve a fala do aluno, do pai, professor, outros segmentos, vão abrindo possibilidades, norteando, cobrar o que precisa	Os diversos segmentos, opinando, levando anseios às vezes a gente fala, outra visão, muito a contribuir colhendo de seus segmentos, precisa dessa participação.

Análise

Os representantes da família e dos estudantes sugerem que os próprios jovens escolhem os cursos que lhes interessam no CETEP, porém, ambos, esclarecem a importância do auxílio de parentes na pesquisa e discussão sobre a profissão e futuras oportunidades de emprego. O comentário da vice-diretora, nos momentos em que a entrevistadora aguardava um dos entrevistados, sobre a preocupação dos pais em relação às viagens empreendidas pelo Centro, para os estudantes conhecerem o processo de trabalho em indústrias da região, indica que essa próxima participação dos pais é comum entre os jovens do CETEP do Recôncavo.

O estudante ainda revelou que o motivo para os colegas escolherem um curso é a perspectiva de bons empregos e rendimentos futuros e não a satisfação pessoal com o trabalho.

Segundo a professora e a gestora, o curso mais procurado é o de enfermagem. Para a professora há demanda, inclusive porque os alunos de outros municípios não irão se concentrar em Santo Antônio, mas estagiariam em seus municípios de origem. Muito embora ela não tenha informado quantos alunos de outros municípios frequentam o curso. Mas a gestora revelou preocupação com a inflação de formados nessa área, já que o mercado está ficando saturado. A mesma preocupação foi levantada pelo

representante poder público, que também criticou a oferta desse curso em detrimento de outros que atingiriam público maior, como a pesca e o de tecnólogo em turismo e meio ambiente, além das áreas ligadas ao polo naval.

Para alguns entrevistados, o segundo curso mais procurado é o de segurança do trabalho, porque há demanda. Porém, novamente, a gestora lançou dúvidas sobre campo de trabalho para todos os futuros formados.

O curso de agropecuária não tem atraído alunos. Muitos informaram preconceito dos jovens de Santo Antônio contra atividades rurais. Segundo gestora, professora e estudante, os jovens associam o curso à vida no pasto, esterco e outros elementos, desprestigiando-o.

Em relação ao Plano de Educação, a representante da família disse que formalmente ele está bem, o problema seria a prática, como a falta de professores especializados e concursados e também a infraestrutura adequada. As representantes das famílias e o dos estudantes reclamaram das fragilidades de parte dos professores que atuam hoje no Centro, os quais possuem formação em ensino básico e teriam ingressado na educação profissional sem preparação, o que poderia ter desestimulado docentes e discentes.

Embora essas informações não se priorizem as mudanças e demandas da economia, na verdade, elas refletem sobre o processo de implementação da educação profissional, permitindo um melhor aproveitamento, inclusive econômico. Elas convergem para as propostas de educação profissional do próprio governo do estado, a favor da relação mais democrática, da formação para a cidadania.

Alguns entrevistados, como a professora, a gestora e o representante dos trabalhadores citaram as dificuldades que o Centro e o Conselho enfrentam com a novidade da elaboração do plano, que deve ser enviado à SUPROF para a liberação de recursos. As entrevistadas apontaram a dificuldade de a Secretaria liberar os recursos. Os entrevistados não detalharam quais seriam as dificuldades, mas é possível supor que o processo de gestão ainda não é dominado pelos atores. Esse parece ser um problema comum para gestores e conselheiros nos tempos recentes, já que o desenho da implementação das políticas públicas tem ampliado o espaço de participação na gestão desses indivíduos. Por isso,

alguns dos problemas levantados talvez sejam superados com as experiências posteriores e, claro, com cursos de formação.

A gestora deixou claro que além de problemas materiais, como a demora na liberação de recursos, ela tem que administrar, principalmente, o descontentamento de professores de ensino básico que preferiam não estar na educação profissional, na frágil relação com o poder público, o qual poderia colaborar no enfrentamento de dilemas, como o transporte para estudantes, entre outros.

A participação no Conselho é avaliada como muito positiva para esse segmento. A representante das famílias contou que tem aprendido com os pares, contribuído, opinado e agido coletivamente. Para o estudante a experiência foi significativa, porque ele tem participado das discussões sobre o orçamento, contratação de professores, aprendendo com representantes de outros segmentos. Para a professora e a gestora, essa participação contribui na gestão, trazendo informações, abrindo possibilidades e dando orientações.

Segmento da comunidade local - Bloco D - Visão do plano de educação profissional e do centro

Trabalhador 1	Trabalhador 2
Qual sua opinião sobre o Plano e o CETEP?	
Grande debate é desamarrar Sto Ant, primeiro passo seria, trazer responsabilidade colocar alunos, intercâmbio governo, transporte, descentralizar centro, casa estudantil.	Pensando desenvolver plano voltado para preparar alunos para inserção no mercado trabalho. Haver integração toda sociedade, pais, alunos, professores.
O que as pessoas pensam do Plano e do CETEP?	
Território teria que trazer discussão, centro do Recôncavo.	
Cursos atendem necessidades locais?	
Pequeno, são 21 municípios/ distantes.	Deveria ter outros cursos, os que não habilitassem nos oferecidos fossem pra outras áreas.
Como seu segmento contribui na ed. profissional?	
Composição no conselho, viagens municípios, dar palestras importância EP.	Participando, levando ideias, discutindo, palestras Somos formadores de opinião.
Como pensa na participação no conselho?	
Nós pensávamos que o conselheiro pode demandar, mas pode ou não. Deveria ter um limite, um X do orçamento para suprir	Integração, levantamento, pesquisa Integração, vocação município/ território cresça

necessidades do Centro, tipo uma reserva. Conselheiro não dá para fazer estudo de toda demanda do Centro e no final do ano passar para o governo do estado e aprovar aquilo/ daquela 1ª aprovação pode perceber que há uma necessidade, dependendo da insistência dos pedidos dos conselheiros e eles demandarem que devido àquele fundo ainda pode continuar repassando material que faltou.

Segmento da comunidade local - Bloco D - Visão do plano de educação profissional e do centro

Setor público	Empresário
Qual sua opinião sobre o Plano e o CETEP?	
Acredito que daqui 10 anos o CETEP seja referência. Já levantou inúmeros problemas, áreas, vagas, anexos, falta de professores	CETEP foi criado, não tem suporte técnico para formar profissionais, essa é para mim uma das fragilidades/ existe papel importante, formação técnicos, manutenção de equipamentos. Acho que tem que preparar um quadro de profissionais para atender essa demanda. Essa é uma queixa que ouvi inclusive dentro do CETEP. Fica a camaradagem, fazendo bico, dando aula lá, acho que tem condições de formar a própria equipe de trabalho não pode ficar fazendo remendo. Passa por dinheiro, muito investimento realmente para formar mão-de-obra expansão das instituições termina competindo mesmo filão, é limitador/ gastar horror de dinheiro para um órgão, formar equipe, IFES, SENAC, tem que haver direcionamento/ mostrar poder político.
O que as pessoas pensam do Plano e do CETEP?	
Em Sto. Antônio existe esperança grande e luta forte para que pais coloquem filhos no CETEP/ pessoas acreditam naquela região/ tem que passar pra todo Território, resultado médio prazo, mas pessoas já acreditam nele, microrregião	
Cursos atendem necessidades locais?	
Não (abordou sobre problemas longamente)	Não tenho informação Dizem que pessoal trabalhando não tem formação suficiente, até desestimulam pessoas.
Como seu segmento contribui na ed. profissional?	

Envolvimento do poder local, gestores públicos municipais/ transforme numa rede e resultado positivo	Sabemos da demanda, sou diretor de desenvolvimento, sei o que se está buscando pra Sto Antonio, formação mão de obra.
Como pensa na participação no conselho?	
A gente falou em envolvimento/ hoje pais e professores Sto. Antônio sente esse envolvimento, poder público não se envolve, movimentos sociais raríssimos, precisam divulgar Gostaria que os movimentos sociais levassem discussão sobre EP para seus ambientes. Sindicato comerciários Sto. Ant. exceção Envolvimento empresários, não atentos, participação denota isso, não foram sinalizados para discutir questão de EP, até certo ponto não são consultados/ não só pesquisa/ tem que fazer seminário, buscar no escritório/ precisa ser convencido dessa participação	

Análise

Exceto o empresário, todos os outros questionaram a centralidade do Centro em Santo Antônio e da necessidade de torná-lo territorial. A oferta atual de áreas manifestaria essa centralidade.

O empresário revelou desconhecimento sobre questões do Centro, fato que parece confirmar a reclamação do representante do poder público sobre a frágil participação do setor empresarial do território na educação profissional.

Exceto o empresário, os três representantes frequentavam as reuniões do Conselho e confirmaram tratar-se de experiência importante, permitindo a integração de todos, favorecendo o bom andamento da política. O representante da comunidade gostaria da maior participação de movimentos sociais, destacando ser necessário haver maior divulgação do Centro por toda a sociedade. O representante dos trabalhadores reclamou maior autonomia do Centro em relação ao estado

Demandas

Os entrevistados, principalmente do segmento da comunidade local informaram que o setor automotivo pode gerar empregos para técnicos. O empresário destacou a necessidade de técnicos para manutenção de equipamentos, inclusive para área de saúde. Alguns entrevistados pensam que o ensino deve preparar os alunos para o empreendedorismo, já que o emprego informal é muito comum na região.

A agropecuária é uma das áreas que mais ocupa pessoas, justificando cursos na área.

O representante do poder público insistiu nas oportunidades a serem criadas pelo polo naval, a qual irá exigir jovens preparados para os futuros empregos. Ele ainda destacou a necessidade de que os investimentos econômicos na região criem condições para que a população possa exercer outras atividades, já que algumas das atuais podem desaparecer. O ensino profissional, além de investimentos em saúde, contribuiria na reorganização dos indivíduos, inclusive proporcionando melhores condições de vida. Entre as atividades, ele destaca o turismo, o qual, quando bem planejado, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável dos municípios conjuntamente.

Boa parte dos entrevistados abordou a questão da cultura, como uma área que merecia mais investimentos, que gera empregos, e que foi responsável pela emergência de talentos com repercussão para além do território. Percebe-se que a cultura é tema importante para a população local, a qual se resente da falta de acesso a atividades, antes comuns. As atividades culturais foram destacadas, por alguns, como positivas principalmente para os jovens.

Os investimentos sociais, exceto o Minha Casa, Minha Vida, não foram lembrados como atividade econômica que geram empregos. Apenas a representante da família desenvolveu um pouco essa temática, até por causa de sua experiência de trabalho, na área. Por sua vez, o representante poder público confirmou que o poder municipal é grande empregador, sem que nenhum dos entrevistados tenha levantado a necessidade de formação tecnológica em gestão pública, a despeito das reclamações da professora e da gestora, que parecem enfrentar problemas na área.

As informações dos atores do segmento da comunidade local não escondem a complexidade das questões que envolvem a criação de demandas de emprego, como o predomínio das relações precárias de trabalho, as relações clientelistas dos políticos, assim como a frágil infraestrutura. Todos esses

pontos devem ser considerados na reflexão da organização dos cursos, já que, além da demanda, o formando deverá ser preparado para lidar com a realidade onde o egresso deverá atuar.

Os resultados das entrevistas apontam a relevância do Diálogo Social. Isso porque, na oportunidade, os representantes dos segmentos – principalmente os do segmento da comunidade escolar – ampliam seus contatos com outras lideranças do Território de Identidade, têm acesso a informações sistematizadas sobre a realidade socioeconômica do Recôncavo, inclusive aprendendo como produzir informações ao longo do tempo para utilizarem no planejamento das atividades do Centro e implementação da política.

O atual Conselho representa muito pouco o Território e o Diálogo Social é oportunidade para estimular a necessidade da ampliação das relações, da formação de redes, contribuindo para a construção de um coletivo do território, em lugar do predomínio do município.

Os diversos contatos no Recôncavo sinalizam dificuldades para organização e atuação dos movimentos sociais, até mesmo em virtude de práticas políticas clientelistas e autoritárias, que são históricas, atravessam décadas. A experiência do Diálogo Social pode contribuir para a revisão dessa configuração. Claro que não se espera que o Diálogo Social possa transformar a realidade social, mas pode alimentar desejos de grupos incomodados com essa configuração e estimular ainda mais o comprometimento com a ação democrática e, nesse caso, a institucionalidade democrática do CETEP abre espaço para esse novo modo de atuação.

Temas para discussão dos atores junto aos segmentos

O resultado das entrevistas sugere que o tema do desenvolvimento e do meio ambiente merece ser mais explorado pelos representantes junto a seus segmentos. Essa discussão ainda precisa ser amadurecida e convertida numa preocupação do Território. A partir da discussão dos grupos, os representantes poderão debater o tema, assim como sua vinculação com o ensino profissional.

Outro tema que parece importante ser debatido junto aos pares nos respectivos segmentos é a ação das organizações sociais, principalmente entre representantes da comunidade escolar, que trouxeram poucas informações sobre isso. O debate junto aos segmentos pode levar o representante a conhecer melhor o tema ou constatar a fragilidade das discussões pela sociedade em geral. Essa discussão é importante porque o Conselho é espaço de diálogo com a sociedade civil. Quanto maior for a conexão

dos representantes com várias organizações, mais amplo e heterogêneo será o debate no conselho e a oferta e demanda da educação profissional do território estará mais próxima da realidade social.

O conteúdo das entrevistas sugere que os representantes dos professores, da família e dos estudantes poderiam debater com seus pares sobre as expectativas sobre a relação professor e aluno nos tempos atuais. Esse tema poderia ser mais bem amadurecido, até mesmo para propostas de cursos de formação de docentes junto à SUPROF ou à universidade, a qual já realiza atividades desse tipo.

Os representantes do segmento da comunidade escolar parecem precisar debater mais a noção de Território de Identidade, assim como sobre a realidade socioeconômica dos municípios e as suas demandas. Porém, não parece que esse diálogo possa se limitar aos seus próprios segmentos. No caso, o melhor é o intercâmbio com diferentes segmentos, com mais facilidade para circular pelo espaço. Todavia, as relações com docentes e estudantes de outros municípios poderiam ampliar essa visão.

As principais questões para o debate a curto prazo são as apresentadas acima. De qualquer modo, ficou claro que o Conselho precisa ampliar suas relações no Recôncavo, promovendo encontros com outros atores de segmentos de outras comunidades escolares e, principalmente, com os da comunidade local de todo o território.

A experiência do diálogo social comprovou a importância de encontros onde os atores possam debater e refletir sobre as condições socioeconômicas e ambientais do Território e, inclusive, como os próprios conselheiros se sentem bem em ocasiões como essas, podendo trocar experiências e aprender com novos parceiros.

Referências bibliográficas

ABERS, R. N. e KECK, M. E. Representando a diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. *Cadernos CRH*, Salvador, v.21, n.52, Jan/Abr, 2008, pp. 99-112.

CUNHA, L.A. *O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento*. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Convênio ABC/MTE/SEFOR-FLACSO, Brasil, 2005

MARTINS, H.T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e pesquisa*, São Paulo, V. 30, n.2, Mai/Ago, 2004, pp. 289-300.

MORONI, J.A. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, L. (org.) *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, pp. 107-140, 2009.

ANEXO

Roteiro de Entrevista com Conselheiros do CETEP do Recôncavo

Subprojeto II – Dados Estratégicos para a Educação Profissional: Oferta,
Demanda e Disseminação de Informações

Produto 1: Desenvolvimento de Metodologia de Mapeamento das Demandas
de EP a partir de análise da realidade socioeconômica e ambiental

Atividade 01 do Plano de Trabalho

Realizar atividades de prospecção de futuro e dinâmica do mercado de trabalho junto aos Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional do Estado da Bahia

APRESENTAÇÃO => **Bom dia/ tarde/ noite. Meu nome é ... estamos fazendo uma pesquisa sobre Educação Profissional na Bahia.**

Caso o/a entrevistado/a pergunte, seja sincero/a, diga que leva cerca de 30 a 40 min.

Peça licença para ficarem a sós, conforme INSTRUÇÃO.

TERMO DE CONSENTIMENTO – LEITURA INTEGRAL OBRIGATÓRIA

Esta pesquisa tem como objetivo conhecer as opiniões sobre a educação profissional nos territórios de identidade na Bahia. Antes de começar eu gostaria de lembrar três coisas:

- 1. Suas respostas vão ser sistematizadas juntamente com as demais respostas dos conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional do Estado Bahia, e em nenhum momento a sua entrevista vai ser identificada;**
- 2. Você pode não responder as perguntas que eu vou fazer. É só falar quando não quiser responder;**
- 3. Gostaria que o tempo todo você lembrasse que nenhuma pergunta tem resposta certa ou errada, o que vale é a sua opinião, o que você pensa sobre cada coisa. O mais importante é que você seja sincero/a.**

Você aceita participar desta pesquisa?

Dia da entrevista: Dom. Seg. Ter. Qua. Qui. Sex. Sab.

Duração: _____ minutos **Nº processamento:** _____

Data da entrevista: ___/___/2011 **Início:** _____hs **Fim:** _____hs

Pesquisador: _____

Anote o Município de moradia e o Território de Identidade:

Município: _____ Situação do Domicílio (moradia)
Território de identidade: _____ Zona Urbana Zona Rural

BLOCO A - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO:**Anote o nome do/a entrevistado/a:**
_____**P. 1 - Anote o sexo do/a entrevistado/a:**

1 - Masculino 2 - Feminino

P. 2 - Anote a idade ao lado**P. 3 - Grau de ensino:**

01 - Fundamental (1º Grau) **02** - Médio (2º Grau) **03** - Superior (3º Grau) **04** - Não Sabe **05** - Sem Escolaridade

P. 4 - Qual a sua ocupação principal?
_____**P. 5 - Há aproximadamente quanto tempo você está no município?**

Anos Meses Não sabe / não lembra**P. 6 - Que segmento representa no Conselho?** Gestor (Diretor, Vice, DIREC) Pais/Família Alunos Movimentos Sociais Funcionários Empresários Professores Trabalhadores Poder Local**BLOCO B - A VISÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE**

ATENÇÃO: algumas perguntas se referem ao município e ao território. Se o entrevistado se referir apenas ao território, considere a questão respondida. Se ele só se referir ao município, insista no território. O objetivo é abordar o território ou captar se há dificuldades para que ele considere o território como o local da política de educação profissional e não somente o seu próprio município.

P. 7 - Quais são as atividades econômicas, sociais e culturais que oferecem oportunidades de trabalho no seu município?

E no seu território?

(ATENÇÃO: INVESTIGAR PRIMEIRO O MUNICÍPIO, DEPOIS O TERRITÓRIO, VERIFICANDO O QUANTO O TERRITÓRIO É UMA UNIDADE JÁ CONSOLIDADA OU NÃO PARA ELE)

ATENÇÃO: APENAS PARA REPRESENTANTES DE EMPRESÁRIOS, TRABALHADORES E REPRESENTANTES DO SEGMENTO DO PODER PÚBLICO

P. 7a - Pensando particularmente no seu setor de produção, quais atividades oferecem oportunidades de trabalho?

ATENÇÃO APENAS PARA REPRESENTANTES DE MOVIMENTO SOCIAL

P. 7a.1 – Pensando nas ações dos movimentos sociais, você acha que elas contribuem para o desenvolvimento do município/território?

P. 8 – Pensando nos últimos anos, você acha que ocorreram mudanças (econômicas, sociais e culturais) no seu município/território? Quais as principais?

P. 9 – Você acha que essas mudanças criaram novas oportunidades de trabalho? Quais as principais?

P. 9a - E você acha que com essas mudanças desapareceram com algum tipo de trabalho desapareceu, qual?

P. 10 - Você tem alguma sugestão para criar novas oportunidades de trabalho e desenvolver seu município/território?

ATENÇÃO: APENAS PARA REPRESENTANTES DE EMPRESÁRIOS E REPRESENTANTES DO SEGMENTO DO PODER PÚBLICO E DO MOVIMENTO SOCIAL

P. 10 a - Você tem alguma sugestão específica para o seu setor de produção específico?

P. 11 – Você conhece algum investimento econômico, social ou cultural do governo federal, estadual ou de empresas privadas para o seu município/território?

P. 12 – Você acha que esses investimentos (econômicos, sociais ou culturais) podem gerar novas oportunidades de trabalho? Em quais áreas?

ATENÇÃO: APENAS PARA REPRESENTANTES DE EMPRESÁRIOS, TRABALHADORES E REPRESENTANTES DO SEGMENTO DO PODER PÚBLICO E DO MOVIMENTO SOCIAL

P. 12a - Pensando particularmente no segmento que você representa você citaria alguns (s) investimento (s) econômicos e sociais em especial (ais)?

P. 13 – Em sua opinião, quais as principais atividades econômicas, sociais e culturais existentes no seu município/território que ajudam a preservar o meio ambiente?

P. 13a – E quais você acha que prejudicam o meio ambiente?

P. 14 – Quais as organizações da sociedade civil do seu município/território que você conhece?

P. 14a - Como você avalia a atuação dessas organizações?

P. 15 – De que forma o seu segmento no Conselho (Sindicato, Alunos, Pais, Empresários etc) contribui ou pode contribuir para o desenvolvimento do seu território?

BLOCO C - NECESSIDADES DE ENSINO PROFISSIONAL

P. 16 - O que você pensa do ensino profissional?

P. 17 - Como você avalia o ensino profissional no Brasil hoje?

P. 17a - E no seu município e território?

P. 18 – Você apontaria alguns problemas do ensino profissional no município/território?

- 1. Sim. Como você acredita que estes problemas poderiam ser resolvidos?*
- 2. Não.*

P. 19 - Pensando nas pessoas que você conhece no seu município/território, o que você acha que elas pensam sobre educação profissional?

P. 20 - Pensando nas pessoas que você conhece, como elas se prepararam e continuam se preparando para trabalhar? Como adquiriram e continuam adquirindo conhecimentos, habilidades etc?

P. 21 – Você acha que as pessoas aprendem no trabalho ou não? Por quê?

P. 22 - Atualmente a mídia tem discutido sobre a falta de profissionais com qualificação no país e que isso vem afetando o desenvolvimento. O que você pensa disso?

P. 23 - Quais os principais cursos e instituições de ensino profissional que você conhece no seu município/território?

P. 24 - O que você acha do ingresso nesses cursos?

E dos meios de transportes que dão acesso a estes cursos?

E do número de vagas oferecidas?

E das áreas oferecidas?

E da variedade das instituições?

E da qualidade dos cursos?

E da qualidade das instituições?

BLOCO D: A VISÃO DO PLANO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DO CENTRO.

ATENÇÃO APENAS PARA REPRESENTATE DOS ESTUDANTES

P. 25 - Qual o curso que você faz? Quem escolheu esse curso/área, você ou os seus familiares?

CASO TENHA SIDO O PRÓPRIO ESTUDANTE QUE ESCOLHEU O CURSO/ÁREA PERGUNTE:

Por que você escolheu esse curso?

CASO A ESCOLHA NÃO TENHA SIDO FEITA POR ELE, MAS POR FAMILIAR, PERGUNTE:

Você imagina por que eles escolheram esse curso?

ATENÇÃO APENAS PARA REPRESENTANTES DE FAMILIARES

P. 26 – Qual o curso que o/a jovem de sua família frequenta? Quem escolheu o curso, ele mesmo ou familiar?

CASO TENHA SIDO O PRÓPRIO FAMILIAR QUE ESCOLHEU O CURSO/ÁREA PERGUNTE:

Por que você escolheu esse curso?

CASO A ESCOLHA TENHA SIDO FEITA PELO PRÓPRIO JOVEM, PERGUNTE:

Você imagina por que ele escolheu esse curso?

P.27 – Você sabe quais cursos são oferecidos pelo Centro de Educação profissional no seu município e no seu território? Quais?

ATENÇÃO: APENAS PARA REPRESENTANTES DE PROFESSOR OU GESTOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO

P. 28 - Qual o curso/área com maior procura no Centro? Você sabe por que é muito procurado? O que pensa disso?

P. 29 - Qual o curso/área com menor procura no Centro? Você sabe por que é pouco procurado? O que pensa disso?

P. 30 - Qual a sua opinião sobre o Plano de Educação Profissional e do Centro de Educação Profissional do seu território?

P. 31 - Pensando nas pessoas que você conhece no seu município/território, você conseguiria dizer o que elas pensam do Plano e do Centro de Educação?

P. 32 - Em sua opinião os cursos que estão sendo oferecidos no Centro de seu município e território atende às necessidades locais?

P.33 – De que forma o seu segmento contribui ou pode contribuir para o fortalecimento da educação profissional pública do seu município e território?

P.34- Em sua opinião de que forma os diversos segmentos (pais, professores, poder público, movimentos sociais, empresários e sindicatos) podem contribuir para o desenvolvimento da educação profissional no seu município e território?

P. 35 - Gostaria de acrescentar algo mais?

Anexo 3

Fichas dos Indicadores – Território de Identidade 21 – Recôncavo

Indicadores dos Territórios de Identidade

Território 21 - Recôncavo

Dados Gerais

Quantidade de municípios	Área Total (km ²)	População Total (2010)	Densidade Demográfica
20	5.250,52	576.658	109,83

Fonte: IBGE. Censo Demográfico
Elaboração: DIEESE

Demográficas

Municípios	População Total (2000)	População Total (2010)	Taxa média geométrica de crescimento anual da população em % (2000 a 2010)	Razão de Dependência em % (2010)	Densidade Demográfica hab./km ² (2010)	Grau de Urbanização em % (2010)
Cabaceiras do Paraguaçu	15.547	17.327	1,09	62,27	81,1	26,80
Cachoeira	30.416	32.035	0,52	48,04	80,4	51,17
Castro Alves	25.561	25.419	-0,06	51,88	33,3	61,76
Conceição do Almeida	18.912	17.895	-0,55	46,76	63,5	44,29
Cruz das Almas	53.049	58.584	1,00	43,13	388,2	85,14
Dom Macedo Costa	3.748	3.873	0,33	50,10	41,5	45,44
Governador Mangabeira	17.165	19.826	1,45	50,42	210,1	37,41
Maragogipe	40.314	42.815	0,60	48,39	98,2	58,61
Muniz Ferreira	6.941	7.310	0,52	45,06	64,3	46,43
Muritiba	30.644	28.897	-0,59	48,00	261,4	62,42
Nazaré	26.365	27.269	0,34	48,38	106,4	83,84
Santo Amaro	58.414	57.811	-0,10	46,38	111,5	77,46
Santo Antônio de Jesus	77.368	90.949	1,63	42,15	350,9	87,16
São Felipe	20.228	20.305	0,04	48,08	102,6	48,36
São Félix	13.699	14.099	0,29	41,82	147,6	65,72
São Francisco do Conde	26.282	33.172	2,36	46,47	124,4	82,64
São Sebastião do Passé	39.960	42.153	0,54	44,60	76,7	78,55
Sapeaçu	16.450	16.597	0,09	49,95	132,2	48,73
Saubara	10.193	11.201	0,95	49,09	70,5	97,74
Varzedo	8.673	9.121	0,50	50,59	54,6	36,96
Total do Território	539.929	576.658	0,66	46,62	109,8	69,22

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; MS. Datasus
Elaboração: DIEESE

Indicadores dos Territórios de Identidade Território 21 - Recôncavo

Socioeconômicas

Municípios	IDH - Municipal (2000)	IDH - Municipal renda (2000)	IDH - Municipal longevidade (2000)	IDH - Municipal escolaridade (2000)
Cabaceiras do Paraguaçu	0,592	0,469	0,631	0,676
Cachoeira	0,681	0,571	0,675	0,796
Castro Alves	0,642	0,504	0,698	0,723
Conceição do Almeida	0,642	0,533	0,661	0,733
Cruz das Almas	0,723	0,619	0,705	0,844
Dom Macedo Costa	0,647	0,524	0,668	0,750
Governador Mangabeira	0,676	0,533	0,715	0,781
Maraçoquipe	0,634	0,510	0,698	0,695
Muniz Ferreira	0,653	0,521	0,698	0,739
Muritiba	0,676	0,567	0,675	0,785
Nazaré	0,676	0,554	0,688	0,785
Santo Amaro	0,684	0,576	0,648	0,827
Santo Antônio de Jesus	0,729	0,617	0,743	0,828
São Felipe	0,669	0,544	0,725	0,737
São Félix	0,657	0,559	0,637	0,774
São Francisco do Conde	0,714	0,589	0,689	0,863
São Sebastião do Passé	0,693	0,579	0,668	0,832
Sapeaçu	0,677	0,537	0,709	0,784
Saubara	0,672	0,558	0,646	0,812
Varzedo	0,630	0,500	0,675	0,715
Total do Território	(1)	(1)	(1)	(1)
Total do Estado	0,688	0,620	0,659	0,785

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Informação não disponível por território de identidade

Socioeconômicas

Municípios	Percentual de Indigentes ⁽¹⁾ (2000)	Percentual de Pobres ⁽²⁾ (2000)	Índice de Gini da Renda Familiar per Capita (2000)
Cabaceiras do Paraguaçu	54,4	75,6	0,61
Cachoeira	32,2	58,6	0,60
Castro Alves	44,8	70,1	0,60
Conceição do Almeida	28,9	61,4	0,52
Cruz das Almas	18,2	45,7	0,59
Dom Macedo Costa	32,3	64,3	0,52
Governador Mangabeira	36,7	61,5	0,58
Maraçoquipe	37,8	63,7	0,55
Muniz Ferreira	33,0	68,2	0,52
Muritiba	25,9	54,9	0,54
Nazaré	33,8	59,9	0,58
Santo Amaro	24,0	54,0	0,54
Santo Antônio de Jesus	21,5	45,8	0,58
São Felipe	31,1	63,1	0,56
São Félix	31,8	59,5	0,60
São Francisco do Conde	32,8	55,5	0,62
São Sebastião do Passé	25,4	53,3	0,56
Sapeaçu	38,0	62,4	0,57
Saubara	20,9	52,7	0,47
Varzedo	36,2	68,7	0,51
Total do Território	(3)	(3)	(3)
Total do Estado	31,1	55,3	0,7

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Pessoas com renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário mínimo

(2) Pessoas com renda familiar per capita inferior a 1/2 do salário mínimo

(3) Informação não disponível por território de identidade

Indicadores dos Territórios de Identidade Território 21 - Recôncavo

Educação

Municípios	Taxa Analfabetismo Funcional na população de 15 anos ou mais (2000)	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais em % (2000)	Anos médio de estudo da população de 25 anos ou mais (2000)	Percentual de Despesa em Educação no Total da Despesa Orçamentária (2009)
Cabaceiras do Paraquacu	63,0	37,2	2,2	39,2
Cachoeira	37,9	21,9	4,8	34,5
Castro Alves	51,6	31,0	3,3	45,9
Conceição do Almeida	48,5	30,3	3,6	27,2
Cruz das Almas	33,4	17,1	5,4	29,0
Dom Macedo Costa	55,2	28,4	2,8	26,0
Governador Mangabeira	39,9	25,3	4,0	37,9
Maragogipe	52,2	30,7	3,3	33,4
Muniz Ferreira	51,7	30,3	3,1	29,3
Muritiba	39,8	23,4	4,4	33,2
Nazaré	41,0	22,9	4,7	36,6
Santo Amaro	34,9	17,6	5,0	38,2
Santo Antônio de Jesus	35,2	16,9	4,9	24,4
São Felipe	54,6	30,8	2,9	34,2
São Félix	41,0	23,1	4,3	20,9
São Francisco do Conde	32,7	16,8	4,8	26,8
São Sebastião do Passé	37,2	19,7	4,4	30,8
Sapeaçu	48,5	25,7	3,3	36,1
Saubara	36,7	19,2	4,3	29,9
Varzedo	59,7	29,9	2,5	43,4
Total do Território	(1)	(1)	(1)	30,5
Total do Estado	43,4	22,1	4,5	30,4

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano; STN. Dados Contábeis dos Municípios

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Informação não disponível por território de identidade

Educação

Municípios	Matriculas na Educação Infantil ⁽¹⁾ (2010)	Matriculas no 1º ano do Ensino Fundamental (alfabetização) (2010)	Número total de matriculas do Ensino Básico regular ⁽²⁾ (2010)	Número total de estabelecimentos de ensino ⁽³⁾ (2010)	Número total de alunos ⁽⁴⁾ (2010)	Número total de docentes ⁽⁵⁾ (2010)	Aluno/Docente (2010)
Cabaceiras do Paraquacu	917	839	4.578	35	6.031	226	27
Cachoeira	1.361	1.209	8.140	70	9.987	446	22
Castro Alves	1.249	975	6.508	84	8.455	464	18
Conceição do Almeida	486	477	3.359	50	3.954	222	18
Cruz das Almas	1.835	868	12.861	77	16.391	695	24
Dom Macedo Costa	160	58	888	16	1.239	67	18
Governador Mangabeira	948	372	4.899	41	6.587	324	20
Maragogipe	1.719	659	9.321	105	12.223	459	27
Muniz Ferreira	239	80	1.326	29	1.822	92	20
Muritiba	1.066	982	5.921	43	7.826	321	24
Nazaré	1.087	368	5.901	64	8.090	371	22
Santo Amaro	2.338	1.880	12.499	96	17.469	847	21
Santo Antônio de Jesus	3.890	1.439	18.489	129	26.866	1.146	23
São Felipe	643	625	5.105	67	5.743	264	22
São Félix	563	220	3.139	35	4.118	230	18
São Francisco do Conde	1.972	1.389	7.691	61	11.769	509	23
São Sebastião do Passé	1.418	571	8.696	62	11.543	428	27
Sapeaçu	685	419	4.354	52	5.121	320	16
Saubara	614	357	2.430	24	3.364	208	16
Varzedo	294	257	2.203	31	2.492	116	21
Total do Território	23.484	14.044	128.308	1.171	171.050	7.432	23

Fonte: INEP. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Creche e Pré-escola

(2) Segue os conceitos do Inep: Ensino Fundamental e Médio incluindo Ensino Médio Integrado

(3) Total de estabelecimentos incluindo todos os tipos de ensino

(4) Total de alunos em todas as formas de ensino. Um mesmo aluno pode estar em mais de uma forma de ensino, tendo duas matriculas, mas é contado apenas uma vez

(5) Total de docentes em todas as formas de ensino. Um mesmo docente pode estar em mais de uma forma de ensino mas é contado apenas uma vez

Indicadores dos Territórios de Identidade
Território 21 - Recôncavo
Educação Profissional

Municípios	Número total de matrículas na Educação Profissional (2010)	Número de matrículas na Educação Profissional na rede Federal (2010)	Número de matrículas na Educação Profissional na rede Estadual (2010)	Número de matrículas na Educação Profissional na rede Municipal (2010)	Número de matrículas na Educação Profissional na rede Privada (2010)	Percentual de matrículas de Educação Profissional na rede Estadual em relação ao total de matrículas de EP (2010)
Cabaceiras do Paraguaçu						
Cachoeira	61		61			100,0
Castro Alves						
Conceição do Almeida						
Cruz das Almas	214		214			100,0
Dom Macedo Costa						
Governador Mangabeira						
Maraçojepe						
Muniz Ferreira						
Muritiba						
Nazaré						
Santo Amaro	569	442	127			22,3
Santo Antônio de Jesus	811		616		195	76,0
São Felipe						
São Félix						
São Francisco do Conde						
São Sebastião do Passé	92		92			100,0
Sapeaçu						
Saubara						
Varzedo						
Total do Território	1.747	442	1.110		195	63,5

Fonte: INEP, Censo Escolar
 Elaboração: DIEESE

Educação Profissional

Municípios	Número de matrículas no tipo de oferta Integrada ao Ensino Médio (2010)	Número de matrículas no tipo de oferta Concomitante (2010)	Número de matrículas no tipo de oferta Subsequente (2010)	Número de matrículas no tipo de oferta ProEJA - Ensino Médio (2010)	Número de matrículas no tipo de oferta ProEJA - Ensino Fundamental (2010)	Percentual de matrículas de no tipo de oferta Integrada ao Ensino Médio em relação ao total de matrículas de EP (2010)
Cabaceiras do Paraguaçu						
Cachoeira	61					100,0
Castro Alves						
Conceição do Almeida						
Cruz das Almas	214					100,0
Dom Macedo Costa						
Governador Mangabeira						
Maraçojepe						
Muniz Ferreira						
Muritiba						
Nazaré						
Santo Amaro	392		139	38		68,9
Santo Antônio de Jesus	510		278	23		62,9
São Felipe						
São Félix						
São Francisco do Conde						
São Sebastião do Passé	92					100,0
Sapeaçu						
Saubara						
Varzedo						
Total do Território	1.269		417	61		72,6

Fonte: INEP, Censo Escolar
 Elaboração: DIEESE

Educação Profissional

Municípios	Número de matrículas no tipo de oferta Integrada ao Ensino Médio na rede Federal (2010)	Número de matrículas no tipo de oferta Integrada ao Ensino Médio na rede Estadual (2010)	Número de matrículas no tipo de oferta Integrada ao Ensino Médio na rede Municipal (2010)	Número de matrículas no tipo de oferta Integrada ao Ensino Médio na rede Privada (2010)	Percentual de matrículas no tipo de oferta Integrada ao Ensino Médio na rede Estadual em relação ao total de matrículas deste tipo de oferta (2010)	Curso de Educação Profissional com maior número de matrículas (2010) ⁽¹⁾
Cabaceiras do Paraguaçu						
Cachoeira		61			100,0	Análises Clínicas
Castro Alves						
Conceição do Almeida						
Cruz das Almas		214			100,0	Análises Clínicas
Dom Macedo Costa						
Governador Mangabeira						
Maraçojepe						
Muniz Ferreira						
Muritiba						
Nazaré						Curso e eixo não especificados
Santo Amaro	265	127			32,4	Informática
Santo Antônio de Jesus		510			100,0	Análises Clínicas
São Felipe						
São Félix						
São Francisco do Conde						
São Sebastião do Passé		92			100,0	Análises Clínicas
Sapeaçu						
Saubara						
Varzedo						
Total do Território	265	1.004			79,1	Análises Clínicas

Fonte: INEP, Censo Escolar
 Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Apenas os Cursos Técnicos de Nível Médio tem nome de curso e eixo tecnológico declarados

Indicadores dos Territórios de Identidade

Território 21 - Recôncavo

Educação Profissional

Municípios	Número de matrículas de Educação Profissional no Eixo Tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança (2010)	Número de matrículas de Educação Profissional no Eixo Tecnológico Apoio Educacional (2010)	Número de matrículas de Educação Profissional no Eixo Tecnológico Controle e Processos Industriais (2010)	Número de matrículas de Educação Profissional no Eixo Tecnológico Gestão e Negócios (2010)	Número de matrículas de Educação Profissional no Eixo Tecnológico Hospitalidade e Lazer (2010)	Número de matrículas de Educação Profissional no Eixo Tecnológico Informação e Comunicação (2010)
Cabaceiras do Paraguaçu						
Cachoeira	61					
Castro Alves						
Conceição do Almeida						
Cruz das Almas	214					
Dom Macedo Costa						
Governador Mangabeira						
Maragogipe						
Muniz Ferreira						
Muritiba						
Nazaré						
Santo Amaro	165		200			204
Santo Antônio de Jesus	811					
São Felipe						
São Félix						
São Francisco do Conde						
São Sebastião do Passé	92					
Sapeaçu						
Saubara						
Varzedo						
Total do Território	1.343		200			204

Fonte: INEP. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

Obs.: Apenas os Cursos Técnicos de Nível Médio tem nome de curso e eixo tecnológico declarados

Educação Profissional

Municípios	Número de matrículas de Educação Profissional no Eixo Tecnológico Infraestrutura (2010)	Número de matrículas de Educação Profissional no Eixo Tecnológico Militar (2010)	Número de matrículas de Educação Profissional no Eixo Tecnológico Produção Alimentícia (2010)	Número de matrículas de Educação Profissional no Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design (2010)	Número de matrículas de Educação Profissional no Eixo Tecnológico Produção Industrial (2010)	Número de matrículas de Educação Profissional no Eixo Tecnológico Recursos Naturais (2010)
Cabaceiras do Paraguaçu						
Cachoeira						
Castro Alves						
Conceição do Almeida						
Cruz das Almas						
Dom Macedo Costa						
Governador Mangabeira						
Maragogipe						
Muniz Ferreira						
Muritiba						
Nazaré						
Santo Amaro						
Santo Antônio de Jesus						
São Felipe						
São Félix						
São Francisco do Conde						
São Sebastião do Passé						
Sapeaçu						
Saubara						
Varzedo						
Total do Território						

Fonte: INEP. Censo Escolar

Elaboração: DIEESE

Obs.: Apenas os Cursos Técnicos de Nível Médio tem nome de curso e eixo tecnológico declarados

Indicadores dos Territórios de Identidade

Território 21 - Recôncavo

Saúde

Municípios	Taxa de mortalidade em 100.000 habitantes (2007-2009)	Taxa de mortalidade infantil -menores de 1 ano em 1.000 nascidos vivos (2007-2009)	Taxa de mortalidade por causas externas em 100.000 habitantes (2007-2009)	Percentual de nascidos vivos com baixo peso ao nascer (2007-2009)	Taxa de internação por Doença Diarréica Aguda (DDA) em menores de 5 anos em 1.000 crianças de 0 a 4 anos (2007)	Taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos em 1.000 crianças de 0 a 4 anos (2007)
Cabaceiras do Paraquacu	482,64	15,08	54,64	6,26	2,02	9,58
Cachoeira	543,36	16,05	53,74	7,51	4,30	13,52
Castro Alves	557,51	14,43	51,89	6,58	23,01	17,99
Conceição do Almeida	623,29	6,41	47,95	7,21	20,00	13,75
Cruz das Almas	550,21	16,53	52,26	8,97	19,03	26,72
Dom Macedo Costa	770,66	19,35	152,44	9,68	7,38	14,76
Governador Mangabeira	545,30	15,01	47,06	5,79	3,88	9,42
Maragogipe	574,66	12,20	38,21	5,52	11,97	14,01
Muniz Ferreira	485,17	10,00	46,21	8,67	23,85	19,37
Muritiba	610,06	11,86	49,04	7,85	3,62	7,90
Nazaré	667,89	15,51	65,81	6,35	33,51	85,76
Santo Amaro	580,84	19,41	68,20	9,63	10,49	12,99
Santo Antônio de Jesus	545,33	15,68	55,82	8,64	20,66	17,97
São Felipe	621,95	17,46	33,49	6,36	4,94	8,23
São Félix	506,66	19,43	50,04	5,83	11,35	14,18
São Francisco do Conde	439,90	18,49	35,23	9,71		7,14
São Sebastião do Passé	510,92	19,52	69,67	8,21	3,57	17,12
Sapeaçu	692,45	15,68	56,73	6,15	8,23	7,59
Saubara	466,38	15,22	49,25	10,00	24,19	14,88
Varzedo	603,74	27,55	42,62	12,12	4,99	16,23
Total do Território	559,44	16,03	53,07	7,93	(1)	(1)

Fonte: MS. Datasus

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Informação não disponível por território de identidade

Saúde

Municípios	Percentual da população cadastrada pela Estratégia Saúde da Família (2010)	Número de equipes do PSF por 1.000 habitantes (Dezembro/2010)	Número de leitos de internações (Dezembro/2010)	Percentual de leitos SUS no total de leitos de internação (Dezembro/2010)	Existência de Unidade Básica de Saúde (Dezembro/2008)	Existência de hospitais (Dezembro/2008)
Cabaceiras do Paraquacu	74,0	0,40			Sim	Não
Cachoeira	100,0	0,41	83	100,0	Sim	Sim
Castro Alves	75,9	0,35	57	100,0	Sim	Sim
Conceição do Almeida	92,9	0,34	58	100,0	Sim	Sim
Cruz das Almas	55,3	0,22	154	78,6	Sim	Sim
Dom Macedo Costa	100,0	0,52			Sim	Não
Governador Mangabeira	81,3	0,40			Sim	Não
Maragogipe	66,2	0,21	45	33,3	Sim	Sim
Muniz Ferreira	88,8	0,41			Sim	Não
Muritiba	84,8	0,28	40	100,0	Sim	Sim
Nazaré	94,2	0,37	129	93,0	Sim	Sim
Santo Amaro	72,2	0,24	191	86,9	Sim	Sim
Santo Antônio de Jesus	91,7	0,26	377	84,9	Sim	Sim
São Felipe	100,0	0,25	30	100,0	Sim	Sim
São Félix	94,0	0,50	84	100,0	Sim	Sim
São Francisco do Conde	60,3	0,36	43	100,0	Sim	Sim
São Sebastião do Passé	100,0	0,33	53	100,0	Sim	Sim
Sapeaçu	100,0	0,42	60	100,0	Sim	Sim
Saubara	39,6	0,27	13	100,0	Sim	Sim
Varzedo	100,0	0,33			Sim	Não
Total do Território	(1)	0,31	1.417	89,1	Sim	Sim

Fonte: MS. Datasus

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Informação não disponível por território de identidade

Indicadores dos Territórios de Identidade

Território 21 - Recôncavo

Atividade Econômica

Municípios	PIB Municipal em R\$ milhão (2008)	PIB Municipal per capita em R\$ (2008)	Percentual do PIB Municipal em Relação ao Estado (2008)
Cabaceiras do Paraquacu	53,34	2.914,49	0,04
Cachoeira	173,99	5.194,50	0,14
Castro Alves	95,11	3.796,42	0,08
Conceição do Almeida	63,60	3.518,48	0,05
Cruz das Almas	338,53	5.963,54	0,28
Dom Macedo Costa	16,26	4.131,83	0,01
Governador Mangabeira	83,83	4.081,40	0,07
Maragogipe	156,30	3.583,21	0,13
Muniz Ferreira	21,39	2.965,02	0,02
Muritiba	112,87	4.050,53	0,09
Nazaré	117,33	4.289,89	0,10
Santo Amaro	257,24	4.460,08	0,21
Santo Antônio de Jesus	714,76	8.142,94	0,59
São Felipe	78,13	3.737,90	0,06
São Félix	71,25	4.456,96	0,06
São Francisco do Conde	9.002,65	288.370,81	7,41
São Sebastião do Passé	335,02	8.048,68	0,28
Sapeaçu	65,85	3.864,37	0,05
Saubara	50,98	4.430,64	0,04
Varzedo	37,63	4.008,78	0,03
Total do Território	11.846,05	20.589,90	9,75

Fonte: IBGE. Contas Nacionais

Elaboração: DIEESE

Atividade Econômica

Municípios	% do Valor Adicionado (2008)				Total
	Agropecuária	Indústria	Serviços ⁽¹⁾	Administração Pública	
Cabaceiras do Paraquacu	24,5	8,4	23,8	43,4	100,0
Cachoeira	8,8	28,6	38,1	24,5	100,0
Castro Alves	15,1	13,5	38,9	32,5	100,0
Conceição do Almeida	19,0	10,5	36,4	34,1	100,0
Cruz das Almas	7,1	12,0	58,4	22,5	100,0
Dom Macedo Costa	32,2	8,0	22,4	37,5	100,0
Governador Mangabeira	16,7	22,8	28,6	31,9	100,0
Maragogipe	24,0	9,5	29,7	36,7	100,0
Muniz Ferreira	23,2	9,0	29,9	38,0	100,0
Muritiba	11,1	22,0	37,0	30,0	100,0
Nazaré	4,5	18,4	47,5	29,6	100,0
Santo Amaro	6,7	20,0	42,8	30,5	100,0
Santo Antônio de Jesus	2,6	12,8	67,4	17,2	100,0
São Felipe	24,0	7,8	33,9	34,3	100,0
São Félix	15,6	15,4	36,5	32,5	100,0
São Francisco do Conde	0,1	58,4	39,6	2,0	100,0
São Sebastião do Passé	3,2	50,2	27,8	18,7	100,0
Sapeaçu	21,4	7,9	36,8	34,0	100,0
Saubara	19,5	11,0	37,2	32,3	100,0
Varzedo	31,6	15,1	21,6	31,7	100,0
Total do Território	2,5	48,5	41,0	8,0	100,0

Fonte: IBGE. Contas Nacionais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclusive Administração Pública

Indicadores dos Territórios de Identidade

Território 21 - Recôncavo

Trabalho e Renda

Municípios	Renda média do emprego formal (2010)	Número de vínculos formais (2010)
Cabaceiras do Paraguaçu	782,42	846
Cachoeira	945,56	3.264
Castro Alves	820,95	2.894
Conceição do Almeida	813,18	1.259
Cruz das Almas	1.454,78	10.576
Dom Macedo Costa	711,23	312
Governador Mangabeira	788,91	2.087
Maragogipe	1.694,17	4.247
Muniz Ferreira	792,99	349
Muritiba	768,03	1.856
Nazaré	1.009,53	2.836
Santo Amaro	945,67	5.100
Santo Antônio de Jesus	847,48	17.165
São Felipe	908,45	1.237
São Félix	877,55	1.390
São Francisco do Conde	2.063,41	14.947
São Sebastião do Passé	2.636,63	5.032
Sapeaçu	703,75	965
Saubara	585,58	826
Varzedo	940,45	527
Total do Território	1.337,64	77.715

Fonte: MTE. Relação Anual de Informações Sociais
Elaboração: DIEESE

Indicadores dos Territórios de Identidade Território 21 - Recôncavo

Trabalho e Renda

Municípios	% no Total de Vínculos Formais (2010)				
	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio
Cabaceiras do Paraquacu		0,9			8,4
Cachoeira	0,0	21,8		1,9	19,0
Castro Alves	4,2	20,5		1,3	12,8
Conceição do Almeida		23,6			17,5
Cruz das Almas		14,9		4,3	33,0
Dom Macedo Costa					3,5
Governador Mangabeira		5,8	0,3	2,0	14,4
Maragogipe		50,4		1,6	5,6
Muniz Ferreira		3,4			6,6
Muritiba	0,2	5,5		7,9	21,1
Nazaré	2,8	7,0		16,4	21,1
Santo Amaro		19,1	0,1	4,6	20,3
Santo Antônio de Jesus	0,1	24,0	1,0	4,0	39,2
São Felipe		2,7		0,7	22,7
São Félix		2,4		0,6	12,5
São Francisco do Conde	0,1	3,5	0,1	22,8	4,6
São Sebastião do Passé	19,3	11,6	0,9	9,6	11,7
Sapeaçu		7,0		2,5	25,8
Saubara		0,4		2,2	12,7
Varzedo		25,8		0,8	3,4
Total do Território	1,5	15,7	0,3	7,9	20,8

Fonte: MTE. Relação Anual de Informações Sociais

Elaboração: DIEESE

Trabalho e Renda

Municípios	% no Total de Vínculos Formais (2010)			
	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Total
Cabaceiras do Paraquacu	3,4	83,5	3,8	100,0
Cachoeira	30,5	23,8	3,0	100,0
Castro Alves	7,3	50,4	3,5	100,0
Conceição do Almeida	11,1	42,0	5,8	100,0
Cruz das Almas	25,5	18,3	4,0	100,0
Dom Macedo Costa	1,0	90,1	5,4	100,0
Governador Mangabeira	6,3	37,9	33,2	100,0
Maragogipe	4,7	37,2	0,5	100,0
Muniz Ferreira	1,7	81,1	7,2	100,0
Muritiba	15,0	44,6	5,6	100,0
Nazaré	19,7	30,7	2,3	100,0
Santo Amaro	16,1	32,0	7,8	100,0
Santo Antônio de Jesus	18,2	12,3	1,2	100,0
São Felipe	11,0	60,6	2,2	100,0
São Félix	24,6	58,6	1,2	100,0
São Francisco do Conde	20,6	48,0	0,3	100,0
São Sebastião do Passé	17,4	26,1	3,5	100,0
Sapeaçu	7,0	49,6	8,0	100,0
Saubara	4,2	80,3	0,2	100,0
Varzedo	1,9	63,6	4,6	100,0
Total do Território	17,7	32,6	3,4	100,0

Fonte: MTE. Relação Anual de Informações Sociais

Elaboração: DIEESE

Trabalho e Renda

Municípios	Percentual de estabelecimentos familiares no total de estabelecimentos agropecuários (2006)	Percentual de ocupados em estabelecimento familiares no total de ocupados em estabelecimentos agropecuários (2006)
Cabaceiras do Paraquacu	89,59	87,21
Cachoeira	94,64	93,61
Castro Alves	90,89	83,31
Conceição do Almeida	89,53	84,04
Cruz das Almas	92,77	88,98
Dom Macedo Costa	88,20	81,12
Governador Mangabeira	93,35	91,30
Maragogipe	95,82	94,14
Muniz Ferreira	87,31	78,46
Muritiba	95,67	94,64
Nazaré	87,10	79,75
Santo Amaro	87,11	69,00
Santo Antônio de Jesus	90,78	89,74
São Felipe	92,89	92,77
São Félix	90,82	89,69
São Francisco do Conde	85,20	67,22
São Sebastião do Passé	83,38	76,02
Sapeaçu	91,64	87,98
Saubara	77,78	71,26
Varzedo	90,54	91,97
Total do Território	91,77	88,55

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006

Elaboração: DIEESE

Indicadores dos Territórios de Identidade

Território 21 - Recôncavo

Finanças Públicas

Municípios	Receita Orçamentária em R\$ milhão (2009)	Receita Orçamentária per capita em R\$ (2009)	Receita de Arrecadação Própria em R\$ milhão (2009)	Receita de Arrecadação Própria per capita em R\$ (2009)	Receita de Transferências em R\$ milhão (2009)	Receita de Transferências per capita em R\$ (2009)
Cabaceiras do Paraquacu	17,07	919,49	0,45	24,40	16,61	894,76
Cachoeira	26,23	776,41	2,47	73,03	23,81	704,68
Castro Alves	24,82	993,59	1,59	63,63	23,13	925,85
Conceição do Almeida	14,17	788,28	0,52	28,75	13,65	759,66
Cruz das Almas	47,75	836,23	4,74	83,04	42,99	752,98
Dom Macedo Costa	6,05	1.530,88	0,18	44,96	5,87	1.486,87
Governador Mangabeira	19,41	939,33	0,86	41,61	18,52	895,89
Maragogipe	47,32	1.077,38	7,13	162,35	39,80	906,14
Muniz Ferreira	8,86	1.224,03	0,96	132,36	7,85	1.084,93
Muritiba	22,59	814,00	0,78	28,15	22,15	798,01
Nazaré	23,43	854,44	1,14	41,52	22,15	807,63
Santo Amaro	45,01	770,91	4,46	76,42	43,58	746,47
Santo Antônio de Jesus	79,29	893,22	9,93	111,86	69,93	787,78
São Felipe	18,72	893,67	0,59	28,29	18,12	864,83
São Félix	22,61	1.395,28	1,38	85,33	21,24	1.310,67
São Francisco do Conde	397,13	12.528,17	60,82	1.918,77	333,13	10.509,04
São Sebastião do Passé	53,70	1.286,00	13,27	317,83	40,31	965,22
Sapeaçu	17,09	1.000,30	0,68	39,92	16,42	961,15
Saubara	13,85	1.190,38	1,38	118,46	12,47	1.072,36
Varzedo	8,83	934,72	0,14	15,00	8,69	919,59
Total do Território	913,95	1.577,67	113,48	195,89	800,43	1.381,72

Fonte: STN. Dados Contábeis dos Municípios

Elaboração: DIEESE

Finanças Públicas

Municípios	Despesa Orçamentária em R\$ milhão (2009)	Despesa Orçamentária per capita em R\$ (2009)	Despesa em Educação em R\$ milhão (2009)
Cabaceiras do Paraquacu	17,02	916,76	6,67
Cachoeira	25,82	764,40	8,90
Castro Alves	24,69	988,36	11,32
Conceição do Almeida	15,29	850,95	4,16
Cruz das Almas	49,43	865,69	14,34
Dom Macedo Costa	6,57	1.662,10	1,71
Governador Mangabeira	20,82	1.007,24	7,89
Maragogipe	47,13	1.072,98	15,73
Muniz Ferreira	9,37	1.294,70	2,74
Muritiba	23,29	839,06	7,73
Nazaré	22,54	821,70	8,25
Santo Amaro	50,54	865,57	19,31
Santo Antônio de Jesus	80,79	910,09	19,71
São Felipe	19,94	951,79	6,83
São Félix	23,77	1.466,33	4,97
São Francisco do Conde	260,93	8.231,64	69,98
São Sebastião do Passé	56,38	1.350,15	17,34
Sapeaçu	17,94	1.049,87	6,48
Saubara	14,45	1.242,03	4,32
Varzedo	9,76	1.032,79	4,24
Total do Território	796,46	1.374,86	242,62

Fonte: STN. Dados Contábeis dos Municípios

Elaboração: DIEESE

Indicadores dos Territórios de Identidade Território 21 - Recôncavo

Finanças Públicas

Municípios	% no Total de Despesa em Educação (2009)				
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Profissional	Ensino Superior	Educação Infantil
Cabaceiras do Paraguaçu	97,9				
Cachoeira	95,8				0,1
Castro Alves	97,4	0,0			0,0
Conceição do Almeida	92,7				0,3
Cruz das Almas	52,2	3,2			27,6
Dom Macedo Costa	96,6				3,4
Governador Mangabeira	92,6				2,8
Maragogipe	67,3				2,9
Muniz Ferreira	0,1	94,6			0,4
Muritiba	95,2			0,2	4,4
Nazaré	100,0				
Santo Amaro	96,2				3,8
Santo Antônio de Jesus	96,5				0,0
São Felipe	97,6			0,1	
São Félix	97,2				0,2
São Francisco do Conde	59,5	3,9		9,8	1,7
São Sebastião do Passé	81,4	0,8		0,2	6,9
Sapeaçu	96,5				0,7
Saubara	100,0				
Varzedo	94,1			1,0	0,1
Total do Território	79,1	2,4		2,9	3,4

Fonte: STN. Dados Contábeis dos Municípios

Elaboração: DIEESE

Finanças Públicas

Municípios	% no Total de Despesa em Educação (2009)			
	Educação de Jovens e Adultos	Educação Especial	Demais	Total
Cabaceiras do Paraguaçu			2,1	100,0
Cachoeira			4,2	100,0
Castro Alves			2,6	100,0
Conceição do Almeida			7,1	100,0
Cruz das Almas			16,9	100,0
Dom Macedo Costa	0,0			100,0
Governador Mangabeira	0,0		4,6	100,0
Maragogipe			29,8	100,0
Muniz Ferreira	4,9			100,0
Muritiba			0,3	100,0
Nazaré				100,0
Santo Amaro				100,0
Santo Antônio de Jesus			3,5	100,0
São Felipe			2,3	100,0
São Félix			2,6	100,0
São Francisco do Conde		0,1	24,9	100,0
São Sebastião do Passé	2,5	1,4	6,9	100,0
Sapeaçu	0,1		2,7	100,0
Saubara				100,0
Varzedo	0,0		4,7	100,0
Total do Território	0,2	0,1	11,8	100,0

Fonte: STN. Dados Contábeis dos Municípios

Elaboração: DIEESE

Indicadores dos Territórios de Identidade Território 21 - Recôncavo

Ambientais

Municípios	Percentual de pessoas com acesso a abastecimento de água (2000)	Percentual de pessoas com acesso a esgotamento sanitário (2000)	Percentual de pessoas com acesso a coleta de lixo (2000)	Bioma no qual se localiza o município
Cabaceiras do Paraguaçu	25,0	1,5	16,6	Mata Atlântica
Cachoeira	51,7	37,3	51,3	Mata Atlântica
Castro Alves	59,7	36,6	44,9	Mata Atlântica
Conceição do Almeida	39,1	4,5	35,5	Mata Atlântica
Cruz das Almas	68,0	8,5	70,8	Mata Atlântica
Dom Macedo Costa	30,7	4,9	26,8	Mata Atlântica
Governador Mangabeira	34,5	0,9	30,7	Mata Atlântica
Maragogipe	51,3	28,2	32,0	Mata Atlântica
Muniz Ferreira	35,1	0,4	30,2	Mata Atlântica
Muritiba	55,9	10,3	56,0	Mata Atlântica
Nazaré	66,9	40,3	65,0	Mata Atlântica
Santo Amaro	73,6	48,6	75,4	Mata Atlântica
Santo Antônio de Jesus	72,2	58,2	77,7	Mata Atlântica
São Felipe	25,0	3,1	33,2	Mata Atlântica
São Félix	55,9	48,1	59,7	Mata Atlântica
São Francisco do Conde	74,0	55,2	58,9	Mata Atlântica
São Sebastião do Passé	57,2	48,4	63,9	Mata Atlântica
Sapeaçu	34,6	1,7	37,6	Mata Atlântica
Saubara	85,1	15,5	69,8	Mata Atlântica
Varzedo	44,2	8,1	21,9	Mata Atlântica
Total do Território	58,4	31,2	56,4	(1)

Fonte: MS, Datasus; MMA, Portal Bio

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Informação não disponível por território de identidade

Ambientais

Municípios	Vegetação/Uso da Terra na área da sede do município	Bacia ou região hidrográfica na qual se localiza o município
Cabaceiras do Paraguaçu	Floresta Ombrófila Densa	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Cachoeira	Agropecuária	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Castro Alves	Influência Urbana	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Conceição do Almeida	Floresta Ombrófila Densa	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Cruz das Almas	Influência Urbana	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Dom Macedo Costa	Influência Urbana	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Governador Mangabeira	Influência Urbana	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Maragogipe	Pecuária	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Muniz Ferreira	Pecuária	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Muritiba	Influência Urbana	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Nazaré	Influência Urbana	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Santo Amaro	Agropecuária	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Santo Antônio de Jesus	Influência Urbana	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
São Felipe	Floresta Ombrófila Densa	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
São Félix	Agricultura	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
São Francisco do Conde	Influência Urbana	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
São Sebastião do Passé	Agropecuária	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Sapeaçu	Floresta Ombrófila Densa	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Saubara	Agropecuária	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Varzedo	Floresta Ombrófila Densa	Reg. Hidrográfica Atlântico Leste
Total do Território	(1)	(1)

Fonte: MMA, Portal Bio

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Informação não disponível por território de identidade